

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO  
[RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO]

# **Violência Política em Portugal: a trajetória do PRP-BR (1970-1978)**

Inês Saraiva

2024



**Inês Filipa Pereira Saraiva**

# **Violência Política em Portugal: a trajetória do PRP-BR (1970-1978)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Loff e pela Professora Doutora Ana Sofia Ferreira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
2024

“Nothing was ever easy but maybe that was the beauty of it.”

Bridgett Devoue

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito acadêmico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

[Braga, 10/09/2024]

Inês Saraiva

## Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer a duas pessoas sem as quais a elaboração desta dissertação não seria possível, professor Manuel Loff e a professora Ana Sofia Ferreira. Obrigada aos dois pela paciência, acompanhamento, cuidado e conselhos que sempre me deram ao longo deste ano.

Dizem que é com a família que partilhamos os nossos melhores sonhos, obrigada à minha por estar sempre do meu lado e por acreditar sempre em mim e nas minhas capacidades. Um obrigada especial à minha irmã que foi, é e será sempre, a minha âncora na vida. Não posso deixar de fazer um agradecimento especial à minha tia especial (ela sabe quem é) que, ao longo da minha vida, sempre fez questão de demonstrar o quanto acredita em mim, o orgulho que tem do meu caminho e incentivar-me sempre a dar o melhor de mim em tudo.

A todos os meus amigos, que sabem bem quem são, obrigada por se manterem sempre do meu lado, por acreditarem em mim, por me apoiarem durante todo este processo, mesmo que eu não tenha sido fácil. Obrigada por me mostrarem todos os dias verdadeiro significado de “amigo” e a sorte que tenho em vos ter na minha vida.

A quem esteve no mesmo “barco” que eu durante este ano e nunca me fez sentir sozinha no meio de todas as minhas “crises”. Rafa, Ana, Adriana e Marta, obrigada por terem sido ao longo destes meses as minhas “terapeutas” gratuitas e por me ajudarem até nos detalhes mais simples, obrigada por compartilharem comigo o mesmo caminho, podia até ter sido mais fácil, mas com certeza não teria sido tão divertido e significativo sem vocês.

Ao meu namorado, obrigada por toda a paciência e compreensão ao longo destes meses complicados, mas acima de tudo por nunca teres largado a minha mão e me incentivares a ser sempre mais. Não era a mesma sem ti e com certeza este projeto também não seria o mesmo. Foste a minha melhor surpresa e a minha maior motivação para terminar esta dissertação.

Por fim, agradeço-me a mim também, por ter tido a resiliência de continuar independentemente de todas as noites por dormir, por todos os dias de trabalho e pesquisa, por todas as vezes que desanimava e não sabia por onde ir, por todas as vezes

me que a vontade de chorar foi mais forte por me sentir perdida, no fundo, pela resiliência que me fez chegar aqui, mesmo que as dúvidas tenham sido muitas.

## Resumo

Entre 1933 e 1974 vigorou em Portugal um regime ditatorial que utilizou a violência de estado como um instrumento de controlo da população para garantir a sua durabilidade. Como forma de resposta à repressão do regime, surgiram na década de 70, várias organizações armadas clandestinas da esquerda radical, dando origem à luta armada. As Brigadas Revolucionárias foram uma das organizações da esquerda radical, que surgiu através de dissidências do Partido Comunista Português e que utilizou a violência armada contra o regime.

A organização fundada por Isabel do Carmo e Carlos Antunes, levou a cabo a primeira ação em 1971, um atentado bombista na Fonte da Telha. Foi a única das organizações armadas que surgiu sem estar associada a um partido, sendo que este apenas surgiu apenas em 1973, o Partido Revolucionário do Proletariado. Neste contexto, a violência política foi algo que esteve muito presente em Portugal na segunda metade do século XX e que foi tanto utilizada pelo regime em vigor, como também pela oposição desse mesmo regime.

O 25 de abril de 1974 deu origem a um novo período em Portugal, o período revolucionário em curso. Ficou marcado pelas divergências em relação ao futuro político do país, pelas tensões e pela violência revolucionária.

O PRP-BR defendia a revolução socialista e uma vez que a revolução de 25 de Abril não assumiu os contornos que este esperava, passou a lutar contra o capitalismo e a classe burguesa que, era na perspetiva do PRP-BR, a classe dominante. Torna-se, assim, importante perceber se, durante o período revolucionário, o PRP-BR assumiu uma continuidade ou uma rutura com a violência e de que modo o fez.

**Palavras-chave:** violência política; revolução; luta armada; clandestinidade; esquerda radical.

## **Abstract**

Between 1933 and 1974, a dictatorial regime was in force in Portugal that used state violence as an instrument of population control to guarantee its durability. As a response to the regime's repression, several clandestine armed organizations of the radical left emerged in the 1970s, giving rise to the armed struggle. The Revolutionary Brigades were one of the radical left organizations, which emerged through dissents from the Portuguese Communist Party and which used armed violence against the regime.

The organization founded by Isabel do Carmo and Carlos Antunes carried out its first action in 1971, a bomb attack in Fonte da Telha. It was the only armed organization that emerged without being associated with a party, which only emerged in 1973, the Revolutionary Party of the Proletariat. In this context, political violence was something that was very present in Portugal in the second half of the 20th century and was used both by the current regime and by the opposition to that same regime.

April 25, 1974 gave rise to a new period in Portugal, the ongoing revolutionary period. It was marked by divergences regarding the country's political future, tensions and revolutionary violence.

The PRP-BR advocated for a socialist revolution, and since the April 25 Revolution did not take the form, it had hoped for, it shifted to fighting against capitalism and the bourgeois class, which, from the PRP-BR's perspective, was the dominant class. Therefore, it becomes important to understand whether, during the revolutionary period, the PRP-BR maintained continuity or broke with violence, and how it did so.

**Key-words:** political violence; revolution; armed struggle; underground; radical left.

## Índice:

Glossário de Abreviaturas e Siglas-----	10
Introdução-----	12
I.    Introdução ao tema-----	15
II.   Problema teórico e objeto de estudo-----	19
III.  Metodologia e Revisão bibliográfica -----	29
1. Violência Política: um contexto-----	38
2. Entre violência política e terrorismo-----	42
2.1. Exemplos de terrorismo político em Portugal-----	45
3. A violência política da ditadura Salazarista-----	47
3.1 A violência preventiva-----	53
3.2 3.2 A violência punitiva-----	57
4. Do crescimento da oposição democrática à Luta Armada-----	70
5. O crescimento da Luta Armada-----	72
5.1 A LUAR e as suas ações-----	72
5.2 A Ação Revolucionária Armada-----	83
I.  Ataque ao <i>Cunene</i> -----	85
II. A Tripla ação da ARA-----	86
III. Ataque à base aérea de Tancos: “Operação Águia Real” -----	89
IV. O fim da ARA-----	91
6. As Brigadas Revolucionárias e as suas principais ações -----	95
6.1 Ataque às instalações da NATO-----	101
6.2 Os assaltos das BR-----	102
6.3 A criação do PRP-----	103
6.4 Outras ações armadas-----	109
7. O PRP-BR e a violência depois da revolução de abril (1974-1976): continuidade ou rutura? -----	112
6.1 O 11 de março de 1975 -----	121
6.2 As ações do PRP -----	128
7. Conclusão-----	135
8. Bibliografia-----	139

## **Glossário de abreviaturas e siglas**

ARA- Ação Revolucionária Armada

BR- Brigadas Revolucionárias

CDS- Centro Democrático Social

CGT- Confederação Geral do Trabalho

CMLP- Comité Marxista-Leninista

Português

COPCON- Comando Operacional do Continente

DMG- Depósito de Material de Guerra

ELP- Exército de Libertação de Portugal

ETA- *Euskadi Ta Askatasuna* - País Basco e

Liberdade

EUA- Estados Unidos da América

FAP- Frente Armada Popular

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

FP-25- Forças Populares 25 de Abril

FSLN-Frente Sandinista de Libertação Nacional

FSP-Frente Socialista Popular

FUR- Frente de Unidade Revolucionária

GAP- Grupos de Ação Popular

GNR- Guarda Nacional Republicana

IRA- Irish Republican Army

JOC- Juventude Operária Católica

LCI-Liga Comunista Internacionalista

LUAR- Liga de Unidade e Ação Revolucionária

MDLP- Movimento Democrático da Libertação de Portugal

MES-Movimento de Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MP- Mocidade Portuguesa

MPF- Mocidade Portuguesa Feminina

MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD- Movimento de Unidade Democrática  
MUNAF- Movimento de Unidade Nacional Antifascista  
MUP- Movimento de Unidade Popular

*NATO- North Atlantic Treaty Organization*

OMEN-Obra das Mães pela Educação Nacional  
ONU- Organização das Nações Unidas  
OUT- Organização Unitária dos Trabalhadores  
PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde  
PCP- Partido Comunista Português  
PIDE – Polícia de Intervenção e Defesa do Estado  
PIDE-DGS- Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
PJ-Polícia Judiciária  
PREC- Processo Revolucionário em Curso  
PRP- Partido Revolucionário do Proletariado  
PS- Partido Socialista  
PSP- Polícia de Segurança Pública  
PSD-Partido Social Democrata  
PVDE- Polícia de Vigilância e Defesa do Estado  
RAL- Regimento de Artilharia Ligeira em Lisboa  
RTP- Rádio e Televisão de Portugal  
SPN- Secretariado de Propaganda Nacional  
SUV- Soldados Unidos Vencerão  
TAP- Transportadora Aérea Portuguesa  
UDP- União Democrática Popular

# Introdução

## I. Introdução ao tema

No dia 25 de abril de 1974 foi levado a cabo um golpe militar que pôs fim a uma ditadura de 48 anos e deu início a um processo de transição para a democracia, que viria a ser institucionalizada pela Constituição de 1976 e levou ao fim do império colonial. O golpe foi protagonizado por uma parte do oficialato médio das Forças Armadas, ou seja, instituição de Estado, motivados pelo desejo do fim da guerra colonial, ficando conhecido pelo Movimento das Forças Armadas, “A 25 de abril de 1974, uma conspiração de capitães derrubava a mais antiga ditadura da Europa Ocidental, o Estado Novo, num golpe de Estado incruento. Após treze anos de guerra colonial em três frentes africanas, os capitães reconheciam que não havia saída militar possível e que, perante a imobilidade da elite governativa, a solução política implicava uma mudança de regime.”<sup>1</sup>

Embora tenha sido o Movimento das Forças Armadas e levar ao fim a ditadura mais longa da Europa, houve em Portugal, no período que antecedeu o processo de transição para a democracia, o aparecimento de várias organizações armadas que tiveram como objetivo lutar contra a violência de Estado levada a cabo pelo regime salazarista e colocar um fim na ditadura portuguesa.

Sobretudo nos finais dos anos 60 foram várias as organizações políticas clandestinas de extrema-esquerda ativas que surgiram em Portugal, “As eleições de 1958 e, sobretudo, a imensa fraude eleitoral, trouxeram à oposição portuguesa a certeza da impossibilidade de derrubar o regime através de uma “solução pacífica” ou pactuada para a substituição de Salazar. A dimensão da fraude eleitoral causa nas oposições um sentimento de impotência e revolta que vai estar na origem da situação de crise que o regime vai viver durante os quatro anos seguintes. Será durante a campanha eleitoral <sup>2</sup>que começa a surgir dentro da oposição a ideia de que o regime só

---

<sup>1</sup>Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução portuguesa 1974-1975* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003), p.52.

<sup>2</sup> Campanha eleitoral de Humberto Delgado que mobilizou a população, detendo um grande apoio, sofrendo fraude eleitoral por parte do regime.

poderá ser derrubado com ações armadas.”<sup>3</sup> A ação armada nos finais dos anos 60 foi levada a cabo, nomeadamente, pela Ação Revolucionária Armada (ARA), pela Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), e pelas Brigadas Revolucionárias, destacando-se nesta dissertação, o papel que esta última teve na resistência ao regime.

A LUAR foi a primeira desta três a ser criada, a 19 de julho de 1967 em Paris. Foi criada por Hermínio da Palma Inácio após o assalto deste, juntamente com um grupo de homens armados, ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, “é a primeira organização que a partir da segunda metade da década de 60 tenta levar a cabo ações armadas contra a ditadura, procurando, por várias vezes, entrar no país, a partir dos meios de exiliados e emigrantes, para realizar ações armadas, sempre sem sucesso.”<sup>4</sup> Segundo Fernanda Leitão e Carlos Pina<sup>5</sup>, apesar de terem levado a cabo diversas ações armadas, o pioneirismo da organização da ação armada, associado à inexperiência, dificultou a própria ação da organização no processo revolucionário português. O princípio estratégico da LUAR passou pela integração numa estratégia revolucionária global que garantisse a autonomia da organização.

A ARA surgiu em 1970 como um braço armado do partido comunista e viria a ter como dirigentes Jaime Serra, Raimundo Narciso e Francisco Miguel. Embora seguisse as orientações do partido a ARA era uma estrutura autónoma do PCP. Desde os seus inícios que a classe dirigente da ARA pretendia que as suas ações tivessem como base política a luta de massas. Foi autora de diversas ações armadas que vieram a ter um grande impacto no regime e a sua fragilização, que acabaram por culminar, embora não fosse o objetivo atingir civis, na morte de um jovem de 15 anos durante um ataque à escola técnica da PIDE, foi a única fatalidade causada pela ARA. Depois de em 1973 a PIDE-DGS ter levado a cabo inúmeras prisões e perseguições a elementos da ARA, esta termina a sua atividade armada nesse ano, no entanto, segundo Ana Sofia Ferreira, “é invocando

---

<sup>3</sup> Ana Sofia Ferreira, «“Memórias da luta armada durante os 40 anos de democracia», em *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*, coord. Manuel Loff, Filipa Piedade e Luciana Castro Soutelo (Coimbra: Edições Almedina S.A, 2015), p.234.

<sup>4</sup> *Idem*, p.235.

<sup>5</sup> Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975).

a importância da luta democrática e de massas, num quadro de convergência com o Partido Socialista a disputar nas eleições desse ano, que é justificada tal suspensão.”<sup>6</sup>

Por fim, surge em 1971 as BR, o objeto de estudo principal desta dissertação. As BR surgiram através das divergências dentro do Partido Comunista Português, sendo que os seus dirigentes, Isabel do Carmo e Carlos Antunes, antigos militantes do PCP, acreditavam que a solução para acabar com o Estado Novo passava pela ação armada. As BR são donas de um caso praticamente único no mundo, uma vez que surgiu primeiro a organização armada e só depois o partido político, que foi neste caso o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) em 1973, invertendo, tal como refere Ana Sofia Ferreira<sup>7</sup>, a lógica da criação de organizações armadas, “o PRP resultou da conjugação de militantes das Brigadas Revolucionárias, das Comissões de Trabalhadores Revolucionários e de todos os núcleos de revolucionários que se criaram na luta de massas e de outros setores de luta”<sup>8</sup>, Procuraram desde o seu início criar uma rede de apoio através do estabelecimento de contacto com pessoas que defendiam igualmente a luta armada. Apoiavam a luta de trabalhadores, inicializando-os a utilizar a violência revolucionária como arma principal da luta de classes. Levaram a cabo, na ilegalidade até à revolução, diversas ações bombistas com grande impacto a nível nacional e internacional. As BR tiveram nas suas ações duas mortes de dois membros da organização enquanto colocavam uma bomba durante uma ação armada.

Após o 25 de abril, com o processo revolucionário em curso (PREC), as BR e o PRP passaram à legalidade, no entanto, uma vez que o pós-revolução não assumiu os contornos que estes esperavam, mantiveram a legitimação da violência e o incentivo à insurreição dos trabalhadores<sup>9</sup>, passando em 1975 novamente à ilegalidade. Portugal passa por um processo revolucionário, e tal como Ana Sofia Ferreira, refere foram os

---

<sup>6</sup> Ana Sofia Ferreira, «Memórias da luta armada durante os 40 anos de democracia», em *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*, coord. Manuel Loff, Filipa Piedade e Luciana Castro Soutelo (Coimbra: Edições Almedina S.A, 2015), p.236.

<sup>7</sup> *Idem.*

<sup>8</sup> Jornal *Revolução*, “Editorial”, nº1 (1 de junho de 1974), p.1. Disponível em: <https://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024)

<sup>9</sup> RTPArquivos: “Memórias da Revolução: PRP apela à Insurreição Armada”, 10 de Novembro de 2015, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/memorias-da-revolucao-prp-apela-a-insurreicao-armada/> (Consultado a 9 de julho de 2024)

grupos da esquerda radical que provocaram a radicalização desse mesmo processo, quer tenha sido pela realização de ações armadas, quer se tenham deixado ficar apenas pela teorização dessa mesma necessidade, com o objetivo de provocar a tomada do poder pelos trabalhadores e caminharem assim para uma sociedade socialista. O PREC teve o seu fim com o 25 de Novembro, “Se o 25 de novembro de 1975 fechou a fase revolucionária do processo de transição para a democracia, isso significou também a derrota da esquerda radical em Portugal”<sup>10</sup>, no entanto, e tal como veremos mais à frente nesta dissertação, as BR continuaram a incentivar à insurreição e à verdadeira revolução socialista. Até 1978 deu-se a prisão de diversos elementos da BR, nomeadamente dos seus fundadores, Isabel do Carmo e Carlos Antunes, levando ao seu fim.

## II. Problema teórico e objeto de estudo

As BR, tal como referido, foram autoras de diversas ações armadas antes do 25 de abril, contribuindo, juntamente com outras organizações, para o processo revolucionário, no entanto, após a revolução e com a sua passagem para a legalidade, mantiveram a sua luta. Após o 25 de abril, a luta socialista<sup>11</sup>, como Isabel do Carmo denominou, continuou a existir, embora a violência assumisse uma perspetiva diferente.

A insurreição, por parte dos trabalhadores, ou seja, a luta destes contra o poder estabelecido, na perspetiva dos dirigentes das BR, continuava a assumir uma grande importância durante o PREC, assim como a luta de massas<sup>12</sup>, que era vista como uma estratégia política do partido.<sup>13</sup> Com o processo revolucionário em curso, Isabel do Carmo acreditava que havia condições para que se desse as reivindicações das bases para alcançar o poder, através das comissões de moradores e trabalhadores e assim a

---

<sup>10</sup>Ana Sofia Ferreira, «“Memórias da luta armada durante os 40 anos de democracia», em *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*, coord. Manuel Loff, Filipa Piedade e Luciana Castro Soutelo (Coimbra: Edições Almedina S.A, 2015), p.239.

<sup>11</sup> Refere-se à luta dos trabalhadores pelo fim de uma sociedade de classes, termo bastante utilizado pelos fundadores das BR e nos seus jornais, “Revolução” e “Página Um”, documentação oficial e conferências.

<sup>12</sup> Termo referente à organização das massas populares, classes operárias e trabalhadores contra o poder estabelecido.

<sup>13</sup>Ana Sofia Ferreira, «Unir, Organizar, Armar», em *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia: Percursos cruzados*, coord. Ana Sofia Ferreira e João Madeira (Lisboa: Edições Colibri, 2019).

revolução socialista, “para nós, as BR e a ARA, a questão do derrube do regime estava ligada à instalação do socialismo, portanto, a isso ser um caminho para a revolução socialista.”<sup>14</sup> Isabel do Carmo acreditava que podia dar outra feição à continuação da evolução do processo revolucionário, mas para isso era necessário organizar a insurreição, organizar a força armada dos trabalhadores (as massas mais radicais) com os soldados mais radicais (eram um sinal claro da insurreição, significava que o exército estava do lado dos revolucionários); e os militantes revolucionários armados. Com estas três frentes, propunham a organização da insurreição armada. O que, como se sabe, não aconteceu.<sup>15</sup> “A passagem das BR à clandestinidade não alterou a relação existente. O PRP-BR não era uma organização política que tinha um braço armado, nem tão pouco um aparelho militar que tinha um braço político. Buscava uma nova síntese entre a luta política e a luta armada, tal como entre a luta legal e a luta clandestina (...) Sempre entendi a passagem à clandestinidade das BR como um ato de defesa da organização, por um lado, e, por outro, de “aviso à navegação” de que o Processo Revolucionário em Curso perigava, tornando emergente a possibilidade de luta armada generalizada.”<sup>16</sup>

Assim, a violência política, ou seja, violência associada à prática de ações violentas seguindo motivações políticas, “A finales del siglo XIX la expresión empezó a designar, por extensión, el uso sistemático de medidas violentas con un objetivo político”<sup>17</sup>, algo que tem sido cada vez mais objeto de estudo, foi algo que se manteve presente em Portugal, utilizada como um instrumento para gerir ou evitar conflitos com

---

<sup>14</sup>Entrevista de Isabel Lindim e Sérgio Antunes a Isabel do Carmo em: Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Dom Quixote, 2017), p.300.

<sup>15</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>16</sup>Respostas de Fernando Silva, ex-membro do PRP-BR e das FP-25 ao escritor Rui Galiza para a elaboração de um livro sobre a Luta Armada em Portugal a ser editado pela Assírio e Alvim: Contributos para a História da Luta Armada em Portugal, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 2014, em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 5 de março de 2024).

<sup>17</sup>Pau Casanellas, «Violencia política: entre legitimidad y legalidad. “Terrorismo” y estigmatización de la contestación», em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.42.

motivações políticas, quer durante a ditadura, através do próprio regime, como durante o processo revolucionário, através das diferentes organizações armadas.

Associado a este objeto de estudo, torna-se necessário, investigar a ação de outras organizações armadas, como a LUAR e a ARA e por outro lado, analisar o que é a violência política e a violência de estado vivida em Portugal.

O problema teórico central da dissertação passa assim pela realização de uma análise sobre o trajeto desta organização armada, desde o seu início em 1971 até 1978, quando se dá a prisão dos seus dirigentes. Para isso, irei abordar a sua origem e ações antes do 25 de abril, e perceber se, durante o processo revolucionário que teve início no dia 25 de abril de 1974, esta organização de extrema-esquerda, mantém uma continuidade ou aposta na mudança das ações no contexto da transição democrática que se viveu em Portugal. Será por outro lado útil abordar também as ações de outras organizações armadas como a LUAR e ARA, o que nos oferecer um panorama geral da luta da extrema-esquerda contra o regime antes do 25 de abril e por outro lado torna-se necessário abordar e analisar o que é a violência política e de que forma se viveu a violência de Estado em Portugal.

As Brigadas Revolucionárias, que justificavam a sua atividade armada antes do 25 de abril como uma necessidade para o fim da ditadura, legitimaram a continuidade do uso da violência já em processo de transição para a democracia? Como? Evidenciaram motivações que sustentaram essa continuidade? Ou deu-se uma rutura total com a atividade armada?

Se por um lado, no caso concreto de Portugal, o período pré-25 de abril, a problemática da história da violência política e a violência da extrema-direita no pós 25 de abril, têm vindo a ser alvo de vários estudos, por outro lado, o período pós-revolução, nomeadamente, a continuidade ou rutura para com o uso da violência armada por parte da extrema-esquerda, é algo que não está tão estudado, resta assim estudar para além do papel das BR na queda da ditadura, a postura desta organização durante o processo revolucionário, uma vez que entenderam que a revolução não se fez no termos que esta organização esperava, decidindo assim, apelar e legitimar o uso da violência acabando por voltar à clandestinidade.

O meu objetivo no estudo de uma organização armada de extrema-esquerda não pretende omitir nem desvalorizar o papel que a violência da extrema-direita teve sobretudo no pós-1974 em Portugal. A minha intenção inicial passava por abordar essa mesma questão, fazendo uma comparação com caso espanhol, no entanto, por uma questão de tempo não o consegui fazer. Resolvi, assim, nas condições que tinha e com o tempo que restava, restringir-me a algo que ainda não foi alvo de tanta investigação, ou seja, compreender o que foram as BR e em que se basearam as suas ações antes do 25 de abril, mas também perceber se a violência foi integrada no discurso das BR já em transição para a democracia, legitimando assim o seu uso. Procurarei assim, evidenciar as motivações ideológicas e as questões de legitimidade que sustentaram, ou não, a continuidade, através de fontes primárias, nomeadamente da imprensa da época.

Em suma esta investigação nasceu de um objetivo comparativo da violência entre o caso português e espanhol, mas acabou por se restringir à ação de uma organização armada de extrema-esquerda e à questão do uso da violência no caso português.

É importante referir que o tempo disponível, a complexidade do tema devido a ser algo pouco aprofundado<sup>18</sup>, o limite de páginas da própria dissertação, limitou a profundidade com que pude tratar a história das BR, as fontes e depoimentos desta história controversa e polémica que é a desta organização.

Escolhi este objeto de estudo pois, apesar de sempre ter nutrido um especial interesse por todo o processo que antecedeu o 25 de abril em Portugal, a luta armada era algo que poucas vezes tinham ouvido falar uma vez que é algo que raramente é abordado nas escolas e nas universidades. Uma vez que se trata de um objeto de estudo com o qual nunca tive contacto, pensei que seria mais interessante e vantajoso para mim a nível académico, investigar algo praticamente novo para mim. Embora, seja um tema já abordado por diferentes autores e investigadores, a originalidade recai sobretudo pela análise da relação do PRP-BR e violência após o 25 de abril, através da análise de fontes primárias, uma vez que é algo que foi pouco abordado e estudado. Pretendo assim com esta dissertação, abrir caminho a futuras investigações mais aprofundadas e de outras perspetivas deste mesmo tema.

---

<sup>18</sup> Relação da violência com o PRP-BR após o 25 de abril.

### III. Metodologia e Revisão bibliográfica

A procura de dados pertinentes à primeira parte<sup>19</sup> da minha pesquisa não foi complicada, uma vez que, é um estudo de caso bastante abordado devido à sua importância na política portuguesa, no entanto encontrei mais dificuldades na procura de fontes relativas à última parte da dissertação<sup>20</sup>, uma vez que se trata de algo relativamente “novo”.

A nível metodológico, procurei sobretudo realizar uma análise abrangente sobre a violência armada em Portugal, nomeadamente das BR, para isso, combinei fontes primárias e secundárias.

Primeiramente pesquisei sobre os principais autores dos temas que pretendia abordar na dissertação em suporte físico, em bibliotecas públicas, nomeadamente as de Braga. Posteriormente procurei a informação existente em suporte digital (Webofscience e ReCAP), de artigos científicos e dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, para conseguir ter uma perspetiva daquilo que já se tinha vindo a realizar.

No que toca às fontes primárias, analisei diversos jornais da época, destacando aqui, o uso do jornal “Avante”; “Diário de Lisboa”; o “Página Um”; “Revolução”; “Comércio do Porto” e o jornal “Expresso,” assim como a revista “Seara nova”. Consegui aceder a estas fontes, através da biblioteca pública de Braga e através sites arquivísticos como a “Casa Comum” e o “Arquivo Nacional da Torre do Tombo”. Estas fontes permitiram-me captar as diferentes perspetivas sobre os acontecimentos e como é que a narrativa era construída na época. Ainda nas fontes primárias recorri a testemunhos históricos, preservados sobretudo na RTP arquivos e no Museu do Aljube, onde depois de assistir a diversas entrevistas a pessoas que participaram na luta armada, que foram presas e perseguidas, consegui compreender a repressão do estado e de que maneira as pessoas se juntavam para lutar contra essa mesma repressão, pelo auxílio da força. Igualmente importante, foi a consulta de documentos oficiais das organizações em estudo, nomeadamente dos Boletins das BR, que nos dão “*insights*” sobre as diferentes

---

<sup>19</sup> Violência Política e luta armada em Portugal (1970-1974).

<sup>20</sup> PRP-BR e violência durante processo revolucionário em curso.

organizações, perspectivas políticas e que tipo de dinâmicas se construíram para resistir á ditadura e responder à violência de Estado.

Ao nível de fontes secundarias foram vários os autores utilizados, no entanto destaco aqui os que na minha perspectiva tiveram uma maior contribuição para este estudo.

Uma vez que esta dissertação de mestrado se insere no campo da violência armada, revelou-se importante abordar a questão da violência política, analisando um pouco daquilo que já se tem vindo a estudar e investigar, abordando também o terrorismo. A violência política esta associada ao uso da força com objetivos políticos, ou seja, trata-se do auxílio de recursos mais violentos quando, na perspectiva dos indivíduos ou mesmo do próprio governo, ir pela via normal de expressão política não chega para atingir os objetivos.

No seculo XX com o crescimento do fascismo na europa e consequentemente da “nova esquerda” a violência política tornou-se cada vez mais presente, quer pelo governo na tentativa de se manter forte, como também de grupos de indivíduos que viam a violência como a única alternativa ao combate da opressão gerada por esses mesmos governos, como se verificou em Portugal.

Embora no capítulo seguinte se aborde as várias definições dadas à violência política por diversos autores, é importante reforçar que não existe ainda uma definição específica, acabando por se gerar varias discussões sobre essa definição entre diferentes autores que abordarei na dissertação, no entanto destaco aqui, entre outros, o trabalho de Donatella della Porta, Ted Robert Gurr e Clark McCauley e Sophia Moskalenko .<sup>21</sup>

Clark McCauley & Sophia Moskalenko<sup>22</sup>,apresentam na sua obra, uma associação da violência polítca à coerção, “Coercion may come from law or government regulation (if free-riders can be accurately identified), from individual morality (internal norms), or from informal face-to-face sanctions (small group norms).”<sup>23</sup> Estes dois autores enfatização a dimensão cultural da violência política, associando o seu aparecimento à radicalização do estados e à coerção gerada, e nesses casos à violência já praticada por esse mesmo governo, podendo surgir como uma resposta a alguma decisão radicalista

---

<sup>21</sup> As diferentes visões e discussões dos autores sobre a violência política são abordadas no capítulo 1.

<sup>22</sup>Clark McCauley, e Sophia Moskaçenko, « Mechanism of Political Radicalization: Pathways toward terrorism». *Terrorism and Political Violence*, nº20 (2008).

<sup>23</sup> *Idem*, p.417.

e repressiva, “A group with weak and diffuse popular support attains sufficient organization to make a public display: a rally, a protest march, a sit-in, or some other form of civil disobedience. The power of the state is exerted to quash the group, often in the form of police response that may include indiscriminate violence or some abrogation of civil or human rights. The result is an increase in sympathy for the victims of state repression and some mobilization of the group’s sympathizers toward action. (This dynamic is considered later in relation to mass radicalization.) For social movement activists, however, there is another dynamic at work, a dynamic of condensation.”<sup>24</sup>

Donatella della Porta apresenta por sua vez uma associação da violência política a movimentos sociais, apresentando e comparando empiricamente vários tipos de violência política, “Within the dominant paradigm of social movement studies, political violence can be explained as an outcome of the interactions between social movements and their opponents.”<sup>25</sup> Mostra-nos na sua obra que a maioria das ondas de protesto surgem através dos movimentos sociais, expõe assim uma relação direta entre os regimes autoritários e a violência política, quer como forma preventiva quer como forma de resposta a esses regimes, gerando um ciclo de violência.

Ted Robert Gurr, por outro lado, apresenta o conceito de violência política associado ao uso de força por parte de um partido ou instituição para atingir a ordem política.<sup>26</sup> O autor, ao contrário dos anteriores, apresenta aos leitores uma distinção dos atos de violência política, entre bons, maus, ou neutros, dependendo apenas do ponto de vista de quem observa, “The basic frustration-aggression proposition is that the greater the frustration, the greater the quantity of aggression against the source of frustration.”<sup>27</sup> Para o autor, a revolução, guerras de guerrilha e golpes de estado, resumem uma mudança sociopolítica através da violência. Apresenta três formas de violência política: “*Turmoil*”, quando se trata de uma violência relativamente espontânea e desorganizada sob a forma de greves violentas, motins e confrontos políticos; “*Conspiracy*”, uma violência com objetivos políticos, altamente organizada,

---

<sup>24</sup> *Idem*, p.425.

<sup>25</sup> Donatella della Porta, *Clandestine Political Violence* (New York: Cambridge University Press, 2013), p.15.

<sup>26</sup> Ted Robert Gurr, *Why Men Rebel* (New Jersey: Princeton University Press, 1971).

<sup>27</sup> *Idem*, p.9.

tem normalmente uma participação limitada, associada a assassinatos políticos bem organizados , inclui o terrorismo de pequena escala, guerras de guerrilha em pequena escala e golpes de Estado; e por ultimo *“Internal War”*: tal como a anterior, é uma violência política altamente organizada , no entanto conta com uma ampla participação popular que tem como objetivo central derrubar o governo, normalmente esta associada ao terrorismo de grande escala, guerras civis e revoluções.

Não é possível falar de violência política sem abordar também o terrorismo, para isso, destacarei sobretudo o estudo de Martha Crenshaw<sup>28</sup>. Esta autora através do seu artigo, elucida o leitor sobre o terrorismo e as suas causas e associa-o à violência política. Apresenta o terrorismo, associando-o à realização de ataques violentos, com uma violência ampliada, levados a cabo por um grupo, um indivíduo ou um ator político, com objetivos políticos, “If we focus on terrorism directed against governments for purposes of political change, we are considering the premeditated use or threat of symbolic, low-level violence by conspiratorial organizations. Terrorist violence communicates a political message; its ends go beyond damaging an enemy's material resources.”<sup>29</sup>

A segunda parte desta dissertação refere-se à violência de Estado em Portugal, ou seja, a violência política levada a cabo pelo regime de Salazar como forma de assegurar o poder. Através do estudo de diversos autores podemos perceber que o regime salazarista se auxiliou de diversos mecanismos repressivos para evitar golpes de estado e manter o controlo da população e da oposição que se cimentava na clandestinidade, aqui destacarei o trabalho de dois autores e investigadores, Fernando Rosas e Irene Pimentel, que foram, entre outros, essenciais para o meu estudo.

Fernando Rosas<sup>30</sup> na sua obra mostra que foi a violência que garantiu a durabilidade do regime de Salazar. A violência política foi usada como um meio de controlo da população. Rosas evidencia na sua obra duas formas de violência de estado: a preventiva e a repressiva. Para este, a violência de estado para além de ser uma forma

---

<sup>28</sup> Martha Crenshaw, «The causes of terrorism». *Comparative Politics*, nº13 (1981).

<sup>29</sup> *Idem*, p.379.

<sup>30</sup> Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

de ação direta para com aqueles que eram considerados desviantes da linha política do regime, era também uma estratégia preventiva para a perpetuação do regime no poder, tal como veremos mais à frente.

Segundo Fernando Rosas a violência preventiva foi um instrumento dissuasor da violência, dava-se assim a fiscalização ética e moral da população no seu quotidiano, através dos órgãos de censura prévia, nomeadamente do Secretariado de Propaganda Nacional e através do Ministério da Educação Nacional (MEN).

A violência punitiva para Fernando Rosas, era aquela que tinha uma ação direta sob aqueles que se revelavam uma ameaça ao regime, “ (...) do que pisavam o tal risco delimitador do primeiro círculo de segurança, militando ou apoiando organizações clandestinas de luta contra o regime, conspirando ou participando em atividades revolucionárias, ou simplesmente aderindo a uma greve (...) solidarizando se com presos políticos, ou frequentando iniciativas culturais ou recreativas proibidas, tudo atividades automaticamente passíveis de repressão policial com efeitos mais ou menos graves na liberdade, na integridade física e na vida profissional dos prevaricadores”<sup>31</sup> Aqui atuava a justiça política ou seja, a polícia política (PIDE-DGS), PSP, GNR, e a Legião Portuguesa, levando a cabo prisões políticas em campos de concentração.

Irene Flunser Pimentel<sup>32</sup>, complementa com a sua obra, a ideia de Fernando Rosas, no entanto foca-se apenas na forma como a PIDE-DGS punha em prática esta violência. Mostra ao leitor a violência dos interrogatórios, detalhando as torturas usadas como meio de obter informações dos presos políticos (a tortura do sono era uma das torturas mais utilizadas), “A PIDE/DGS não atupi sobre pessoas passivas e ter de contar com reações e resistências do outro lado da barricada. O PCP, cujo comportamento face a polícia se tornou central na vida dos seus militantes e funcionários, teve mesmo, como se viu, uma moral e um comportamento próprios para lidar com a PIDE/DGS, escapar à prisão, enfrentar os interrogatórios sob tortura e continuar a luta no interior dos cárceres e nas sessões de julgamento.”<sup>33</sup>

Foram essenciais para uma maior compreensão da violência de Estado, a análise de testemunhos de antigos presos que passaram pelos processos de tortura referidos,

---

<sup>31</sup> *Idem*, p.203.

<sup>32</sup> Irene Flunser Pimentel<sup>32</sup>, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

<sup>33</sup> *Idem*, p.278.

nomeadamente o testemunho de José Mário Branco e Jorge Querido, que deram a conhecer a brutalidade aplicada nos interrogatórios e todo o tipo de torturas utilizadas, como veremos mais à frente. Estes testemunhos encontram-se disponíveis no museu do Aljube, uma das prisões mais utilizadas durante o Estado Novo, para além da prisão do forte de Caxias, da cadeia do Forte de Peniche e do campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde.

A terceira parte da dissertação ficou reservada para a abordagem da luta armada em Portugal, nomeadamente a trajetória das BR. Foram vários os autores e investigações utilizadas para a elaboração deste capítulo, no entanto irei destacar aqui apenas os que contribuíram mais para esta investigação.

Apesar de utilizar outros artigos<sup>34</sup>, a tese de doutoramento de Ana Sofia Ferreira<sup>35</sup>, foi essencial para a realização desta dissertação, uma vez que nos apresenta uma abordagem bastante intensiva sobre a luta armada em Portugal e os seus principais atores. Apresenta ao leitor um “*background*” da situação política do país, o que é importante para a compreensão do panorama político do país, e posteriormente faz referência às diferentes organizações armadas que surgiram na época e as suas ações (1970-1974) de forma detalhada, sobretudo da ARA, da LUAR e das BR, “Em 1967, a LUAR, levava a cabo a primeira acção armada contra o regime, o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, para obter dinheiro que seria utilizado no financiamento de futuras acções armadas. Em 1970, o Partido Comunista Português, depois de um prolongadíssimo período de maturação, avançava com a ARA que levou a cabo a primeira acção em Outubro desse ano, a sabotagem ao navio *Cunene* que participa da logística de apoio à guerra colonial. Em 1971, foram as Brigadas

---

<sup>34</sup>Ana Sofia Ferreira, “A sedução das armas. Radicalização na contestação ao Estado Novo”, in *III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict. Proceedings*, (eds.) Martí Marín; Sampere Domènech e Ricard Martínez (Barcelona: CEFID-UAB, 2016), p.346.

Ana Sofia Ferreira, «Memória da luta armada durante os 40 anos de democracia», em *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*, coord. Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo (Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2014), p.235.

<sup>35</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015).

Revolucionárias que desencadearam a primeira acção, um atentado bombista contra o Quartel da Nato na Fonte da Telha. Até ao 25 de Abril de 1974, várias acções armadas seriam cometidas por estas organizações, com a particularidade de apenas atingirem o aparelho repressivo e militar do regime, e de seguirem o princípio irredutível de não fazer vítimas mortais entre os civis.”<sup>36</sup> Esta investigação foi essencial para compreender o que motivou o surgimento destas organizações e que tipo de acções violentas executaram contra o regime de Salazar. Ana Sofia Ferreira, evidencia também a criação das BR, e como, de forma inédita, procederam em primeiro lugar à criação de uma organização armada e só posteriormente à criação de um partido, o Partido Revolucionário do Proletariado, que marcou assim, desde o início, a distinção das BR face às restantes organizações clandestinas, tornando assim a sua obra indispensável para o tema em questão.

Por sua vez, o artigo de Rui Bebiano veio reforçar a investigação de Ana Sofia Ferreira utilizada nesta dissertação, com uma outra perspectiva, abordando no seu artigo o processo de mudança que o regime sofreu e oferece uma interpretação sobre a violência durante os anos 60 e inícios dos anos 70 em Portugal, fazendo referência às diferentes organizações armadas, “Ao mesmo tempo, perante um regime entrincheirado, manifestamente incapaz de se autorregenerar, a percepção da luta armada como via de saída diante do bloqueio foi assomando enquanto possibilidade e foi também conquistando adeptos. Cenários e conjeturas acerca do impacte político da sua presença, qual tornou objetivamente plausível a revolução de 1974, irromperam então, no contexto de um potencial armazenado de conflitualidade.”<sup>37</sup>

A obra de Fernanda Leitão e Carlos Pina<sup>38</sup>, centrada na LUAR foi importante para obter uma visão interna sobre o que era a LUAR, os seus objetivos e de que forma se

---

<sup>36</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.15.

<sup>37</sup> Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005): p.66

<sup>38</sup> Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975).

criou esta organização, assim como a contribuição de Fernando Marques Pereira e Pacheco Pereira<sup>39</sup>, que complementou com informações e perspetivas sobre a fundação da organização, igualmente importantes.

Nesta mesma linha, utilizei a obra de Jaime Serra<sup>40</sup> pois apresenta um olhar próximo da luta armada em Portugal, nomeadamente da ARA e do PCP, visto que foi um dos seus militantes. Embora tenha utilizado a contribuição e outros autores para esta investigação, a visão de Jaime Serra foi essencial pois trata-se de uma fonte primária com um discurso claro e distinto sobre ações e motivações da organização, bem como o que contribuiu para o seu fim.

Por último, outra das obras que teve um grande contributo para esta dissertação foi a obra de Lincoln Secco<sup>41</sup>, uma vez que trata especificamente o 25 de abril, apresentando assim os seus antecedentes, o panorama político em vigor em Portugal, relatos de vários participantes da revolução oferecendo assim uma visão aproximada e real dos acontecimentos, e faz ainda referência ao ambiente político e social em Portugal depois da revolução, o que se torna necessário para poder perceber de forma as BR se adaptaram a esse novo panorama. Foram utilizados ao longo da dissertação diversos artigos científicos, no entanto, dou especial destaque aos artigos de Ana Sofia Ferreira<sup>42</sup> e Diego Palacios Cerezales.<sup>43</sup> Trata-se de artigos bastante completos, com um estudo aprofundado sobre o tema em questão e que acabaram por, juntamente com as restantes fontes utilizadas, complementar esta dissertação. Acaba por ser interessante a forma como ambos os artigos se complementam, pois, se por um lado, Diego Palacios

---

<sup>39</sup> Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975).

<sup>40</sup> Jaime Serra, *As explosões que abalaram o fascismo* (Lisboa: Edições «Avante!», 1999. <https://www.pcp.pt/publica/militant/240/p49.html> (Consultado a 20 de fevereiro de 2024).

<sup>41</sup> Luís Secco, *25 de Abril: A Revolução dos Cravos* (Lisboa: Companhia Editora Nacional, 2005).

<sup>42</sup> Ana Sofia Ferreira, “Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC”, Instituto de História Contemporânea (IHC), (2020).

<sup>43</sup> Diego Palacios Cerezales, “Confrontación, violência política y democratización. Portugal 1975”, *Política e Sociedad*, vol.10, n3 (2003), p190.

Cerezales oferece uma perspectiva geral do que foi a violência política durante o processo revolucionário em curso em 1975, o chamado “verão quente de 1975”, por outro lado, Ana Sofia Ferreira, foca-se no PRP durante o PREC e conseqüentemente faz referência à violência deste período.

Como o último capítulo da tese ficou reservado à questão da investigação sobre a violência e a sua legitimidade dentro do BR-PRP, foi fundamental a análise da obra de Isabel do Carmo.<sup>44</sup> Como os estudos dentro desse tema são escassos, esta fonte primária, juntamente com outras fontes primárias, de uma fundadora das BR, foi importante para dar uma base à investigação em questão. Na sua obra, Isabel do Carmo aborda toda a trajetória das BR com testemunhos e entrevistas realizadas não só aos próprios militantes desta organização como de outras já referidas, acaba por ser uma fonte primária extremamente rica em informação, que através de um olhar real de dentro da organização, uma vez que foi escrito pela sua fundadora, conseguimos perceber os reais objetivos da organização, como surgiu, como surgiu posteriormente o partido político (PRP) e como esta voltou a passar à ilegalidade após o 25 de abril e finalmente como se deu o seu fim.

Recorri também à análise de outras fontes primárias que evidenciassem a legitimação da violência por parte deste partido ou por outro lado se havia a associação das BR-PRP a ações de violência armada. Esta análise centrou-se sobretudo na imprensa da época, pois transmite notícias e informações da época em questão e do ambiente político que se vivia, analisei para este tema, sobretudo o jornal “Revolução”, o jornal “Página UM” e ainda o “Diário de Lisboa” e o “Comércio do Porto”. Estabelecendo uma linha temporal sobretudo 1975-1978, procurei por notícias referentes à violência ou que sugerissem/apelassem à legitimação desta por parte das BR-PRP, por outro lado procurei também notícias que pudessem sugerir a associação efetiva das BR a atos de violência, no intervalo de tempo referido.

Procurei saber para além do já referido, se existem ou não, referências através de testemunhos de ex-militantes da organização, sobre as BR-PRP e atos violentos.

---

<sup>44</sup>Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Dom Quixote, 2017).

Encontrei um testemunho de Luís Govern Lopes <sup>45</sup> para a revista *Sábado*, que deu uma visão interna sobre a perspetiva deste em referência á organização sobre a violência, assim como uma entrevista a Fernando Silva<sup>46</sup>, ex-membro do PRP e das FP-25 de abril. O manifesto do PRP-Brigadas Revolucionárias também foi um dos documentos oficiais utilizados com fonte primária para perceber objetivos do partido e da organização.

Foi essencial também aceder a informação original deste período, nomeadamente como veremos, aos comunicados oficiais das BR e ao Dossier Brigadas Revolucionárias criado por Carlos Antunes, assim entrevistas realizadas a Carlos Antunes<sup>47</sup>; Isabel do Carmo<sup>48</sup> e outros militantes das restantes organizações.

---

<sup>45</sup> Entrevista de Luís Govern Lopes, à revista *Sábado*, publicada a 3 de novembro de 2022, p.47. Disponível em: <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/iam-preparados-para-disparar-e-matar-claro> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>46</sup> Entrevista a Fernando Silva, membro do PRP e das FP25 de Abril, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 19 de abril de 2014, disponível em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 9 de julho de 2024).

<sup>47</sup>Entrevista RTPArquivos: Entrevista a Carlos Antunes, 4 Dez. 1982 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-carlos-antunes-2/> (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>48</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, 2015, em: <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/isabel-do-carmo-as-brigadas-revolucionarias/> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

## 1. Violência Política: um contexto

O século XX é caracterizado pelas suas guerras e revoluções, um século marcado pela violência, sobretudo política. Embora este tipo de violência fosse algo muito presente em contexto colonial, ou seja, na Ásia e em África, foi algo que esteve também no século XX muito presente na Europa. Impulsionada pela realidade política da época, ou seja, pelo crescimento do fascismo e regimes ditatoriais, a violência política foi também motivada pelo crescimento da “Nova Esquerda” que, utilizava meios violentos em alguns casos, para combater a opressão que se fazia sentir na época por esses mesmos regimes, tal como verificaremos no caso português.

Embora a relação entre violência e política, seja cada vez mais estudada, ainda não se definiu uma teoria global. As discussões em torno daquilo que é a violência política são muitas, não havendo, no entanto, uma definição específica para este fenómeno, variando consoante a perspectiva de cada investigador que se dedique a esse estudo. Por exemplo, para Benjamin Valentini, violência política resume-se a “any form of organized violence carried out by political actors, including governments, rebel groups, insurgents, or terrorist organizations”<sup>49</sup>.

Já para Max Weber, ela é um meio utilizado pelo Estado e “the right of physical violence is assigned to all other associations or individuals only to the extent permitted by the state; it is supposed to be the exclusive source of the 'right' to use violence.”<sup>50</sup> Esta, na grande maioria das vezes, está enraizada no próprio sistema político, económico e social do país, por isso é difícil tentar separá-la, na prática, da política.

Na perspectiva de Donatella della Porta, “Political violence consists of those repertoires of collective action that involve great physical force and cause damage to an adversary to achieve political aims.”<sup>51</sup> No entanto, esta evidência que é difícil definir o que é violência política uma vez que os argumentos de definição são muito subjetivos: “(...) political violence is generally understood to mean behavior that violates the

---

<sup>49</sup>Benjamin A. Valentini, «Why we kill: The political science of Political Violence against civilians», *Annual Review of Political Science*, 14 março, 2014, p.91.

<sup>50</sup>Discurso de Max Weber traduzido em: Walter, E. V, «Power and Violence »*The American Political Science Review*, nº58 (1964), p.359.

<sup>51</sup> Donatella della Porta, *Clandestine Political Violence* (New York: Cambridge University Press, 2013), p.6.

prevailing definition of legitimate political action.”<sup>52</sup> Nesta definição, conseguimos perceber essa subjetividade, uma vez que a noção daquilo que pode ser considerado como legitimidade política, consoante a realidade política de cada país, o regime político em vigor e a própria época, pode variar, logo, não é algo “estático”, sendo necessário esclarecer o grau daquilo que se considera legítimo (o que é difícil). Neste sentido, a definição aqui de violência política, abre espaço para diferentes percepções, no contexto dos argumentos subjetivos utilizados. Assim como acontece com a definição do que é um comportamento violento que fica difícil de concretizar, “La determinación de la acción violenta depende de las normas en vigor, que son las que dan contenido a la noción, que a su vez depende del ámbito social en el que se inscriba y de la situación histórica en la que se produzca.”<sup>53</sup>

A violência política está, de uma maneira geral, associada à prática de ações violentas seguindo motivações políticas, onde muitas das vezes a própria violência é um instrumento utilizado pelo Estado para gerir certos conflitos.<sup>54</sup> Neste contexto, a força é utilizada como um meio para alcançar um objetivo político que poderá resumir-se à intimidação da oposição<sup>55</sup>, à repressão, à censura, a confrontos diretos, a conflitos armados ou ao terrorismo. Este tipo de violência agrega a si uma grande simbologia, estando normalmente sujeita a certas normas de uso para que, assim, se garanta a sua eficácia, visto que, tende a obter resultados mais rapidamente que o “jogo político” normal, “Political violence violates human rights, impedes democracy from developing, consolidating or flourishing and undermines the relationships of fairness, transparency and trust upon which good governments are built.”<sup>56</sup>

Para Ted Robert Gurr, “(...) political violence refers to all collective attacks within a political community against the political regime, its actors - including competing political

---

<sup>52</sup>Donatella della Porta, *Social Movements, Political Violence and the State: A comparative analysis of Italy and Germany* (New York: Cambridge University Press, 1995), p.4.

<sup>53</sup>Sophie Baby, *El Mito de la Transición pacífica. violencia y política en España (1975-1982)*, (Madrid: AKAL Editora, 2018), p.59.

<sup>54</sup>Eduardo González Calleja, «“Bellum Omnium contra omnes” Uma reflexión general sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos políticos», em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.12

<sup>55</sup>Aqui a oposição refere-se a quem defende uma via política diferente da que se encontra em vigor, no caso concreto de Portugal seria, entre outro, o Partido Comunista, que se assumia como a oposição ao Estado-Novo.

<sup>56</sup>Gabrielle Bardall, Elin Bjarnegard, e Jennifer M. Piscopo, «How is Political violence Gendered? Disentangling motives, forms and impacts», *Political Studies*, vol.68 (2020), p.917.

groups as well as incumbents - or its policies.”<sup>57</sup> Este tipo de violência caracteriza-se por ter uma dimensão ideológica, a partir da qual se tenta demonstrar a legitimidade do regime político em vigor ou daquele que se pretende instituir (se for o caso). As vítimas e as circunstâncias servem um propósito político que provoca consequências para o sistema social. O conflito surge entre um ou mais grupos, dando-se a intervenção de vários atores políticos, como o Estado e os seus agentes. Segundo Eduardo González<sup>58</sup>, para que se considere um certo fenómeno no campo da violência política, para além de este violar as normas da ordem vigente, têm de existir ameaças sobre o uso da força para que se consiga alterar a estrutura política. Associado a isto, temos de estar perante dois ou mais atores sociais com um projeto político assumido e de se verificar a aplicação de força, coerção ou intimidação por parte de um deles como tentativa de implementar o seu projeto. Como afirma Charles Tilly, “(...)violence, furthermore, is rarely a solo performance. It usually grows out of an interaction of opponents.”<sup>59</sup>

Na visão de Sophie Baby, “Proponer una definición teórica y general de la violencia política es una empresa arriesgada. En primer lugar, porque se trata de un concepto a un tiempo relativo y subjetivo. No todo el mundo ni todas las épocas admiten que unos mismos hechos sean violentos; unos actos idénticos se percibirán y calificarán de muy diferente manera dependiendo de los individuos, los grupos sociales, las regiones o las épocas que se tomen en consideración.”<sup>60</sup>

González, tal como outros teóricos, associa ainda a violência política ao conceito de legitimidade. Este conceito é parte importante da esfera política, isto porque, embora possamos estar perante sistemas políticos eficazes, quando estes não são legitimados, a probabilidade de surgirem conflitos mais intensos é grande e, seguindo este argumento, aqueles sistemas que, para além de ilegítimos, são ineficazes, são mais passíveis à instabilidade, a crises políticas e sociais que põem em causa esse mesmo regime/sistema: “(...) las acciones coercitivas del estado son violencia para los que lo

---

<sup>57</sup>Ted Robert Gurr, *Why Men Rebel* (New Jersey: Princeton University Press, 1971), p.4.

<sup>58</sup>Eduardo González Calleja, «“Bellum Omnium contra omnes” Uma reflexión general sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos políticos», em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017).

<sup>59</sup> Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (New York: Random House, 1978), p.175.

<sup>60</sup> Sophie Baby, *El Mito de la Transición pacífica- violencia y política em España (1975-1982)*, (Madrid: AKAL Editora, 2018), p.59.

consideran ilegítimo y fuerza para los que lo creen legítimo.”<sup>61</sup> Neste sentido, pode-se dizer que “ Un déficit de eficacia puede producir también uma baja de legitimidad, al perder los actores sociales la confianza en que el sistema resuelva sus problemas o colme sus aspiraciones”<sup>62</sup>, pelo que a legitimidade se encontra ligada à pressão pública sobre qual o regime mais eficaz, à influência histórica do regime em questão (no sentido de através de feitos do regime ou passado histórico do próprio país, conseguirem justificar certas ações e ideologias praticadas pelo mesmo), tradições, leis e líderes, ao apoio social, aos princípios ideológicos...

Em suma, num sistema político que seja considerado legítimo, que é aceite pela sociedade, onde se verifica apoio social ao governo, às leis e à maneira como estas são aplicadas, a violência e a revolta seriam, teoricamente falando, muito menores, no sentido em que existiria uma compreensão social do panorama político vigente. Por outro lado, em sistemas políticos impostos pela força, contra a vontade social, sem respeito pelos vários grupos sociais, onde o sistema é visto como ilegítimo e tirânico, a probabilidade é existirem ou formarem-se movimentos de resistência, que, por sua vez, levam à aplicação da força, acabando em confrontos. Podemos concluir que nenhum sistema político consegue manter-se sem o mínimo de legitimidade, caso contrário, o uso da violência torna-se inevitável, como se verificou em vários países, nomeadamente Portugal (1970-1974/75) e Espanha (1973-1978) que, como consequência, levou a revoltas e posteriormente a transições democráticas em ambos os casos. Ou seja, “Cases of individual radicalization to political violence, that is, cases in which the individual acts alone rather than as part of a group, are relatively rare. In such cases, the individual is likely to have some association with a larger intellectual movement.”<sup>63</sup>

Slajov Zizek<sup>64</sup> afirma que um sistema mal-organizado a nível político e económico conduz à violência, que normalmente, é acompanhada pela violência simbólica. Esta violência simbólica é parte da violência política, trata-se da imposição de um sistema

---

<sup>61</sup>Eduardo González Calleja, «“Bellum Omnium contra omnes” Uma reflexión general sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos políticos», em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.25.

<sup>62</sup>*Idem*, p.28.

<sup>63</sup>Clark McCauley, e Sophia Moskaçenko, «Mechanism of Political Radicalization: Pathways toward terrorism». *Terrorism and Political Violence*, nº20 (2008): p.419.

<sup>64</sup>Slajov Zizek, *Sobre la Violencia- Seis reflexiones marginales* (Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 2009).

com um certo simbolismo e significado, de modo que seja visto como algo legítimo. Podemos dizer que foi o que Hitler tentou fazer na Alemanha Nazi, quando evocava o passado histórico do país para justificar as suas ações no presente. Ou seja, dá-se a institucionalização de um poder que acaba por impor o seu objetivo, gerando, no entanto, mais violência sociopolítica. A isto associa-se ainda, a normalização por parte da sociedade e dos próprios governos de certos comportamentos e valores (coerção). Para Pere Solà, “The dominant western culture creates mechanisms that make «the mass» insensible towards the most brutal forms of violence.”<sup>65</sup>

Ted Gurr mostra que nem sempre a violência política é vista como algo negativo no jogo político. Há certos atos específicos de violência que podem ser interpretados quer como positivos, quer como negativos ou neutros, para o estado/regime em questão, dependendo da perspetiva do observador. Os atores políticos podem entender que essa violência é uma forma de se expressarem politicamente ou de se oporem a ordens políticas indesejadas. Isto associa-se à questão do “poder”.

No estudo da relação entre a violência e a política, a referência ao “poder” é quase unânime. Para González, “(...) toda teoría de la violencia politica debería fundamentarse en una teoría del poder, sobre todo de su distribución y control en los estados modernos.”<sup>66</sup> O poder traz consigo a oportunidade de tomar decisões e exercer os seus interesses, autoridade e influência na esfera política. Nesta perspetiva, é perceptível o porquê da luta pelo poder ter sido sempre algo muito presente no campo político, sendo muitas vezes auxiliada pelo uso da força. Para Eduardo González, existem quatro fontes de poder: a ideológica, a militar, a económica e a política: “La lucha por el control de las organizaciones de poder ideológico, económico, militar y político constituye el drama más importante del desarrollo social.”<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup>Pere Solà Gussinyer, « “Means and aims”. Political violence and pacifism in world-wide anarchist ranks during the first half of 20th century: anarchism, political and symbolic violence», em *Violência Política no século XX- um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.225.

<sup>66</sup>Eduardo González Calleja, «Por qué la política es escenario de violencia?». *Gerónimo de Uztariz*, nº34 (2018).

<sup>67</sup>Eduardo González Calleja, «“Bellum Omnium contra omnes” Uma reflexión general sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos políticos», em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.20.

Hannah Arendt<sup>68</sup> não vê a questão do poder e violência da mesma forma. Para esta autora, vários teóricos (da esquerda à direita) olham para a violência (especialmente política) como uma forma de poder. Na sua visão, a violência só é tratada como uma questão política porque se a associa ao poder, no entanto. Para Arendt, esta é antiética ao poder, a violência destrói o poder, não tendo capacidade para o criar: “O poder — que é inerente a qualquer comunidade política — resulta da capacidade humana para agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum de ação. Por isso, poder e violência são termos opostos: a afirmação absoluta de um, significa a ausência do outro.”<sup>69</sup> Na sua obra, diferencia a violência do poder, da força, da autoridade e do vigor. Para Arendt, o poder acaba por ser a capacidade de agir, e estando geralmente associado a um grupo, faz com que o próprio poder só se mantenha enquanto esse mesmo grupo se encontra unido; quando este desaparece, o poder também se esvanece. Já a violência, “(...) ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.”<sup>70</sup> O poder, por maior que ele seja, não pode prevenir o aparecimento de violência. Esta é quase uma visão paradoxal da violência, que efetivamente existe, “The paradox of political violence basically refers to the notion that violence and politics are indeed opposites: the tendency of politics is to put an end to violence.”<sup>71</sup>

Arendt, na sua obra<sup>72</sup>, mostra o impacto e influência do poder na estrutura política. Para ela, a superioridade do governo só se consegue manter, para além da legitimidade, enquanto a estrutura de poder permanecer intacta, ou seja, “(...) enquanto os comandos são obedecidos e as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. Quando este não é mais o caso, a situação muda abruptamente. (...) a rebelião não é contida, mas as próprias armas mudam de mãos.”<sup>73</sup> O poder apenas precisa de legitimidade, uma vez que é inerente à existência das comunidades políticas, no

---

<sup>68</sup> Hannah Arendt, *Sobre a Violência* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994).

<sup>69</sup> *Idem*, p.8

<sup>70</sup> *Idem*, p.37

<sup>71</sup> Mark Ayyash, «The Paradox of political Violence». *European Journal of Social Theory*, nº16 (2013):342.

<sup>72</sup> Hannah Arendt, *Sobre a Violência* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994).

<sup>73</sup> *Idem*, p.39.

entanto, a violência, embora possa ser justificável, nunca conseguirá ser vista como legítima.

Della Porta <sup>74</sup>associa a violência política aos movimentos sociais, especialmente pelo que se viveu na Europa dos anos 60 e 70. O ambiente antifascista que se fazia sentir e a tentativa de alguns regimes autoritários se manterem no poder, levou a uma grande onda de contestação e violência que marcaram essa época. Charles Tilly menciona o termo violência coletiva, ou seja, vários eventos violentos, realizados por grupos de vários atores políticos claramente identificados com uma afiliação política. Dá como exemplo atos de terrorismo, emboscadas com alvos políticos, perseguições ou prisões, “Violence furthermore is rarely a solo performance it usually grows out of an interaction of opponents.”<sup>75</sup>

Tal como foi referido, a violência política é muito provável nos casos em que um governo, caracterizado como opressivo reage contra os movimentos de contestação, tal como aconteceu em Portugal com Salazar ou em Espanha com Franco, que culminou na transição democrática nos dois países. Foi um período marcado por táticas violentas e de repressão baseadas em motivações políticas. Com o crescimento na Europa de novas ideias de liberdade, da descrença nos regimes autoritários e o próprio contexto de Guerra Fria, assistiu-se em Portugal a uma radicalização do regime, “(...) Radicalization is understood as an escalation process leading to violence.”<sup>76</sup> Neste sentido, o governo português tornou-se mais repressivo e violento contra a oposição e à própria população, embora também na oposição e nos movimentos revolucionários se tenha verificado essa mesma radicalização, “In the seventies, violence became more and more organized in some countries. Radical, sometimes underground, organizations emerged and engaged with the state in a military struggle that they eventually tats.”<sup>77</sup>

Seguindo esta perspetiva de radicalização, Clark McCauley e Sophia Moskalenko entendem que “(...) political radicalization is increased preparation for and commitment to intergroup conflict. Descriptively, radicalization means change in beliefs, feelings, and

---

<sup>74</sup>Donatella della Porta, *Social Movements, Political Violence and the State: A comparative analysis of Italy and Germany* (New York: Cambridge University Press, 1995).

<sup>75</sup> Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (New York: Random House, 1978), p.175.

<sup>76</sup>Donatella della Porta, e Gary Lafree, «Guest Editorial: Processes of Radicalization and De-Radicalization». *International Journal of Conflict and Violence*, vol.16 (2011): p.6.

<sup>77</sup> Donatella della Porta, *Social Movements, Political Violence and the State: A comparative analysis of Italy and Germany* (New York: Cambridge University Press, 1995), p.1.

behaviors in directions that increasingly justify intergroup violence and demand sacrifice in defense of the ingroup.”<sup>78</sup>, o que justifica a violência que surgiu, quer da parte da oposição, quer da parte do próprio Estado.

Della Porta define ainda dois níveis de violência política: “low-level violence”, quando o principal objetivo não são as pessoas, e o “high-level violence”, que pode levar a assassinatos políticos ou a destruição em massa. Para esta autora, as condições do ambiente social, associadas a dinâmicas de grupo e a motivações individuais, são necessárias para compreender a violência política. Neste sentido, nos anos 60 e 70 em Portugal, com o surgimento da “nova esquerda” que se foi radicalizando e criando organizações com objetivos revolucionários, a violência contra o regime e as autoridades foi evidente e é importante percebê-la, ou seja, perceber que condições levaram ao surgimento desta violência. Que grupos e organizações a praticaram neste contexto? Quais as características que os terá levado a adotar a violência como um instrumento político? De acordo com Rui Bebiano, “Os ventos de mudança - traçando uma analogia com o título da conhecida canção de Bob Dylan - haviam sido, em larga medida, produzidos nos principais países industrializados, por via de regra em sociedades consideradas abertas e sob regimes assentes em diferentes modalidades de democracia representativa, mas haviam feito sentir-se também no interior de Estados que se encontravam muito longe dessa caracterização, como era o caso do Brasil e da Argentina, na América Latina, da Checoslováquia, da Hungria e da Polónia, dentro da Europa do «socialismo real», ou em Espanha e Portugal.”<sup>79</sup>

Danny Monsalvez, tem uma opinião interessante sobre a maneira como se deve olhar para a violência política, que é, segundo ele, um tipo muito particular de violência: “(...) la conceptualización que hagamos de violencia política dependerá de los actores que la definan, sus propósitos, el contexto en el cual se utiliza y la relación con el poder político establecido, entre otras variables. Tampoco se trata de establecer que la violencia política se circunscribe a la acción individual, colectiva o rebelión de grupos sometidos,

---

<sup>78</sup>Clark McCauley, e Sophia Moskaçenko, « Mechanism of Political Radicalization: Pathways toward terrorism». *Terrorism and Political Violence*, nº20 (2008): p.416.

<sup>79</sup> Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o Marcelismo». *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005): p.79.

los cuales buscan subvertir el orden establecido; es decir, la acción que se produce en un sólo sentido, de abajo hacia arriba, resulta poco satisfactoria.”<sup>80</sup>

A violência política, sobretudo entre 1970-1975, tornou-se uma atividade presente em Portugal, motivada pelo crescimento da oposição (esquerda radical) ao regime vigente, pela ação das Brigadas Revolucionárias, da ARA ou da LUAR, uma vez que era justificada pela luta pela liberdade, pela resistência à ditadura e à opressão, ficando associada a ciclos de protesto e a movimentos sociais, “(...) violence was accompanied by ideologies containing its justification (...) we can add that the New Left world views were more favorable to the development of violence and in particular the «semi military» and «clandestine» forms of violence.”<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup>Danny Monsalvez Araneda, «El debate historiográfico y político sobre los orígenes de la violencia política en la historia reciente de Chile». *Sociedad y Discurso*, nº23 (2013): p.109.

<sup>81</sup>Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (New York: Random House, 1978), p.50.

## 2. Entre violência política e terrorismo

O terrorismo é visto como uma das variadas formas que a violência política pode assumir. Della Porta usa o termo violência clandestina para o definir: “(...) the perpetration of killings by small, underground groups (or even single individuals) oriented to (more or less clearly stated) political aims. I refer to this phenomenon as clandestine political violence. Yet there are of course many differences among these instances. September 11th is the most dramatic episode of what has come to be known as religious fundamentalism.”<sup>82</sup> Virgínia Held<sup>83</sup> defende que geralmente a sociedade tende a glorificar certos actos de violência e a horrorizar-se perante outros, conforme as suas posições políticas, religiosas ou interesses: “Governments that use violence—military and police forces, clandestine groups—to suppress their opponents are often as guilty of using unjustified violence as are those who struggle for a hearing for their legitimate grievances. Sometimes they are more at fault because alternative courses of action were more open to them.”<sup>84</sup>

O terrorismo distingue-se de outras formas de violência através da forma como se exhibe: “O terrorismo toma rumos próprios: o uso violência simbólica desenraíza-se das concepções manuais de guerrilha e emancipa-se de tal maneira que não é possível entender o terrorismo como uma política radical de esquerdas, mas como um fenómeno político que pode ser executado em prol de políticas diversas.”<sup>85</sup> Faz-se uso do termo terrorismo político quando é uma forma de violência que é motivada por certas intenções políticas, sendo normalmente praticada por grupos clandestinos que evidenciam claramente a sua visão política, estando normalmente associados a um partido, “Terrorist violence communicates a political message; its ends go beyond damaging an enemy's material resources.”<sup>86</sup> O IRA, foi por exemplo, a organização terrorista mais antiga, começando nos anos 20, com o movimento nacionalista que lutou

---

<sup>82</sup>Donatella della Porta, *Clandestine Political Violence* (New York: Cambridge University Press, 2013), p.2.

<sup>83</sup>Virginia Held, *How Terrorism is Wrong. Morality and Political Violence* (New York: Oxford University Press, 2008).

<sup>84</sup> *Idem*, p.24.

<sup>85</sup> S.A, «Terrorismo Político». Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), p.56, in [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7680/7680\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7680/7680_4.PDF)

<sup>86</sup>Martha Greenshaw, «The causes of terrorism». *Comparative Politics*, nº13 (1981):379.

contra a influência britânica na Irlanda<sup>87</sup>.

Tal como acontece com a expressão “violência política”, também o termo terrorismo é difícil de definir, sendo usado em vários contextos. É referido, por vezes, de maneira contraditória, acabando por variar conforme os interesses em causa: “O terrorismo pode ser definido como uma forma específica de política que se desenvolve a partir do método de uso sensacionalista da violência e mantém a pretensão de instaurar transformações político-sociais.”<sup>88</sup>

Para Martha Crenshaw, “the term terrorism was coined to describe the systematic inducement of fear and anxiety to control and direct a civilian population, and the phenomenon of terrorism as a challenge to the authority of the state grew from the difficulties revolutionaries experienced in trying to recreate the mass uprisings of the French Revolution.”<sup>89</sup>

Já para Alex P. Schmid, citado no artigo de Raúl Martins<sup>90</sup>, “O terrorismo é um método de repetida ação violenta inspirando ansiedade, empregue por atores semiclandestinos, indivíduos, grupos ou estados, por razões idiossincráticas, criminosas ou políticas, na qual - ao contrário do assassinato - os alvos diretos da violência não são os alvos principais. As vítimas da violência são em geral escolhidas aleatoriamente.” Esta definição de Schmid acaba por ser discutível, pois neste sentido um atentado contra uma pessoa em concreto não seria considerado terrorismo.

James Lutz e Brenda Lutz também analisaram o fenómeno: “(...) although there is no commonly accepted definition of terrorism, there has been widespread agreement on many of its key characteristics. Terrorism consists of the use of violence or the threat of violence by an organized group to attain political objectives. The victims of terrorism are important as a means for influencing a wider target audience.”<sup>91</sup>

Para Virginia Held, “Terrorism is political violence that usually spreads fear beyond those attacked, as others recognize themselves as potential target. This is also true of much warfare (...) terrorism’s political objectives distinguish it from ordinary

---

<sup>87</sup> Movimento de libertação nacional de carácter militar.

<sup>88</sup> S.A, «Terrorismo Político». Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), p.56, in [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7680/7680\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7680/7680_4.PDF)

<sup>89</sup> Martha Crenshaw, «The causes of terrorism». *Comparative Politics*, nº13 (1981):280.

<sup>90</sup> Raúl François Carneiro Martins, «Acerca de “terrorismo” e de “terrorismos”». *IDN Cadernos. Série III*, nº1 (2010): 12-13.

<sup>91</sup> James Lutz, e Brenda Lutz, «Democracy and Terrorism». *Perspectives on Terrorism*, vol.IV (2010).

crime.”<sup>92</sup> Normalmente, neste tipo de terrorismo, um dos lados tende a ter o envolvimento de atores não governamentais. Estes podem ser os alvos do terror ou os próprios terroristas. É um fenómeno social que ameaça a segurança, tendo o objetivo de intimidar a população, governos ou instituições de modo a que se destabilize o país, quer a nível político, económico ou social: “(...) actions that are deemed as terrorist offenses include attacks on a person’s life, attacks on the physical integrity of a person, kidnapping, hostage taking, seizure of aircraft or ships, or the manufacture, possession, or transport of weapons or explosives.”<sup>93</sup>

O terrorismo é o reflexo da violência política aplicada numa intensidade diferente através de organizações clandestinas, que podem variar de tamanho, de motivos e ideologias, mas sempre com uma base política. “Within the dominant paradigm of social movement studies, political violence can be explained as an outcome of the interactions between social movements and their opponents.”<sup>94</sup> Segundo esta autora, ao analisarmos o terrorismo, especialmente político, temos de ter em consideração elementos importantes como a violência em si, os objetivos políticos, as ameaças, os efeitos físicos, as diferenças entre os alvos, a ação organizada, as estratégias e as táticas utilizadas.

Para Della Porta, a violência clandestina é a forma mais drástica de violência pois inclui a intenção de matar ou provocar ferimentos graves na sociedade, como forma de intimidar ou ameaçar o alvo pretendido: “In my explanatory model, I aim at linking the contextual, organizational, and interpersonal perspectives – in other words, environmental conditions, group dynamics, and individual motivations. For although clandestine political violence, as a political phenomenon, is certainly influenced by the conditions of the political system from which it emerges, it is a phenomenon involving fairly small organizations whose dynamics inevitably influence its very development. Moreover, like other forms of deviant behavior, political violence generates changes in individuals value systems and perceptions of external reality that in turn affect the organization as a whole” .<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup>Virginia Held, *How Terrorism is Wrong. Morality and Political Violence* (New York: Oxford University Press, 2008): 21.

<sup>93</sup> Donatella della Porta, *Clandestine Political Violence* (New York: Cambridge University Press, 2013), p.6.

<sup>94</sup> *Idem*, p.15.

<sup>95</sup> *Idem*, p.21.

Na maioria dos casos, nas ações terroristas contra um governo em concreto, procura-se, sobretudo, obter uma contrarreação por parte deste, no sentido dos grupos terrorista obterem apoio popular, pois quando os estados respondem com violência, acabam por corresponder aos objetivos dos terroristas, pois estes pretendem que os estados mostrem o seu lado mais violento e repressivo. Por outro lado, muitas das vezes, as organizações terroristas são financiadas pelo próprio Estado: “There can also be state-sponsored terrorism when the government of one state funds and supports terrorism carried out by members of groups or states not under its control.”<sup>96</sup> Reflexo disto, foi o que aconteceu em 1980 quando os EUA financiaram os Contras na Nicarágua. Vários grupos armados foram financiados, com base em interesses políticos, pelos EUA (como faziam em vários países como no Irão e na Síria), para combaterem o governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), procurando, através da imposição do medo e da violência, evitar o apoio da população a FSLN.

Existe ainda uma visão que defende que os regimes em transição democrática acabam por ser mais suscetíveis a este tipo de ação violenta durante esse mesmo processo, em contrapartida, os regimes que já se encontram em plena democracia, que tendem a ser mais abertos politicamente, fazem com que as ações terroristas com intenções políticas, na teoria, sejam menos frequentes, no sentido em que há uma maior proteção e respeito para com as liberdades civis: “Societies in transition from a non democratic regime to a democratic government may be particularly vulnerable since the grip of the old security forces on society is diminished while the new freedoms provide opportunities for violent dissidents.”<sup>97</sup>

Segundo David Rapoport<sup>98</sup>, houve quatro ondas de terrorismo. A primeira a partir de 1880 que ficou caracterizada por ser uma “onda anarquista” que durou 40 anos. Em 1920 surgiu a segunda onda que ficou conhecida como a “onda anticolonialista” que se fez sentir até aos anos 60. Em 1960 surgiu a terceira onda (que será a evidenciada neste trabalho) sendo denominada por “New Left Wave”, que dura até aos anos 90, quando é substituída pela quarta onda, a “Religious Wave”, (embora esta tenha começado já em 1979, uma vez que, segundo o autor, nas restantes “ondas”

---

<sup>96</sup> Virginia Held, *How Terrorism is Wrong. Morality and Political Violence* (New York: Oxford University Press, 2008): 16.

<sup>97</sup> James Lutz, e Brenda Lutz, «Democracy and Terrorism». *Perspectives on Terrorism*, vol.IV (2010): 64.

<sup>98</sup> David C. Rapoport, «September 11 and the history of terrorism», *Antropoetics VIII*, nº1 (2002).

a identidade religiosa foi adquirindo uma importância cada vez maior). A terceira onda é caracterizada por ser uma combinação entre o radicalismo e o nacionalismo, o que é, por exemplo, evidenciado no grupo terrorista ETA (Euskadi Ta Askatasuna -País Basco e Liberdade).

O terrorismo político fez-se sentir principalmente no início da década de 70. Nesse sentido deve ser entendido como parte da conjuntura política dessa mesma década, uma vez que, nesse período, a violência foi utilizada como um instrumento dentro da luta política para a atingir certos objetivos políticos e transformações político-sociais. Poderemos verificar esse aspeto em Portugal no decorrer do seu processo de transição democrática.

### 2.1 Exemplos de terrorismo político em Portugal:

A revolta e o descontentamento face ao regime ditatorial imposto em Portugal começou a aumentar e a ganhar contornos cada vez mais violentos na década de 70. No entanto, foi quando se deu a efetiva transição democrática com a “Revolução de Abril” que episódios protagonizados por organizações vistas como terroristas ganharam espaço. Entre 1975 e 1976 surgiram três organizações que ficaram conhecidas por integrarem a “Rede Bombista” em Portugal, que atuou durante o “Verão Quente de 1975”, sendo responsável pelo crescimento do ódio anticomunista e vários ataques violentos. Fez parte desta rede, nomeadamente, o ELP (Exército de Libertação de Portugal), o MDLP (Movimento Democrático da Libertação de Portugal) e o Plano Maria da Fonte. São todas organizações de extrema-direita que tinham em comum o objetivo de derrubar o MFA e os movimentos comunistas, uma vez que havia, no contexto da guerra fria, o receio do aumento da influência comunista, “During the portuguese transition to democracy the period between october 1974 and february 1977 witnessed an explosion of anti-communism.”<sup>99</sup>

O ELP, comandado por Barbieri Cardoso, ex-subdirector da PIDE, foi uma das principais organizações da extrema-direita que se opôs ao processo revolucionário e

---

<sup>99</sup>Riccardo Marchi, e Raquel da Silva, «Extreme-Right Violence in the portuguese transition to Democracie-Portugal’s Liberation Army». *Journal of Comparative Fascist Studies*, nº11 (2022): p.88.

caracterizou-se pelo seu forte anticomunismo e pelo desejo da ilegalização do PCP. O ELP associou-se ao MDLP, que era liderado pelo general António Spínola a partir de Espanha e do Brasil, uma vez que este estava exilado. Tal como Diego Palacios Cerezales nos mostra, esta associação gerou uma onda de violência terrorista em Portugal, sobretudo contra a esquerda política e social (sindicatos e associações foram também alvos de ataques). Para além destas duas organizações surgiu ainda o Plano Maria da Fonte, uma rede terrorista de extrema-direita apoiada pela Igreja católica, “Tanto na formação e organização do Movimento, como nas ações terroristas realizadas, o apoio e empenhamento do alto clero, dos padres e das estruturas da Igreja Católica foram determinantes.”<sup>100</sup> Segundo Alvaro Cunhal, esta organização defendia a Igreja como a “única instituição” que tinha capacidade para fazer frente ao partido comunista. Estas organizações contavam com o apoio dos partidos da direita radical, membros da igreja católica, antigos membros da PIDE e de militares como António de Spínola e Alpoim Calvão.

Josep Sanchez Cervelló<sup>101</sup> mostra-nos no seu texto, “A contra-revolução no PREC”, de que forma estas organizações foram responsáveis por diversas atividades, vistas como terroristas, tais como o assassinato do padre Maximino juntamente com uma das suas alunas, Maria Lurdes Correia, em 1976, pelo grupo bombista de Ramiro Moreira, fazendo explodir o seu veículo; o atentado contra a Embaixada de Cuba em Lisboa, onde morreram duas pessoas (Adriana Corso Callejas e Efrén Monteagudo Rodríguez); a explosão de um carro na Avenida da Liberdade, em frente à sede do PCP, onde morreu uma pessoa; o rebentamento de uma torre de controlo do aeroporto da Portela, e a explosão de uma residência em Santo Tirso, onde morreu uma mulher (Rosinda Teixeira). Em suma, estes grupos foram responsáveis por variados atentados bombistas, sobretudo contra o PCP e os seus simpatizantes: “Os assaltos vitoriosos envolviam a tomada da sede do PCP e a defenestração dos documentos, da propaganda e do mobiliário que contivesse. Para culminar a ação, retirava-se do mastro a bandeira

---

<sup>100</sup>Álvaro Cunhal, *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*, (Lisboa:Edições Avante!, 2016), p.191.

<sup>101</sup>Josep Sanchez Cervelló, «A contra-revolução no PREC», em J. Medina (Dir.). *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias* (Vol. XIV), Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1994.

vermelha com a foice e o martelo e, por fim, celebrava-se a façanha com a queima purificadora de todo o material comunista.”<sup>102</sup>

Segundo o *Dossier do Terrorismo*<sup>103</sup>, publicado pelas edições “Avante!”, houve, em 1976, cerca de 292 ações terroristas, sendo os principais alvos políticos o PCP (105) e o MDP/CDE (41), que ocorreram especialmente no Porto (60 ações), Lisboa (42) e Braga (35). No entanto, é bom evidenciar que as ações armadas (que eram certas vezes consideradas terroristas), não se limitaram apenas à extrema-direita. Segundo um ex-membro do PRP e das FP25, Fernando Silva, alegadamente as Brigadas Revolucionárias também foram autoras de certas ações violentas, como assaltos a bancos e explosões que causaram a morte de um agente da Polícia Judiciária. A sua ação fez-se sentir de 1975 a meados de 1978.<sup>104</sup>

É possível assim afirmar que no caso de Portugal se verificou a radicalização de alguns movimentos políticos que passaram a adotar uma estratégia mais violenta, sendo encarados como organizações terroristas, com discursos políticos, objetivos e propostas políticas distintas entre si, neste sentido, algumas das organizações e movimentos que se evidenciaram no antes e no pós 25 de abril, da esquerda à direita, em Portugal, irão ser analisados de forma mais profunda no decorrer deste trabalho.

---

<sup>102</sup>Diogo Palacios Cerezales, «Um caso de violência política: o Verão Quente de 1975». *Análise Social*, XXXVII, nº165 (2003): 1127.

<sup>103</sup>Coletivo das Edições «Avante!», *Dossier do Terrorismo* (Lisboa: Edições Avante!, 1977).

<sup>104</sup> Entrevista a Fernando Silva, membro do PRP e das FP25 de Abril, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 19 de abril de 2014, disponível em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 2 de Julho de 2024).

### 3. A violência política da ditadura Salazarista

A violência de Estado, caracterizada pelo uso por parte do governo de formas violentas de intimidação, repressão e controlo da população, foi algo bastante presente na ditadura de Salazar. “A violência está inscrita no código genético de todos os regimes tipo fascistas.”<sup>105</sup>, foi esta repressão e violência sistemática presente em Portugal ao longo dos 48 anos de ditadura que contribuiu para que a oposição se radicalizasse e se revoltasse contra a ditadura que controlava o país, auxiliando-se pelo medo.

O Estado Novo foi um regime ditatorial que embora tenha enfrentado diversas crises<sup>106</sup>, conseguiu governar Portugal durante 48 anos até à revolução de 1974, esta durabilidade só foi possível devido ao uso sistemático da violência, de uma forma preventiva e punitiva. Salazar repudiava a violência praticada por outros regimes fascistas, no entanto, de uma forma incoerente, auxiliou-se muitas da violência para assegurar, segundo ele, os interesses da Nação, este, acreditava que só um poder forte a poderia reerguer, “(...) reconhece que as correntes políticas contrárias às do regime são causadoras de instabilidade, atraso e divergência em relação ao plano que o seu governo tinha para o país, neste sentido era necessário a disciplina através da força.”<sup>107</sup> Assim, a violência era usada como um meio de controlo das massas, pois era necessário afastar ou controlar quem não cooperava com o regime.

Esta violência manifestou-se pela ação das forças de segurança do regime, nomeadamente pela polícia política: Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direção Geral de Segurança (PIDE-DGS). A 29 de agosto de 1933 surgiu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) que tinha a seu cargo a defesa política, social e internacional do regime. Após o fim da segunda guerra mundial, em 1945, os fascismos europeus caíram assim como as suas polícias políticas. No entanto, em Portugal, após

---

<sup>105</sup>Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

<sup>106</sup> Passou pela crise do pós-guerra e a queda das várias ditaduras fascistas da Europa; a crise delgadista de 1958; a *Abrilada* de 1961; os movimentos grevistas de 1962 e pelas pressões externas que defendiam a democratização política de Portugal e o fim da guerra colonial

<sup>107</sup> Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução- Memórias Políticas (1941-1975)* (Venda Nova: Bertrand/Nomen, 1995), p.22.

1945, a polícia política manteve-se ativa, aliás, passou a denominar-se de PIDE<sup>108</sup>, ganhando novos poderes. Centralizou todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes em relação à segurança interna e externa do Estado e passou a ter um quadro de funcionários e agentes, ou seja, um organismo autónomo com poderes e funções próprias. Transformou-se em Direção Geral de Segurança em 1969, já com Marcelo Caetano à frente do regime, passando a chamar-se PIDE-DGS. A polícia política servia para prevenir a contestação pública, funcionou também, segundo Irene Pimentel<sup>109</sup>, como um instrumento para subordinar e domesticar a instituição militar, um pilar do regime.

O PCP foi a força de oposição que manteve uma atividade regular até ao fim do Estado novo, adaptando-se à clandestinidade desde o golpe militar de 1926, assim, foi o principal alvo desta força de segurança. Eram constantes as perseguições da PIDE aos dirigentes comunistas, executando várias prisões ao longo dos anos, como a de Bento Gonçalves, José de Sousa, Júlio Fogaça, Sérgio Vilarigues e Álvaro Cunhal. 1949 foi o chamado “annus horribilis”<sup>110</sup> para o PCP: “Com todas as prisões realizadas em 1949, a PIDE ficou com muita informação proveniente dos arquivos apreendidos do PCP, nomeadamente acerca das técnicas e processos conspirativos da direção, bem como de células de empresa, organizações entre os camponeses, comités de zona, comités locais, sub-regionais, regionais e províncias de norte a sul do país.”<sup>111</sup>

Uma vez que a violência foi algo que sempre sustentou o regime, é importante referir que dentro desta encontramos duas dimensões: a preventiva e a repressiva. A violência preventiva, é aquela que, segundo Fernando Rosas<sup>112</sup>, se baseia na intimidação da população através da censura, da vigilância e dos aparelhos de enquadramento político-ideológico ao nível do quotidiano (família, escola...) Já a violência repressiva é aquela que é punitiva, ou seja, parte-se para o uso da força visível. A violência preventiva funcionava como um instrumento dissuasor da violência, no entanto “(...) contra aqueles que não se subjugavam à violência preventiva exercida pelo regime, e pisavam esse risco, era exercida a violência punitiva, passo seguinte na lógica da

---

<sup>108</sup> A PIDE foi criada pelo Decreto-Lei nº35046, outubro de 1945.

<sup>109</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

<sup>110</sup> *Idem*.

<sup>111</sup> *Idem*, p.151.

<sup>112</sup> Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

violência.”<sup>113</sup> A articulação da violência preventiva (invisível e quotidiana) com a violência punitiva (repressão direta) marcou a essência política e ideológica do Estado Novo.

### 3.1 A violência preventiva

Fernando Rosas considera que a violência preventiva foi a mais constante e silenciosa forma de violência. Havia dentro do Estado várias ações de vigilância, levadas a cabo pela PIDE-DGS (polícia política) e pela Legião Portuguesa (milícia civil armada) que aplicavam a violência física e ações de censura por parte do Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro, que sustentava a violência preventiva através da censura prévia dos órgãos de informação e espetáculos, a vigilância de correspondência, os informadores da PIDE... “A mensagem subliminar era clara: «porta te bem, alguém está a vigiar o teu comportamento».”<sup>114</sup>

O sistema de ordem pública foi adaptado ao regime em 1933, ou seja, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) também sustentavam a violência, era imperativo o uso da violência face a quem desafiasse a autoridade e desobedecesse a ordens. Com o novo sistema de segurança e repressão do regime, quer por uma suspeita de ser contra o regime ou por uma discussão por uma multa ou desobediência às forças de segurança, podia resultar numa ida à esquadra onde, conforme a condição social do detido, ficava sujeito a maus-tratos, violência física e verbal.

A violência preventiva também se manifestou pela atuação dos aparelhos oficiais de inculcação ideológica, ou seja, organizações de controlo ideológico das massas, quer fosse através da família, da escola, dos locais de trabalho ou dos espaços de lazer. Nestes meios, vigiava-se o quotidiano das pessoas e procurava-se, através de diversas organizações, inculcar os ideais do regime, os valores do “Homem Novo Salazarista” e da “Mulher Ideal”. Salazar acreditava que uma das formas mais eficazes de resolver o problema político português seria através da educação e da mobilização das massas de

---

<sup>113</sup> Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013), p125.

<sup>114</sup> *Idem*, p.197.

modo a enraizar na população, desde os mais novos até aos mais velhos, os ideais do regime tentando evitar deste modo desvios da sua ideologia política e consequentemente levantamentos populares.

Seguindo a lógica das restantes ditaduras europeias, criou em 1936 a Legião Portuguesa<sup>115</sup> (milícia armada cujo principal objetivo passava pela defesa do regime) e uma organização paramilitar juvenil, a Mocidade Portuguesa. Mais tarde, em 1937, criou a Mocidade Portuguesa Feminina. Apesar de ter sido influenciado pelos restantes fascismos europeus, cada caso tinha as suas especificidades como um maior ou menor grau de mobilização, o seu caráter mais ou menos radical ou o seu grau de autonomia em relação ao governo.

Surgiu, em primeiro lugar, a Mocidade Portuguesa<sup>116</sup>. Esta organização destinava-se aos jovens rapazes e era pretendido aqui que, desde cedo, estes se fossem moldando no “Homem Novo”. Promovia o desenvolvimento integral e a capacidade física dos jovens e da sua devoção à pátria, baseava-se na educação moral, cívica e pré-militar, uma educação tradicional que se regia pelos ideais de regime, “Consagrada à «renascença da pátria», a Mocidade Portuguesa tomou como ideais de ação as figuras como de D.Nuno Álvares e do Infante D-Henrique e adotou como símbolos a bandeira nacional e a bandeira de D.João I.”<sup>117</sup>

O primeiro comissário nacional a dirigir a organização foi Francisco José Nobre Guedes, este era simpatizante do fascismo alemão e por isso procurou que a organização de juventude nacional se inspirasse no modelo alemão. Salazar também foi próximo dos regimes fascistas europeus, chegando sobretudo a inspirar-se neles para a criação das organizações de enquadramento de massas, “Neste contexto, era quase que inevitável que Salazar não fosse em busca de inspiração às organizações femininas fascistas já existentes (embora Carneiro Pacheco tentasse manter a todo o custo a

---

<sup>115</sup> A Legião Portuguesa foi criada a 30 de setembro de 1936 pelo decreto-lei nº27058.

<sup>116</sup> Surge pelo decreto-lei nº26661 a 19 de maio de 1936.

<sup>117</sup>Mocidade portuguesa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo-  
<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4235890> (Consultado a 15 de abril de 2024).

versão de que a OMEN, a M.P e a M.P.F eram de carácter “estritamente nacional”).”<sup>118</sup>  
Pelo decreto nº29453 a 17 de fevereiro de 1939, a MP foi alargada às colónias.

“Em 1937 criou-se a Mocidade Portuguesa Feminina, no entanto, só em 1942 é que a “vida associativa escolar” lhe foi atribuída, dando-se o reforço da obrigatoriedade de filiação.”<sup>119</sup> A Mocidade Portuguesa Feminina foi uma organização que atuou com um programa, vida e direção próprias, sendo totalmente independente da Mocidade Portuguesa. Nesta organização feminina, onde Maria Baptista dos Santos Guardiola assumiu o cargo de comissária nacional, embora a formação fosse sobretudo moral e religiosa, servia também questões políticas e ideológicas, ou seja, dedicava-se à formação das raparigas, inculcando os ideais do regime criando a “Mulher Nova” totalmente dedicada a Deus, ao lar e à Pátria, através das diversas atividades educativas desde o ensino primário até aos primeiros anos do secundário, “Os programas dos cursos em que púnhamos ambição de vida completa e perfeita: desejando que mesmo eles contribuíssem para vossa saúde e desenvolvimento físico, ao mesmo tempo que vos preparasse para a vossa futura missão de mães, esposas e donas de casa.”<sup>120</sup>

As organizações de juventude focavam-se assim em inculcar uma visão e uma ideologia nacionalistas e assegurar-se que a *mulher nova* e o *homem novo* que estavam a ser criados iriam garantir o bom funcionamento do regime: “O totalitarismo, tomado na acepção que lhe conferiram os ideólogos da «época dos fascismos», surge como um projeto de fabricação social e ideológica de um «homem novo», «reeducado» ou formado nos valores da «ordem nova»”.<sup>121</sup> Assim, o Estado, através de diversos instrumentos de enquadramento ideológico, procurou fazer a sua própria moldagem da sociedade. A essência dos seus objetivos foram então a militarização, a educação e o enquadramento políticos. Salazar percebeu que o enquadramento de massas passava também pela criação de um ambiente de afirmação, contágio e prestígio. Assim, através

---

<sup>118</sup> Inês Saraiva, “A educação dentro da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-42)” (Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular: Seminário de Investigação II, da Licenciatura em História, na Universidade do Minho, 2022), p.10.

<sup>119</sup> *Idem*, p.5.

<sup>120</sup> (S.A) «Ao Começar». Boletim nº1, 13 Maio de 1939, p.3.

<sup>121</sup> Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013), p.318.

dos periódicos da Mocidade Portuguesa Feminina, conseguimos perceber que, era frequente as organizações juvenis promoverem a organização de inaugurações, cerimónias escolares, exposições desportivas, organização de colónias balneares, bênção de barcos, espetáculos, desfiles... sendo frequente a elevação dos valores do Estado Novo, Deus, Pátria, Família, Trabalho e Autoridade.

Para além das organizações juvenis, também a censura foi um instrumento utilizado pelo regime como forma de repressão e, por outro lado de defesa. Segundo Diogo Freitas do Amaral<sup>122</sup>, de todos os mecanismos de repressão, a censura, incluída na violência preventiva, foi o mais eficiente. A sua forma de atuação era alargada uma vez que visava não apenas assuntos políticos e militares, mas também morais e religiosos.

Havia sempre quem vigiasse os comportamentos das pessoas através dos informadores e existia a censura prévia nos órgãos de informação, comunicação e espetáculos. A censura dos meios de comunicação e da imprensa existia, a propaganda foi essencial para assegurar a durabilidade do regime e, além dela, o controlo da população, criando-se por isso o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), considerado um “centro unificador do discurso ideológico”<sup>123</sup>. A PIDE, encerrou tipografias de propaganda clandestina, apreendeu livros e panfletos subversivos e os órgãos de comunicação social que não eram clandestinos eram extremamente vigiados e controlados através dos vários informadores nas instalações: “Os informadores estavam nas cidades e nos campos, nas pequenas aldeias e vilas da província, nas empresas, nos sindicatos, nas escolas e nos cafés. Havia-os entre os trabalhadores, por exemplo, desiludidos com uma última greve (...) frequentadores de tabernas, mas também entre funcionários e intelectuais.”<sup>124</sup> Segundo Fernando Rosas<sup>125</sup>, com a imprensa totalmente controlada e através das escutas telefónicas, da verificação de

---

<sup>122</sup>Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

<sup>123</sup> *Idem*, p.234.

<sup>124</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011), p.315.

<sup>125</sup> Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução- Memórias Políticas (1941-1975)* (Venda Nova: Bertrand/Nomen, 1995).

correspondência<sup>126</sup>, dos informadores<sup>127</sup>, da censura de publicações e propaganda, a única forma que a oposição tinha de fazer chegar notícias menos favoráveis sobre o regime era através da clandestinidade, principalmente através da imprensa clandestina do PCP, com o jornal “Avante!”. A imprensa oficial não tinha liberdade de publicação, logo, estava cingida a publicar aquilo que o regime permitia e da maneira que este queria, havendo assim, muitas das vezes, a manipulação das informações.

Um acontecimento onde a manipulação da imprensa foi clara, foi nas eleições de 1958 e, em 1965, na morte de Humberto Delgado. O regime não estava à espera de que a campanha eleitoral de Delgado tivesse o apoio em massa<sup>128</sup> da população. Salazar percebeu que Humberto Delgado seria uma ameaça ao seu governo, principalmente após o General afirmar que, se ganhasse as eleições, o demitiria e, neste sentido, procurou utilizar a violência contra a população que apoiava Delgado, no entanto, obteve a reação contrária e, por isso, procurou ir por outra via. Vasco Hogan Teves<sup>129</sup> referiu que o grande apoio popular e as grandes concentrações de massa e manifestações fizeram com que o regime tivesse receio do efeito que a divulgação na imprensa pudesse provocar e, então, todo este apoio não era divulgado, apenas a imprensa clandestina e a Rádio Livre<sup>130</sup> o faziam, “Uma das armas desde sempre utilizadas pela ditadura para desorganizar a resistência do nosso povo tem sido a campanha de deturpação dos acontecimentos, a barreira da censura. Por isso, difundir a verdade sobre a luta diária do povo, desmascarar as arbitrariedades e crimes do regime é uma importante tarefa para alargar a frente de luta contra Salazar”<sup>131</sup>. Embora Delgado, nos registos oficiais, tenha perdido para Américo Tomás, a campanha deste

---

<sup>126</sup> A correspondência mais suspeita era lida e fotocopiada e depois colocada de volta na distribuição (havia vezes em que o original era intercetado e nunca devolvido).

<sup>127</sup> Através de informadores, quando recebiam denúncias ou provas concretas de algum indivíduo, a PIDE passava a um processo de vigilância dos seus comportamentos e casa.

<sup>128</sup> Segundo, Vasco Hogan Teves, Humberto Delgado sabia catalisar o entusiasmo da população que queria participar na vida política do país. Tinha ficado impressionado com os métodos americanos de fazer política de se ligar com as pessoas e procurou aplicar esse mesmo método.

<sup>129</sup> RTP Arquivos: Reportagem de Jacinto Godinho – 1958 Humberto Delgado (08-03-2007). <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1958-humberto-delgado/> (Consultado a 3 de abril de 2024).

<sup>130</sup> Foi uma emissora de rádio, criada em 1962, que estava ao serviço dos democratas difundindo informações pelo povo e contribuindo para o desencadeamento de lutas.

<sup>131</sup> Jornal Avante! “Rádio Voz Liberdade”, nº325 (Janeiro de 1963).

deu força à oposição, que percebeu que, uma vez que existia fraude eleitoral, só se conseguiria derrubar o regime através do uso da violência. Vasco Hogan Teves<sup>132</sup> refere que, mesmo exilado, Delgado acabou por ser morto por Casemiro Monteiro e outros elementos da PIDE-DGS, devido à influência que ainda detinha na população. Foi morto a fevereiro de 1965 em Espanha. Segundo Hogan Teves, inicialmente os serviços de censura preocuparam-se em estabelecer que seria um assunto a não tratar, no entanto, quando já não foi possível evitar que a notícia se difundisse, Salazar usou a desinformação para acusar os comunistas da morte de Humberto Delgado, através da imprensa oficial e através de discursos no telejornal. A televisão e os jornais veicularam essa tese do regime e a PIDE foi forjando provas: “Após o assassinato do general Humberto Delgado pela PIDE, os serviços de censura emitiram, em 10 de julho de 1965, uma circular sobre as notícias que deviam ser silenciadas na imprensa, contando-se, entre estas, quase tudo o que dizia respeito a essa polícia. Qualquer notícia sobre repressão e prisões políticas devia ser fornecida, oficial ou oficiosamente, pela própria PIDE ou pelo SNI.”<sup>133</sup>

A violência preventiva, durante o regime de Salazar, foi o reflexo da inexistência de liberdade de expressão, e de liberdade política, de acordo com Fernando Rosas, dava-se prioridade à moldagem do espírito e intimidação, “ toda esta imensa panóplia burocrática ( do Estado e da organização corporativa), com a sua ação intimidatória no dia a dia com o clima de intimidação e de abstenção cívica que alimentava, visava instalar, através de uma surda socialização do medo, um clima geral de acatamento e submissão: a política devia deixar-se para quem podia mandar, e a política dos que obedeciam era o trabalho.”<sup>134</sup> Quando esta violência não era suficiente, o regime partia para a violência punitiva.

---

<sup>132</sup>RTP Arquivos: Reportagem de Jacinto Godinho – A morte de Humberto Delgado (15-03-2007). <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1965-morte-de-humberto-delgado/> (Consultado a 3 de abril de 2024).

<sup>133</sup>Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011), p.93.

<sup>134</sup>Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013), p.200.

### 3.2 A violência punitiva

A violência punitiva era aquela que tinha uma ação direta sob os alvos do regime,“(...) dos que pisavam o tal risco delimitador do primeiro círculo de segurança, militando ou apoiando organizações clandestinas de luta contra o regime, conspirando ou participando em atividades revolucionárias, ou simplesmente aderindo a uma greve (...) solidarizando se com presos políticos, ou frequentando iniciativas culturais ou recreativas proibidas, tudo atividades automaticamente passíveis de repressão policial com efeitos mais ou menos graves na liberdade, na integridade física e na vida profissional (...).”<sup>135</sup> A justiça política, a polícia política, a PSP e a GNR praticavam este tipo de violência através dos interrogatórios violentos, torturas e prisões políticas em campos de concentração por tempo indeterminado, entre outros espaços, sendo que tudo isto era auxiliado pela legislação penal que legalizava a violência contra os suspeitos. Podemos assim dizer que, de certa forma, quer a PIDE, a PSP e a GNR (e durante muito tempo as Forças Armadas), funcionaram como braço armado do regime, atuavam para assegurar e manter a ordem pública e a segurança do estado, utilizando para isso uma vertente punitiva e uma vertente preventiva

Desde 1933, com a PVDE, e até 1974, com a PIDE, houve, só em Portugal (excluindo colónias), cerca de 30 mil prisões<sup>136</sup> por motivos políticos. Segundo Rosas<sup>137</sup>, foram presas entre 33 e 39 cerca de 9950 pessoas por motivos políticos. A PIDE poderia manter preso pelo menos durante 6 meses qualquer cidadão e interrogá-lo variadas vezes.

Durante o regime de Salazar, os presos políticos portugueses eram sobretudo enviados para o campo de concentração do Tarrafal, para a prisão do Aljube, para a Cadeia da Delegação do Porto, para o Forte de Caxias e para o Forte de Peniche. Estes presos eram submetidos a trabalhos forçados, graves e violentos castigos, falta de condições e falta de assistência médica para as doenças que surgiam o que levou a um grande número de mortes. Com os presos das colónias a violência era exercida de uma forma mais hedionda: “Aqui, a polícia política e as suas forças paramilitares e especiais, em colaboração estreita com as forças armadas, recorreram a formas extremas de violência massiva contra as populações e as guerrilhas (prisões em massa,

---

<sup>135</sup>*Idem*, p.203.

<sup>136</sup> A maior parte dos presos não tinha direito a julgamento e muitas vezes não tinham uma pena concreta.

<sup>137</sup> Fernando Rosas, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal e o Estado Novo-Nova história de Portugal*, Volume XII (Lisboa: Editorial Presença, 1992).

designadamente em campos de concentração, massacres, torturas, execuções sumárias, etc.).”<sup>138</sup> Quando alguém era preso ou levado para interrogatório ficava sujeito às mais drásticas formas de tortura, algo que caracterizou a ação das forças de segurança do Estado Novo, “A sua insistência na tortura e em outras pressões de natureza física e psicológica, o seu uso de lúgubres prisões e campos de concentração - o mais famosos funcionou na ilha de Santiago, em Cabo Verde, tornando-se o seu nome, Tarrafal, o símbolo do expoente máximo da perseguição política - a sua irrupção violenta em residências particulares e o seu confisco de livros e documentos de toda a ordem, a violação exercida sobre a correspondência das cidades, a sua presença em toda a parte, tudo isto alicerçou o poder de Salazar durante décadas, ajudando a explicar a famosa «ordem nas ruas» que ele tão orgulhosamente gostava de proclamar.”<sup>139</sup>

O uso sistemático de diversos tipos de torturas e chantagens foi o principal método de atuação nos interrogatórios, “Os torcionários são agentes de um poder violento, utilizados para fabricar a submissão total e a paralisia dos que são governados, para «desvitalizar» e «desativar» aqueles que o poder acusa de colocar em perigo a ordem estabelecida”<sup>140</sup>.

Os agentes da PIDE utilizavam diversos métodos de tortura, infligiam aos presos, violência física (espancamentos), a privação sensorial, o isolamento, a privação do sono, variações de temperaturas, chantagem emocional... Tudo isto servia, segundo Irene Pimentel<sup>141</sup>, para o torturado se render à vontade do torcionário, pretendia-se anular a vítima para assim se obter as informações pretendidas. “A tortura do sono, a «estátua», os espancamentos com vários tipos de instrumentos de agressão, o isolamento prolongado, a chantagem e a humilhação dos presos, a prisão arbitrária sem culpa formada nem condenação judicial, foram os métodos constantemente usados pela polícia política a que o regime procurará dar uma fachada de legalidade, sobretudo após a segunda guerra mundial.”<sup>142</sup> A PIDE dispunha ainda de médicos que auxiliavam os agentes, por exemplo, fornecendo medicamentos usados para dormir para que, quando

---

<sup>138</sup>Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013), p.207.

<sup>139</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Brevíssima História de Portugal* (Lisboa: Tinta da China, 2018), p.211.

<sup>140</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011), p.349.

<sup>141</sup>*Idem.*

<sup>142</sup>Fernando Rosas, *Salazar e o Poder- A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta da China, 2013), p.203.

as vítimas os ingerissem, tornassem a tortura do sono ainda mais violenta, os médicos serviam também para impedir que o interrogatório matasse alguém, e muitas das vezes, eles próprios participavam nesses interrogatórios<sup>143</sup>.

A tortura do sono foi um dos métodos mais utilizados pela PIDE e aquele que, segundo testemunhos de presos políticos, era a mais violenta das torturas. Os interrogados passavam dias sem dormir, sofrendo ao mesmo tempo espancamentos e chantagem emocional, muitas das vezes chegando a um estado que havia quem caísse em coma (como o caso de Álvaro Veiga de Oliveira, em 1965), ficando insensível, ao ponto de não sentir qualquer dor. Esta tortura era o método mais utilizado pelos agentes nos interrogatórios pois a “estátua” esgotava rapidamente a vítima, enquanto a tortura do sono tornava o sofrimento mais prolongado, tendo um impacto maior no preso e no seu discernimento.

Era comum, os torturadores da PIDE, utilizarem choques elétricos, deitarem água gelada por cima da cabeça dos presos depois de horas de tortura e, no caso dos homens, utilizarem gravações de voz das filhas e mulheres, nas celas, para os fazer acreditar que estas seriam torturadas. As mulheres, submetidas ao mesmo tipo de violência que os homens, sofriam também insultos e humilhações violentas (eram forçadas a despir-se e chegavam a ser presas com os próprios filhos), “Maria Galveias contou ter ficado «onze dias de interrogatório» e, depois, mais seis dias e seis noites, enquanto Maria Madalena Henriques ficou 66 horas sem dormir e a ser espancada e ameaçada de ser despida, ficando com o nariz torto e o corpo cheio de nódoas negras.”<sup>144</sup>

A seguir à tortura, utilizava-se o método do isolamento, também considerado violência psicológica. Durante o isolamento<sup>145</sup>, os presos não podiam receber visitas, correspondência, livros ou revistas, o que aumentava a impaciência destes e, além disso, era quando estavam completamente sós que se viam desorientados e reviviam os momentos de tortura, o que, por medo e cansaço, podia levar a que cedessem mais facilmente. Houve presos que conseguiram suportar as várias violências físicas, mas que acabaram por ceder no isolamento. A violência psicológica revelou-se um método verdadeiramente penoso e angustiante: “(...) proibição de recorrer a qualquer higiene,

---

<sup>143</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

<sup>144</sup> *Idem*, p.375.

<sup>145</sup> Podiam passar meses e anos em isolamento, como aconteceu com Álvaro Cunhal, que permaneceu 11 anos incomunicável.

proibindo os presos de se lavarem, foi utilizada sobre os presos para humilhá-los e provocar aquela distanciação relativamente à humanidade comum com o torturador. Esse efeito também era conseguido, por outro lado, com o desnudamento dos presos. A tortura com conotações sexuais foi aplicada a alguns homens e mulheres do Couço.”<sup>146</sup>

A condição social e as práticas políticas clandestinas influenciavam a violência dos interrogatórios. Os presos que faziam parte do PCP e das organizações de ações armadas como a ARA, LUAR ou BR, por exemplo, foram sujeitos a uma violência brutal, quer física quer psicológica, “(...) dentro da PIDE e das prisões da PIDE, havia ainda mais do que lá fora (...) as distinções de classe social. Salvo exceções, esses 21 que tinha gente de todos os géneros médicos, estudantes, empregados de escritório e funcionários públicos e alguns operários ou serventes... quando se chegava aos interrogatórios, se fosse um médico, um intelectual, um escritor, era «senhor doutor isto...» os estudantes universitários que era o meu caso, era você «o senhor Mário isto senhor Mário aquilo», os operários e serventes entravam e começavam logo por levar porrada, havia essas diferenças, mas havia exceções, o Álvaro Cunhal que era advogado se fosse apanhado começava a levar pancada antes de qualquer pergunta para o desmoralizar e diminuir fisicamente.”<sup>147</sup>

Os católicos que pertenciam a organizações de luta armada, nomeadamente as BR, também estiveram sujeitos às mais violentas torturas, em muitos casos, os presos, em função da violência que lhes era aplicada, sofriam alucinações e tentativas de suicídio, “(...) eu lembro-me que ao terceiro dia já não podia controlar o próprio corpo (...) caia de sono. O homem obrigava-me a ficar sentado (...) as paredes parece que se mexiam (...) uma espécie estado de alucinação mesmo.”<sup>148</sup> Fernando Gouveia, Sílvio Mortágua, Casimiro Monteiro e Cunha Passos foram exemplos de inspetores da PIDE que aplicaram a violência e tortura nos seus interrogatórios.

---

<sup>146</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011), p.377.

<sup>147</sup> Museu do Aljube Resistência e Liberdade, *Vidas Prisionáveis- Testemunho de José Mário Branco* (16/05/2019) <https://www.museudoaljube.pt/doc/jose-mario-branco-vidas-prisonaveis-2019-museu-do-aljube-resistencia-e-liberdade-2/> ( Consultado a 7 de abril de 2024).

<sup>148</sup> Museu do Aljube Resistência e Liberdade, *Memórias na Resistência- Testemunho de Jorge Querido* (02/05/2023) <https://www.museudoaljube.pt/doc/jorge-querido/> (Consultado a 8 de abril de 2024).

#### 4. Do crescimento da oposição democrática à Luta Armada

Os 48 anos de ditadura salazarista foram naturalmente marcados pela impossibilidade de existência de oposição política de forma legal. Neste sentido, legalmente não existiam partidos ou sindicatos livres, no entanto, isso não significava que estes não existissem na clandestinidade. Com a instauração da ditadura em Portugal surgiram os grupos de extrema-esquerda, que se radicalizaram nos anos 60, e os católicos progressistas nos anos 50. Estes juntaram-se aos diversos grupos de diferentes ideologias políticas em oposição ao regime que já existiam desde 1926, como os comunistas, os socialistas, os anarquistas que, remetidos à clandestinidade, desafiaram ativamente o Estado-Novo. Foi esta oposição democrática que surgiu em 1926 e se radicalizou durante o governo salazarista, sobretudo a partir dos anos 60, que veio impulsionar o período revolucionários que mais tarde se fez sentir no país, a partir dos finais dos anos 60 e inícios dos anos 70.

Os grupos anarquistas que faziam parte da oposição ao regime eram defensores de ideias que se desviavam da política de Salazar, como o direito à liberdade cívica e a descentralização do poder, e lutavam contra todas as formas de autoritarismo. Ganharam força em Portugal bem antes de Salazar chegar ao poder, uma vez que contribuíram para a queda da monarquia em 1910 e, indiretamente, para a instauração da República. Neste sentido, quer durante a ditadura militar de 1926-33, quer durante o governo de Salazar, envolveram-se na oposição antifascista, levando a cabo protestos, greves e publicações clandestinas<sup>149</sup>.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi um exemplo de uma organização que se revia nos princípios anarquistas durante a ditadura de Salazar. Era tida como um sindicato revolucionário que procurou, sobretudo através de greves e manifestações, lutar contra o que considerava ser exploração capitalista e a opressão do Estado. Os anarquistas, assim como a restante oposição do regime, no sentido de darem continuidade à sua luta, foram autores de vários episódios de contestação, uns mais pacíficos, como as greves e manifestações, e outros mais violentos, como atentados. Foram autores das chamadas “bombas dos Ministérios”, a 20 de Janeiro de 1937. Foi

---

<sup>149</sup> Jornais anarquistas como “*A Batalha*”.

uma ação que teve como objetivo mostrar, no contexto da guerra civil espanhola, que os anarquistas eram solidários com a Espanha republicana, uma vez que Salazar declarou apoio a Franco, “É através de contactos do anarquista Emídio Santana que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e o movimento anarcossindicalista, altamente fragilizados pela repressão do 18 de Janeiro de 1934, identificam os alvos: departamentos governamentais e instituições ligadas a interesses espanhóis em Portugal.”<sup>150</sup> No seguimento do plano, no dia 20 de janeiro de 1937 rebentaram bombas em pontos que se considerou que teriam mais impacto no regime, como no Ministério da Educação Nacional, na Fábrica de Pólvora de Barcarena, na Emissora Nacional, no Rádio Clube Português e na Casa de Espanha. No Ministério da Guerra também foram rebentadas bombas que fizeram 5 feridos e vários prejuízos materiais.

Para além das ações bombistas, os militantes anarquistas, organizaram um ataque direto a Salazar com o objetivo de o assassinar, no dia 4 de julho de 1937.

O plano passou pela colocação de uma bomba numa conduta na Rua Barbosa do Bocage, em Lisboa, pois Salazar, todas as semanas passava por essa mesma rua para ir para a missa. No entanto, este não foi afetado<sup>151</sup>: “A bomba seria colocada na rede de esgotos, mas problemas com a sua dimensão impediram uma correta colocação, provocando que o impacto se fizesse no sentido contrário ao esperado, o que permitiu a Salazar escapar ileso, apesar dos grandes estragos provocados na zona.”<sup>152</sup> Posteriormente deu-se início à procura dos autores do ataque e a polícia política levou a cabo várias detenções, “Se o atentado não causou quaisquer vítimas, o mesmo não se pode dizer da investigação da PVDE e da brutalidade dos seus métodos.”<sup>153</sup>

Salazar procurou capitalizar o acontecimento através da propaganda para assim obter o apoio da população e associar a imagem de criminosos aos opositores do regime. Se, por um lado, o plano anarquista não obteve os resultados desejados, por outro, fez com que a atuação da oposição na clandestinidade ainda se tornasse mais

---

<sup>150</sup>Museu do Aljube- Resistência e Liberdade: “As bombas dos Ministérios- anarquistas solidários com a Espanha Republicana” (20 janeiro de 2021) <https://www.museudoaljube.pt/2021/01/20/as-bombas-dos-ministerios-anarquistas-solidarios-com-a-espanha-republicana/> (Consultado a 20 de maio de 2024).

<sup>151</sup> José Lopes da Silva, Jacinto Estevão de Carvalho e Augusto Martins foram anarquistas que fizeram parte da tentativa de assassinato do chefe de estado que acabaram por falecer, vítimas das torturas levadas a cabo pela polícia política.

<sup>152</sup> João Madeira, *Atentado a Salazar (1937)* (Primeira Hora- Editora e Comunicação, 2020), p.301.

<sup>153</sup>Museu do Aljube- Resistência e Liberdade: “Atentado a Salazar” (4 julho de 2023) <https://www.museudoaljube.pt/2023/07/04/atentado-a-salazar/> (Consultado a 20 de maio de 2024).

difícil, pelo aumento da repressão da sua atividade. Assim, ao longo dos anos 30 a atividade anarquista vai desaparecendo.

A oposição vai crescendo e vai-se tornando cada vez mais ativa. Os republicanos foram um grupo de oposição que procurou também lutar contra o autoritarismo salazarista. Foram os autores do movimento revolucionário de 10 de abril de 1947 que é muitas vezes denominado de “Abrilada de 1947”.

A abrilada republicana de 1947 foi um movimento militar de revolta contra o regime fascista que vigorava em Portugal, que teve como principal objetivo afastar Salazar do poder, “Os conspiradores pretendiam criar um movimento civil-militar que manifestaria pela força, junto do Presidente da República, a necessidade de demissão de Salazar e a constituição transitória de um governo provisório militar até à convocação de eleições democráticas.”<sup>154</sup> O movimento contou com a participação dos republicanos José Mendes Cabeçadas (vice-almirante), o general José Marques Godinho, Celestino Soares, João Lopes Soares, Daniel Sarsfield Rodrigues (major do corpo do Estado-Maior do exército), o brigadeiro Tamagnini Barbosa, e ainda contou com a participação de Hermínio da Palma Inácio (que iria garantir que os aviões da base aérea de Sintra não levantariam voo contra os revolucionários).

Em 1946 criaram a Junta Militar de Libertação Nacional que agregava os diversos setores oposicionistas e em setembro de 1946 foi assinado um pacto com oficiais do Exército e Marinha que começaram desde logo a preparar a conspiração que seria dirigida pelo almirante Mendes Cabeçadas. O plano passaria pelas operações que ocorreriam na 3ª Região Militar, em Tomar e, paralelamente, fariam uma ação de sabotagem na base aérea de Sintra e ocupariam o emissor de Castanheira do Ribatejo. Inicialmente o golpe ocorreria do dia 4 para 5 de outubro, mas acabou por ser adiado para dia 10. Nesse mesmo dia os comandos militares levantaram objeções e o plano acabou por ser suspenso. Apesar desse contratempo, o tenente Fernando Queiroga tentou levar a cabo o plano aliciando militares do Regimento de Cavalaria 6 do Porto, no entanto, quando chegaram próximo da Mealhada foram obrigados a render-se

---

<sup>154</sup>Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011), p.221.

devido à repressão do ministro da Guerra, o general Fernando Santos Costa. Em função desta tentativa falhada de afastar Salazar, que não chegou efetivamente a iniciar-se, a polícia política, levou a cabo várias detenções dos que participaram no movimento. Em 1961 foi levado a cabo um movimento que coincidentemente também se denominou de *Abrilada*, no entanto, este foi um golpe palaciano organizado por militares fiéis ao regime, embora quisessem retirar Salazar do poder, ou seja, não foi levado a cabo pela oposição democrática. Também este golpe tinha como principal objetivo o afastamento de Salazar do poder e a reorganização das Forças Armadas, tendo em vista uma mudança não apenas na política interna, mas também dar uma resposta às exigências internacionais em relação à questão colonial, que já estava em curso. Tal como Aniceto Afonso<sup>155</sup> afirma, os militares queriam fazer a mudança, compreendiam que sem uma intervenção política era impossível solucionar a questão colonial, assim, este movimento partiu dos altos responsáveis das Forças Armadas, foi uma tentativa que partiu de “cima pra baixo”, isto é, de um número razoável de responsáveis máximos das forças armadas implicados. Contudo no interior do exército e das FA não houve um grande apoio, ou pelo menos, o apoio suficiente: “(...) um golpe de Estado, ou uma tentativa de golpe de Estado que não tenha por trás unidades de força capaz de serem utilizadas, está sujeito a não ter êxito evidentemente.”<sup>156</sup>

Este movimento foi encabeçado por Botelho Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes, que em 1958, após a crise delgadista, passaram a ocupar posições importantes dentro do Exército e do Governo. Estes, em 1961, já com a guerra colonial a começar, perceberam que não havia por parte de Salazar abertura para levar a cabo as reformas que estes consideravam indispensáveis para a reorganização da instituição militar e também para o próprio regime poder lidar com a guerra colonial, “Na origem da Abrilada de 1961 encontram-se o descontentamento e as preocupações de uma parte muito significativa da hierarquia militar portuguesa quanto ao modo como estavam

---

<sup>155</sup> Esquerda.Net- Convocar a História com Fernando Rosas: “Abrilada de 1961” com Aniceto Afonso Coronel do Exército na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do IHC/UML (10 de novembro de 2021) <https://www.esquerda.net/audio/abrilada-1961> (Consultado a 28 de maio de 2024).

<sup>156</sup> *Idem*.

organizadas e preparadas as Forças Armadas, quer na metrópole, quer nas colónias.”<sup>157</sup> Aqui, a situação internacional de Portugal também teve influência nos dirigentes, uma vez que, com a entrada de Portugal na NATO, em 1949, estes oficiais contactaram com as estruturas militares dos EUA, fazendo com que adotassem as ideias de desenvolvimento das forças armadas para se tornarem mais eficientes, com mais ação e organização, uma certa independência. O conhecimento que trazem do funcionamento das democracias, diferente das que se via em Portugal, também influenciou o movimento.<sup>158</sup>

Uma vez que os militares não conseguiram fazer com que Salazar levasse a cabo as reformas que se consideravam necessárias, tanto a nível militar como político, a frustração destes aumentava, principalmente devido ao facto de o Chefe de Estado não se preocupar em prevenir uma guerra no ultramar. Procuraram, através de uma reunião com o Presidente da República da época, Américo Tomás, no dia 11 de abril, para convencê-lo a afastar Salazar, no entanto, ficou claro que Américo Tomás não afastaria Salazar do poder, e nesse sentido, os militares partiram para um pronunciamento militar que afastasse então, tanto Américo Tomás como Salazar. Após este encontro do Presidente da República com os militares, Salazar encontrou-se com Américo Tomás, dando-lhe a conhecer, antes que eclodisse o movimento militar, um conjunto de mudanças que achava importante efetuar ao nível político e militar, afirmando também que queria assumir a pasta da Defesa, o que levaria às demissões dos ministros da Defesa, do exército e do subsecretário de Estado do Exército (respetivamente Botelho Moniz, Almeida Fernandes, Costa Gomes), isto é, dos principais conspiradores “Conforme planeado por Américo Tomás e Oliveira Salazar, ainda durante a manhã de 13 de abril, chegou à residência particular do general Botelho Moniz uma carta do Presidente da República, na qual este afirmava que, «depois de ter ponderado demorada e angustiadamente» nos pedidos que lhe haviam sido endereçados para afastar Oliveira Salazar, decidira, antes pelo contrário, «reiterar» a sua «confiança» no Presidente do

---

<sup>157</sup>Luís Nuno Rodrigues, «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo», *Ler História*, nº65, (2013), p.39-56. <https://journals.openedition.org/lerhistoria/447> (Consultado a 25 de maio de 2024).

<sup>158</sup>Esquerda.Net- Convocar a História com Fernando Rosas: “Abrilada de 1961” com Aniceto Afonso Coronel do Exército na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do IHC/UML (10 de novembro de 2021) <https://www.esquerda.net/audio/abrilada-1961> (Consultado a 28 de maio de 2024).

Conselho. Pouco depois, Botelho Moniz e Almeida Fernandes receberiam as suas cartas de demissão, assinadas por Oliveira Salazar.”<sup>159</sup>. Por outro lado, Salazar nomeou para aqueles mesmos cargos, o brigadeiro Mário Silva, o tenente-coronel Jaime da Fonseca e o general Gomes de Araújo. A 13 de abril, Salazar transmite uma mensagem ao país onde justificou as alterações governamentais e a nível das chefias das FA: “«se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional [...] a explicação concretiza-se numa palavra e essa é Angola [...] Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação».”<sup>160</sup> Em suma, “Salazar sai deste golpe de um modo triunfante. Por um lado, consegue afastar dos quadros militares e dos ministérios, as personalidades que tinham mostrando intenção de alterar o regime. Por outro, a decisão convicta que tinha da intervenção militar em Angola acaba por ocorrer (...)”<sup>161</sup>

A Abrilada fracassara, hipotecando “as possibilidades de mudança política e de alteração significativa da política colonial portuguesa, numa altura em que tal teria ainda sido possível.”<sup>162</sup> Este movimento foi a última tentativa significativa de intervenção militar na vida política portuguesa antes de 1974. “A abrilada de 1961 é uma tentativa frustrada de tomada do poder, no fundo, uma tentativa frustrada de intervenção dos militares na política.”<sup>163</sup>, e o seu insucesso deveu-se sobretudo às falhas de organização dos implicados e à falta de apoio das outras camadas do exército.

Dentro da oposição democrática ao regime de Salazar houve um grupo, os comunistas, que se manteve sempre ativo desde os inícios do regime até ao seu fim em 74. O Partido Comunista foi um dos principais protagonistas na luta antifascista,

---

<sup>159</sup>Luís Nuno Rodrigues, «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo», *Ler História*, nº65, (2013), p.39-56. <https://journals.openedition.org/lerhistoria/447> (Consultado a 25 de maio de 2024).

<sup>160</sup>*Idem*.

<sup>161</sup>Duarte Amador Carrasquinho, «As ações Armadas Revolucionárias na degradação do Estado Novo» (Dissertação de Mestrado, Lisboa, Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa, 2019), p.73.

<sup>162</sup>Luís Nuno Rodrigues, «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo», *Ler História*, nº65, (2013), p.39-56. <https://journals.openedition.org/lerhistoria/447> (Consultado a 25 de maio de 2024).

<sup>163</sup> Esquerda.Net- Convocar a História com Fernando Rosas: “Abrilada de 1961” com Aniceto Afonso Coronel do Exército na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do IHC/UML (10 de novembro de 2021) <https://www.esquerda.net/audio/abrilada-1961> (Consultado a 28 de maio de 2024).

cingindo-se á clandestinidade durante os 48 anos de ditadura, sendo que, ainda hoje, é um partido que conta com representação parlamentar. Surgiu ainda durante a Primeira República, fundado no dia 6 de março de 1921, e reorganizou-se em 1929, transformando-se numa organização política que agia na clandestinidade. Em 1933, com a chegada ao poder de Salazar e com a crescente fascização do poder político, o partido focou a sua atividade na mobilização da população, procurou formar uma frente única de luta contra o regime: “Em Portugal, milhares de trabalhadores participam em lutas de massas, em pequenas lutas e movimentos reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Sem essas pequenas lutas, não seria possível organizar as «grandes lutas de massas», nem a «unidade no combate». Esta era a linha traçada pelo partido para a realização da frente única.”<sup>164</sup> Esperava assim provocar a agitação das massas para que as pessoas se mobilizassem contra a ditadura, reivindicando as liberdades políticas e económicas e os direitos dos operários, contrariando o corporativismo defendido pelo regime. Para este fim, o partido procurou inicialmente fazer-se “ouvir” através de manifestações, protestos e da propaganda clandestina<sup>165</sup>, “O jornal *Avante!* foi o jornal comunista clandestino que transmitiu durante um período mais longo os ideais de liberdade contra a ditadura.”<sup>166</sup> Sérgio Vilarigues, um dirigente histórico do PCP, foi o responsável pela direção do “*Avante!*”, que foi o verdadeiro elo de ligação do PCP aos seus militantes e simpatizantes.

Em 1940 deu-se o retorno a Portugal de vários dirigentes do partido que estiveram presos no Tarrafal, como foi o caso de Júlio Fogaça. Nesse mesmo ano passou a existir praticamente dois partidos comunistas em Portugal, isto porque, quando os ex-

---

<sup>164</sup> Maria Rocha Lopes, «O sindicalismo português entre 1933 e 1974: orientações políticas e estratégicas do Partido Comunista Português para a luta sindical» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010), p.179.

<sup>165</sup> O jornal “*Avante!*” criado em 1931, foi o meio de imprensa do partido dirigido para conseguir alcançar massas, foi publicado clandestinamente até à queda da ditadura em 1974, passando a ser legal até aos dias de hoje, era emitido a partir de fora do território português. A Rádio Portugal Livre foi também um grande instrumento da oposição democrática, pois, livre da censura, fazia nas suas emissões referências aos maus-tratos aos presos políticos, lançava apelos ao povo na luta contra a repressão, faziam campanha pela libertação dos presos políticos e atualizava a população sobre a luta diária da oposição.

<sup>166</sup> Maria Rocha Lopes, «O sindicalismo português entre 1933 e 1974: orientações políticas e estratégicas do Partido Comunista Português para a luta sindical» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010), p.218.

presos políticos se viram em liberdade, procuraram fazer uma reorganização do PCP que se desviava da direção política que esteve à frente do partido enquanto estiveram presos.<sup>167</sup> “Em suma, a “Reorganização de 1941” seria a principal reorganização do PCP enquanto organização política clandestina e que foi de tal forma abrangente e conseguida que jamais se viria colocar em causa a sua existência até ao 25 de Abril de 1974.”<sup>168</sup> Durante este período, o partido passou por grandes fragilidades internas, e no sentido de se recuperarem, seguiram a proposta de Fogaça de levar a cabo uma espécie de “bolchevização” do partido que se deu pela aplicação de certas medidas de carácter leninista, como a criação de uma rede de pontos de apoio, métodos conspiratórios rigorosos (uso de pseudónimos, adoção de variadas normas de segurança nas reuniões e deslocações...), esta reorganização atraiu para a organização, para além de proletários, uma camada mais jovem de estudantes e intelectuais.

Em 1957 deu-se o chamado “Desvio de Direita” do PCP. Este desvio ficou evidenciado no programa político apresentado no V Congresso do partido em setembro de 1957. O PCP deveria pôr totalmente de lado a ideia da “insurreição nacional contra o fascismo”, esta viragem à direita foi considerada a adoção de uma via oportunista. Com a fuga de Álvaro Cunhal em 1960 de Peniche, deu-se a retificação do desvio de direita em 1961, ou seja, o PCP retomou a via da ação política inicial do partido.<sup>169</sup>

Em 1963 Francisco Martins Rodrigues abandonou o PCP, o que fez com que em 1964, se desse a maior cisão da história do partido, “Para a direção do Partido Comunista, só a luta de massas pode levar ao derrube do regime, enquanto Martins Rodrigues entende que a guerra colonial agudizou a luta de classes em Portugal e radicalizou a luta do proletariado que reclama passar a formas de luta mais radicais e

---

<sup>167</sup>Márcio José Monteiro Matos, «A Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de Abril de 1974», em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira, e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.265.

<sup>168</sup> *Idem*, p.266.

<sup>169</sup> *Idem*.

violentas.”<sup>170</sup> Martins Rodrigues esperava poder contar com as bases radicalizadas do Partido Comunista, o que, segundo José Manuel Lopes Cordeiro<sup>171</sup>, fez com que ele hesitasse em criar uma outra organização comunista. Em janeiro de 1964, Martins Rodrigues criou a FAP<sup>172</sup> em Paris, e em abril criou o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), o seu objetivo principal era o estudo do marxismo-leninismo e não criar conflito com o PCP. Durante 1964 vai ser essa a posição de Martins Rodrigues e das suas organizações, “A Frente de Ação Popular seria a organização que iria de algum modo responder à necessidade, ao imperativo de reposta armada, à repressão do fascismo. Foi por esse motivo que nasceu, não nasceu sem ideologia, nascia da parte de comunistas de extrema-esquerda, nesse sentido, acharam imperativo criarem o Comité Marxista-Leninista.”<sup>173</sup>

Em Fevereiro de 1964, José Luís d’Espiney partiu para Paris, onde teve um encontro com Francisco Martins Rodrigues. Este deu-lhe orientações para regressar a Portugal e aí começar a formar pequenos grupos de 3 a 4 elementos que estivessem dispostos a enveredar pela ação armada e a encabeçar ações de agitação popular, grupos que se passariam a designar de Grupos de Ação Popular (GAP). Os militantes da FAP sentiam que em Portugal só seria possível derrubar o regime através de ações violentas que fossem apoiadas pelas massas, assim a FAP tinha como principal objetivo preparar a passagem para a luta armada, preparando os seus militantes para a ação direta. Esta organização foi autora de alguns episódios mais violentos como a bomba no Parque Mayer. No dia 5 de Outubro de 1964 rebentou uma bomba em Lisboa, nos escritórios da *Sociedade Avenida Parque*, proprietária do Parque Mayer, sendo que a sua explosão ocorreu durante o processo de montagem. A 21 de Outubro de 1965, João

---

<sup>170</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.113.

<sup>171</sup>RTP- “A extrema-esquerda: o nascimento da Frente de Ação Popular- FAP”, entrevista ao professor José Manuel Lopes Cordeiro e Rui D’Espiney. <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-nascimento-da-frente-de-accao-popular-fap/> (Consultado a 23 de Maio de 2024).

<sup>172</sup> O Frente de Ação Popular (FAP) foi uma organização marxista-leninista portuguesa, fundada em janeiro de 1964 em Paris, na sequência da rutura e expulsão de vários membros do PCP. A fundação da FAP marcou o início das organizações maoístas e marxistas-leninistas em Portugal.

<sup>173</sup> Rui D’Espiney em RTP- “A extrema-esquerda: o nascimento da Frente de Ação Popular- FAP”, entrevista ao professor José Manuel Lopes Cordeiro e Rui D’Espiney. <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-nascimento-da-frente-de-accao-popular-fap/> (Consultado a 23 de Maio de 2024).

Pulido Valente foi denunciado à PIDE por Mário Mateus, um antigo membro do PCP que se infiltrou na FAP e era informador da PIDE, “Mas a polícia apertava o cerco. Em Janeiro de 1966 Martins Rodrigues<sup>174</sup> era preso e no mês seguinte seria a vez de Rui d'Espiney, prolongando-se as prisões pelas semanas seguintes, até ao total desmantelamento da organização no interior do país. “<sup>175</sup>

Com as prisões dos principais dirigentes da FAP, Martins Rodrigues, Rui d'Espiney e Pulido Valente, encerrava-se a experiência da FAP, que foi a primeira organização a defender a luta armada nos anos 60. Depois das prisões finais de 65 e inícios de 66, a organização percebeu, segundo Espiney, que o principal erro foi o terem-se lançado logo na luta armada, ou pelo menos, nos modos concebidos por Martins Rodrigues, pois eram ainda pequenos grupos que atacavam vários pontos, quando ainda não tinham condições para tal, ou seja, a organização não tinha uma estrutura organizada e suficientemente forte. Segundo Espiney, foram influenciados pela época pós-eleições de 58, e pelo ano de 1962, um ano muito aguerrido, que contou com o surgimento da guerra colonial, e foram também influenciados pela revolução cubana. No entanto, apesar do desfecho da organização, segundo Rui d'Espiney<sup>176</sup>, “(...) funcionamos como semente germinadora de todo o movimento da extrema-esquerda.”

As esquerdas mais radicais começaram a ganhar força principalmente a partir dos anos 60, aliando-se muitas das vezes aos católicos progressistas. Esta seria uma esquerda mais revolucionária que o PCP, sobretudo após a crise académica de 1962, que resultou em grandes manifestações violentas de estudantes contra a proibição da comemoração do Dia do Estudante. Estes protestos violentos, segundo Rui d'Espiney<sup>177</sup>, fizeram com que surgisse a perspetiva da luta armada e a ânsia de uma atuação mais revolucionária. Com esta realidade, os setores mais radicais da ala esquerda entendiam

---

<sup>174</sup> Martins Rodrigues e Rui d'Espiney foram sujeitos a brutais espancamentos, torturas e condenados pelo assassinato de Mário Mateus. Em 1970 foram novamente julgados por pertencerem à FAP/CMLP e só foram libertados a 27 de Abril de 1974.

<sup>175</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.119.

<sup>176</sup> RTP- “A extrema-esquerda: o nascimento da Frente de Ação Popular- FAP”, entrevista ao professor José Manuel Lopes Cordeiro e Rui D'Espiney. <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-nascimento-da-frente-de-accao-popular-fap/> (Consultado a 23 de Maio de 2024).

<sup>177</sup> *Idem*.

que a luta do Partido Comunista se baseava numa luta pacífica e, por isso, radicalizaram-se e orientaram-se para a luta armada, sendo acompanhados também pela radicalização da própria população, sobretudo a camada mais jovem e intelectual. Foi no contexto da radicalização da extrema-esquerda em Portugal, e também no contexto da crescente pressão interna dentro do PCP, que começava a sofrer dissidências, que o partido assume a luta armada em 1970, com a criação da ARA.

Os católicos progressistas foram outra facção que teve uma ação ativa contra o regime, aliando-se sobretudo aos grupos da extrema-esquerda como forma de contestação ao regime vigente. A substituição do cardeal Cerejeira pelo cardeal António Ribeiro em 1971, contribuiu para que a Igreja católica também comesse a adotar uma postura menos ética do regime. Ao longo do regime, e devido ao contexto de descontentamento que se vivia (repressão e guerra colonial), começou a surgir uma nova geração de padres que tinham contacto com teólogos pouco heterodoxos, que defendiam a ideia de uma nova Igreja, uma igreja que se focasse mais nos problemas sociais, na população, e que defendesse a democracia, a liberdade e a autodeterminação dos povos, uma igreja que fosse contra as ditaduras e fascismo, começando por isso a defender a luta armada, “Para muitos católicos, as ações armadas eram sobretudo o reflexo da vontade de fazer algo concreto, de participar ativamente na luta pelo fim da ditadura e da guerra colonial.”<sup>178</sup> Os católicos progressistas estiveram muito ligados às organizações revolucionárias, principalmente à LUAR e às BR. Estes católicos mais radicalizados levaram a cabo algumas ações diretas contra o regime como foi o caso do chamado “Golpe da Sé”.

O “Golpe da Sé” em 1959, tal como nos mostra Irene Pimentel na sua obra<sup>179</sup>, foi uma das primeiras ações contra o regime que foi levada a cabo ainda antes da formação concreta das organizações armadas. Foi organizado por católicos e militares. Este golpe partiu de reuniões que eram realizadas nos claustros da Sé de Lisboa, o pároco dessa Sé, o padre João Perestrelo de Vasconcelos, envolveu-se na conspiração. Foi um movimento

---

<sup>178</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.17.

<sup>179</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

de inspiração católica, embora tivesse tido a participação de elementos oposicionistas não católicos. O golpe teria lugar na noite de 11 para 12 de março de 1959. Os cerca de 100 participantes dividiram-se por cafés em vários pontos da cidade e os chefes dos grupos foram para os claustros da Sé de Lisboa para aguarda por instruções, o objetivo seria que cada grupo fosse a um determinado lugar receber armamento de certa unidade militar da guarnição de Lisboa. O movimento falhou, pois foi detetado pelo governo, “o movimento falhou, entre outras razões, devido à infiltração da PIDE, que, tal como na conspiração de Galvão, em 1952, soube de antemão o que se iria passar.”<sup>180</sup> Segundo Irene Pimentel, foram detidos os 43 participantes. Os militares exigiram ser julgados no Tribunal Militar e o pároco Perestrelo exigiu uma ordem do cardeal Cerejeira para que a PIDE o pudesse prender, o que aconteceu. Manuel Serra (antigo dirigente da Juventude Operária Católica), que também participou na tentativa de golpe, foi preso, mas conseguiu fugir quando ficou internado num hospital, ficando asilado na embaixada de Cuba, e posteriormente na embaixada do Brasil, assim como Amândio Silva e Raul Marques.

A PIDE perseguiu os católicos progressista pelo seu progressivo afastamento das linhas políticas e ideológicas do regime. Tal como Irene Pimentel refere, foi consensual a ideia de que foi a partir de 1958 que se deu um arranque na contestação católica ao Estado-Novo, também muito motivada pela carta que o bispo do Porto enviou a Salazar com fortes críticas ao regime<sup>181</sup>. Neste contexto, passou a haver uma preocupação por parte do regime para com os católicos progressistas. A partir dos anos 60, muitos católicos e padres começaram a ser denunciados por informadores da PIDE, como foi o caso do padre Felicidade Alves, que foi suspenso das funções sacerdotais, passando a ser um alvo da PIDE, sobretudo a partir da governação de Marcelo Caetano: “Embora o sucessor de Salazar tivesse tentado, no início, cativar alguns moderados católicos, não

---

<sup>180</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011), p.227.

<sup>181</sup>D. António Ferreira Gomes, Pró-Memória (Carta a Salazar), 13 de Julho de 1958. Disponível em: <https://www.fspes.pt/PaginadaNet/CartaSalazar.pdf> (Consultado a 14 de julho de 2024).

deixou depois de endurecer a repressão contra muitos deles, em crescente oposição radicalizada ao regime, devido à guerra colonial.”<sup>182</sup>

Os monárquicos dissidentes também fizeram parte da oposição ao regime nos seus inícios durante os anos 30. Nos anos 50, alguns monárquicos começaram a afastar-se do regime, e em 1957, formou-se, como exemplo disso, o Movimento Monárquico Independente, encabeçado por Francisco Sousa Tavares, Domingos Megre e Gonçalo Ribeiro Teles, pois não concordavam com o estado da ditadura. Tal como refere Irene Pimentel<sup>183</sup>, influenciados pelo ano aguerrido de 1962, deu-se uma tentativa de unificar os monárquicos, o que fez com que a PIDE se direcionasse para este grupo e vigiasse os seus elementos, chegando muitos a ser presos. No entanto, apesar de ter tido uma luta bastante ativa na clandestinidade, a verdade é que uma parte desta oposição democrática, esmagada pelo aparelho repressor do regime, começou a desvanecer-se ao longo dos anos. Os grupos anarquistas dissolveram-se praticamente durante os anos 30, em 1933 o Partido Socialista decidiu a sua autodissolução. Com a exceção do PCP, os partidos políticos quase desapareceram completamente no tempo da ditadura militar, “(...) o PCP foi o único partido que resistiu à repressão fascista e não só sobreviveu nas condições de clandestinidade como se tornou um influente partido nacional. Os partidos existentes à data do golpe de 1926 cessaram praticamente a sua atividade e acabaram por desaparecer completamente da cena política. O Partido Socialista cessou a sua atividade na Conferência Nacional que foi autorizado a realizar em 1933 e só 40 anos mais tarde (em 1973) foi criado o Partido Socialista atual.”<sup>184</sup>

As várias deserções de militantes levaram à criação das organizações de ação armada. Nos finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 surgiu uma nova fase da oposição ao regime, mais radicalizada, organizada e ativa, virada para o uso da violência, ficando assim conhecido este período por “Luta Armada”, marcado pelas ações revolucionárias

---

<sup>182</sup> *Idem*, p.246.

<sup>183</sup> Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2011).

<sup>184</sup> Conferência de Álvaro Cunhal, “O Partido Comunista da «Reorganização» dos anos 40 ao 25 de Abril”, no Seminário «Para a história da oposição ao Estado Novo» na Universidade Nova de Lisboa, 9 de abril de 1992. <https://www.pcp.pt/partido/anos/reorga.html> (Consultado a 22 de Maio de 2024).

de organizações como a LUAR (ligada aos católicos progressistas), a ARA (braço armado do Partido Comunista) e pelas BR (formadas por dissidentes do Partido Comunista que contou com ligações aos católicos progressistas). Assim, para Isabel do Carmo<sup>185</sup>, em Portugal, numa primeira fase, a oposição foi feita de ações legais, semilegais, pela distribuição de propaganda clandestina e repressão, o que levou à emergência na oposição de criar organizações de luta armada.

---

<sup>185</sup>Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Dom Quixote, 2017).

## 5. O crescimento da luta armada

Com o regime a ser posto em causa devido ao aumento da crise social, da violência e da repressão, deu-se também o crescimento da luta armada por parte de setores da oposição. Criaram-se, assim, organizações armadas que foram autoras de vários episódios (alguns mais violentos) que contribuíram para a descredibilização do regime e conseqüentemente para o aumento da violência política.

Na história do processo revolucionário que levou à revolução de Abril e conseqüentemente á democratização portuguesa, dá-se um período a partir dos anos 60 com o aparecimento da Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR) mas principalmente a partir de 1970, que ficou conhecido como a “luta armada”. Esta foi o reflexo da necessidade do uso da violência, por parte dos opositores do regime, para atingirem o governo e caminharem para a mudança. Este período ficou caracterizado pelas ações bombistas de organizações como a Ação Revolucionária Armada (ARA) e das Brigadas Revolucionária (BR), antes do surgimento do Movimento das Forças Armadas (MFA), “(...) A partir dos finais do ano de 1970, se definiu a consciência de que uma efetiva mudança poderia, definitivamente, tornar imprescindível o exercício redentor da intervenção armada.”<sup>186</sup>

O Partido Comunista, por exemplo, tal como Ana Sofia Ferreira refere, tinha consciência de que para se dar uma revolução, e nesse caso, o fim do regime, era necessário haver um levantamento de massas, sendo para isso necessário existir uma situação revolucionária. Esta acabaria por surgir pela vontade de mudança, “De acordo com o PCP, a insurreição popular era o culminar do amplo movimento de massas com sucessivas greves e manifestações. Durante esse processo, os confrontos com as forças repressivas agudizar-se-iam e as massas adquiririam a necessária experiência política no confronto violento com as forças policiais.”<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup>Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005): p.80.

<sup>187</sup> *Idem*, p.198.

A ideia da necessidade de uma mudança no poder que governava Portugal acentuava-se cada vez mais na oposição. É neste contexto, ou seja, pela crença cada vez maior por parte da oposição de que a queda do regime só se daria pelo uso da violência armada, que se criaram as chamadas organizações armadas, que vão desempenhar um papel bastante ativo na luta para a queda do regime, “As variantes da então designada *nova esquerda* desempenharam um papel crucial neste processo. Ainda que esta possa fundar parte substancial do seu heterodoxo corpo teórico e das suas múltiplas formas de organização e de atividade na tradição «*velha*» dos partidos e dos movimentos de inspiração marxista- -leninista, assim como na longa experiência do movimento operário e popular, ela definiu uma rejeição do modelo tradicional de contestação.”<sup>188</sup>

Embora esta dissertação se foque especificamente na trajetória das BR, achei particularmente importante fazer uma abordagem daquele que foi o período de luta armada e das suas principais organizações para conseguir perceber o ambiente vivido e a própria trajetória das BR, assim como o que a diferenciava das restantes organizações clandestinas.

Embora existisse desde os anos 50 o uso da violência clandestina por certos grupos, esta agudizou-se em 1970. Foi fruto, para além do descontentamento para com o regime, das divergências dentro do PCP em relação ao uso ou não da violência. A sociedade também acompanhava este desenvolvimento, mostrando apoio ao uso da violência. Dava-se, assim, a radicalização da sociedade portuguesa, principalmente entre os jovens e estudantes. Neste contexto, já após a criação da LUAR, em 1970 surgiram a ARA e as Brigadas Revolucionárias. “É na década de 70 que as circunstâncias políticas, económicas e sociais de Portugal favorecem o aparecimento de outras organizações armadas.”<sup>189</sup> Ana Sofia Ferreira aponta algumas motivações que levaram à criação destas organizações, como a guerra colonial e o desgaste que esta provocava, quer no regime, quer nos militares. “(...) As manifestações contra a guerra eram cada

---

<sup>188</sup> Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005): p.70.

<sup>189</sup> Ana Sofia Ferreira, «Memória da luta armada durante os 40 anos de democracia», em *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*, coord. Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo (Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2014), p.235.

vez maiores, com o número de desertores e refratários a crescer de ano para ano, com uma juventude a não querer hipotecar os seus sonhos numa ida para uma África longínqua, da qual nada conheciam (...)”<sup>190</sup>; a industrialização do país, que levava ao crescimento das periferias e conseqüentemente fazia com que as pessoas viessem do campo para ocupar essas áreas na esperança de encontrarem melhores condições de vida levando consigo aspirações e reivindicações; a mudança de mentalidades provocada por uma maior escolarização; a imigração que obrigou as pessoas a viver em contextos políticos e sociais diferentes trazendo para Portugal essas novas visões; as revistas, livros e jornais que vinham de fora e circulavam entre as pessoas de forma clandestina... Tudo isto contribuiu para uma consciencialização entre as pessoas da realidade que se estava a viver em Portugal e para a importância da existência de existir mudança, “(...) a verdade é que as grandes transformações culturais dos anos sessenta, mesmo quando adaptadas, também aqui haviam chegado, alterando o ambiente social, produzindo uma cultura de oposição em larga medida renovada, e, ao mesmo tempo, introduzindo algumas modificações na evolução política do país.”<sup>191</sup>

### **5.1 A LUAR e as suas ações**

A Liga de Unidade e Ação Revolucionária foi uma organização criada por Hermínio da Palma Inácio em Paris, a 19 de julho de 1967, a quem se juntou Camilo Mortágua, Emídio Guerreiro, Fernando Pereira Marques e António Barracosa. A LUAR pautava-se por ser uma organização de esquerda revolucionária que acreditava que só uma unidade da esquerda levaria ao avanço do processo revolucionário. Para esta organização, só com outras organizações e com as classes trabalhadoras se conseguiria destruir o aparelho de estado fascista e por sua vez levar à tomada do poder pelos trabalhadores. “Neste sentido, o princípio estratégico básico da LUAR traduz-se na sua integração dentro de uma estratégia revolucionária global, partindo da ação armada,

---

<sup>190</sup> *Idem.*

<sup>191</sup> Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», Revista Portuguesa de História, XXXVII, (2005): p.79.

garantindo os princípios essenciais de autonomia, de disciplina e de organização próprias.”<sup>192</sup>

Foi uma organização completamente independente de qualquer partido, até mesmo do Partido Socialista, embora mantivessem relações de amizade com Mário Soares, “digamos que foi praticamente o único partido que colaborou com a LUAR e em momentos muito importantes deu à LUAR ajuda preciosa. Mas neste, momento não temos ligação nenhuma política com qualquer partido.”<sup>193</sup> Esta organização procurou ao longo da sua existência manter contactos com outras organizações revolucionárias internacionais como o PAIGC em África, os Tupamaros no Uruguai, a ETA no País Basco, em Itália com o grupo LOTTA (esquerda radical italiana) e o grupo Baader-Meinhof na Alemanha.

Hermínio da Palma Inácio foi a figura mais representativa da LUAR. Este já era conhecido por ter sido o autor do episódio, em 1961, do lançamento de panfletos contra o governo de Salazar de um avião da TAP ao sobrevoar Lisboa. Palma Inácio procurou manter-se sempre dentro da luta contra o fascismo através do envolvimento em vários projetos: “Em 1966, eu e os outros camaradas que viemos a fundar a LUAR, chegámos à conclusão de que, ou nós desistíamos e ficávamos no Brasil, ou vínhamos para a Europa prosseguir a luta. E viemos. (...) viemos para a Europa com dificuldades financeiras enormes e tudo o que conseguimos só foi possível graças ao contributo de todos os camaradas que faziam parte da organização, os quais venderam tudo e trabalharam para podermos financiar as primeiras operações revolucionárias da LUAR.”<sup>194</sup>

A LUAR defendia o socialismo, pois, para além de vários integrantes partilharem essa mesma ideologia, segundo Fernanda Leitão e Carlos Pina<sup>195</sup>, a LUAR defendia a ideia de que, sendo o socialismo o reflexo do poder nas mãos dos trabalhadores e se este se constrói sob os interesses das massas, é contraditória a ideia de se recorrer a medidas ditatoriais de governo ou à concentração de poder numa minoria, logo, a luta contra o regime e a preferência pelo socialismo era justificada por esta por esta ideia. A LUAR

---

<sup>192</sup>Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975), p.44.

<sup>193</sup> *Idem*, p.29.

<sup>194</sup>Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975), p.18.

<sup>195</sup>*Idem*.

rejeitava o “centralismo democrático” e procurava articular as bases da organização com os organismos de nível superior, ou seja, de baixo para cima. O centralismo democrático, segundo a LUAR, evidenciava-se quando os poderes se concentravam no organismo central e as decisões passavam a ser tomadas num só sentido, de cima para baixo, tendo as bases que acatar as decisões de cima, ou seja, não era algo totalmente democrático e, por isso mesmo, era rejeitado por esta organização. A LUAR destacava o socialismo. “O socialismo só se constrói pelo exercício da democracia dos trabalhadores sempre vigilantes e respondendo com a violência revolucionária, exigida pelas circunstâncias, às tentativas da reação organizada para sabotar a revolução.”<sup>196</sup>

Para Camilo Mortágua, a LUAR era sobretudo uma organização que se pautava pela sua faceta ativista. Neste sentido, a ideologia política não era o mais importante, para Mortágua, quanto mais “intelectual” a organização fosse, menos “ativista” esta seria. “Este fator fazia com que, na sua opinião, houvesse uma abordagem diferente por parte da população à LUAR do que a outras organizações revolucionárias, conseguindo esta ter muito impacto nas pessoas. Porém, no que toca aos partidos e grupos políticos existentes na clandestinidade, o facto de não ter uma linha política bem definida fazia com que se considerasse que a LUAR era constituída por pessoas «primárias».”<sup>197</sup> Os militantes desta organização acreditavam que só com a força da violência conseguiriam atingir os objetivos desejados: “Barracosa defendia que a luta armada era a única forma de derrubar a ditadura salazarista, pelo que procurou relacionar-se com elementos da oposição que pudessem defender esta forma de luta.”<sup>198</sup> Neste contexto, levaram a cabo variadas ações que tiveram impacto tanto no regime como na população.

Ao contrário do que acontecia com outras organizações revolucionárias, na LUAR não existia um padrão de recrutamento de militantes, ou seja, ou se entrava na organização através de relações pessoais, ou entravam todos os que tivessem dispostos

---

<sup>196</sup>*Idem*, p.64.

<sup>197</sup>Duarte Carrasquinho, «A luta armada revolucionária em Portugal: Uma História ao LUAR», Working Paper nº74, Observatório Político (25/09/2017), p.10. [http://www.observatoriodpolitico.pt/wp-content/uploads/2017/09/WP\\_74\\_DC.pdf](http://www.observatoriodpolitico.pt/wp-content/uploads/2017/09/WP_74_DC.pdf) (Consultado a 3 de maio de 2024).

<sup>198</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.144.

a participar na luta armada. Isto fazia com que fosse comum a existência de informadores da PIDE, ou seja, a confiança entre militantes não era total.<sup>199</sup>

Tal como refere Fernanda Leitão e Carlos Pina<sup>200</sup>, a fundação da LUAR aconteceu após o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz que ficou conhecido como a “Operação Mondego”, a 17 de maio de 1967. Esta operação teve como principal objetivo financiar a LUAR, pois uma vez que não eram apoiados por nenhum partido ou organização política, as possibilidades de arranjar esse financiamento eram limitadas. Palma Inácio, em Paris, entrou em contacto com Emídio Guerreiro no sentido de tentar arranjar o financiamento para a futura organização que viria a ser criada. Como não tinham conseguido arranjar o dinheiro pretendido, decidiram então realizar um assalto a um banco. O grupo, formado por Palma Inácio, Camilo Mortágua, António Barracosa e Luís Benvindo, começou a preparar o que viria a ser a “Operação Mondego”. Eram todos antifascistas que queriam o derrube da ditadura em Portugal e que eram a favor do uso de ações armadas para atingir. Escolheram como alvo a agência do Banco de Portugal da Figueira da Foz, pois, assim, o assalto significaria não só a obtenção dos recursos financeiros necessários, mas também um ataque direto ao regime.<sup>201</sup>

A operação iniciou-se com a entrada clandestina do grupo em Portugal.<sup>202</sup> O plano passaria pelo assalto e posteriormente pela fuga de avião do aeródromo de Cernache, a 30km da Figueira da Foz. Mortágua arranjou um local na fronteira com Espanha para que pudessem aterrar e onde teriam um transporte para os levar até Paris. Com receio de que a polícia portuguesa já desconfiasse que estes iriam aterrar em Espanha, Palma decide aterrar em Sagres, passar a fronteira a pé por Mértola e depois seguir de carro até Paris. Por outro lado, procuraram iludir a PIDE criando a ilusão de uma saída de Portugal por via marítima com a escolha da Vila do Bispo para local de aterragem. “Ao aterrar aqui, davam a impressão de que a fuga de Portugal seria por

---

<sup>199</sup>Duarte Carrasquinho, «A luta armada revolucionária em Portugal: Uma História ao LUAR», Working Paper nº74, Observatório Político (25/09/2017), p.7. [http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/09/WP\\_74\\_DC.pdf](http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/09/WP_74_DC.pdf) (Consultado a 3 de maio de 2024).

<sup>200</sup> Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975).

<sup>201</sup> *Idem*.

<sup>202</sup> Isto porque Palma Inácio tinha por cumprir 17 anos de prisão na sequência da sabotagem dos aviões da Força Aérea e Camilo Mortágua tinha 18 anos por cumprir, pelo ataque ao paquete Santa Maria.

barco, com o objetivo de alcançar o Norte de África, possivelmente a Argélia, onde estava localizada a FPLN<sup>203</sup>, insinuando à PIDE que a organização era um braço armado da FPLN. Ao mesmo tempo, favorecia a ideia de que, se o meio de saída do país fosse por via terrestre, aterrar em Vila do Bispo não conferia verosimilhança a essa hipótese, dadas as distâncias a percorrer e a existência de locais para esse fim mais perto da fronteira.”<sup>204</sup> No dia 20 de maio chegaram a Paris de carro. A fuga e o assalto foram bem-sucedidos e a organização arrecadou aproximadamente 29 274 contos, sendo que a polícia política ficou a acreditar que o assalto teria sido da autoria da FAP. Emídio Guerreiro, em Paris, embora não tivesse o conhecimento absoluto da ação levada a cabo por Palma Inácio, percebeu quem foram os autores e o objetivo, e, com isso, decide reivindicar o assalto pela LUAR ao falar com Marcel Niedergang, jornalista do jornal *Le Monde*, fazendo com que a notícia fosse publicada como a ação política e revolucionária contra o regime português. Foi aqui que Emídio Guerreiro deu o nome efetivo à organização de LUAR (que até ao momento teriam pensando em chamar de Ação Revolucionária Democrática). O assalto teve especial destaque pelo facto de ter acontecido à luz do dia e os assaltantes terem conseguido fugir de avião, representando assim, uma nova forma de combater o regime. Segundo Palma Inácio, a ação só foi realizada pois foram impostas condições no seio da organização: 1º iriam reivindicar a responsabilidade desse ato, saindo um comunicado público da LUAR, “(...) o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz em 17 de maio de 1967, foi obra de uma organização Política, a LUAR, e não de gatunos.”<sup>205</sup> Depois informar para que serviu o dinheiro roubado, “Foi com a certeza de que podíamos, um dia, cumprir estes dois compromissos , que a operação pôde ser realizada. Sem essa certeza nós não a realizaríamos.”<sup>206</sup>. A informação sobre como a LUAR usou o dinheiro só veio a ser divulgada após a queda do regime, fizeram-no num comício na Figueira da Foz, onde os

---

<sup>203</sup> Frente Patriótica de Libertação Nacional.

<sup>204</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.148.

<sup>205</sup> Museu do Aljube, Operação Mondego- “Comunicado da LUAR sobre prisão Palma Inácio”, 1968. <https://www.museudoaljube.pt/2023/05/17/operacao-mondego/> (Consultado a 3 de maio de 2024).

<sup>206</sup>Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975), p.19.

dirigentes da organização explicaram onde o dinheiro foi usado e a importância da ação para a LUAR, “O objetivo dessa primeira operação foi o de armar a revolução socialista e provar a possibilidade duma nova prática revolucionária e a falibilidade das teorias reformistas e oportunistas que procuram marginalizar todas as formas de violência.”<sup>207</sup> Após a ação e ainda no comunicado lançado pela LUAR é especificado o objetivo da luta da organização “(...) a LUAR está decidida a cumprir as suas promessas de lutar efetivamente pela libertação do Povo, a destruir pela luta armada o regime de opressão.”<sup>208</sup>

Segundo Palma Inácio<sup>209</sup>, aquela não fora uma ação perfeita, apenas porque posteriormente um elemento, conhecido por “Castelo Branco”, que seria um colaborador da polícia, terá entregue um terço do dinheiro roubado à PIDE, “Esse tal Castelo Branco estava a trabalhar para a PIDE, depois fingiu que vinha a Portugal visitar o pai doente e trouxe o dinheiro e entregou à PIDE (...) nós só soubemos depois quando foi desmantelada a PIDE, nos arquivos da PIDE, estava tudo escrito, que ele era um agente.”<sup>210</sup>

Após o assalto houve divergências em relação ao dinheiro arrecadado, segundo Palma Inácio<sup>211</sup>, Emídio Guerreiro defraudou a sua confiança, uma vez que nunca os ajudou a trocar o dinheiro ou a garantir asilo e além disso, quando P. Inácio foi identificado pelo assalto e preso em Paris, Emídio Guerreiro terá retirado o dinheiro do assalto e nunca mais foi devolvido. Isto levou a que se dessem roturas entre as fações que compunham a LUAR.

A LUAR também levou a cabo diversas ações armadas no estrangeiro principalmente assaltos a consulados para conseguirem roubar passaportes. No entanto, nem todas as ações tiveram êxito, como foi o caso da operação falhada na

---

<sup>207</sup> *Idem*, p.44.

<sup>208</sup> Museu do Aljube, Operação Mondego- “Comunicado da LUAR sobre prisão Palma Inácio”, 1968. <https://www.museudoaljube.pt/2023/05/17/operacao-mondego/> (Consultado a 3 de maio de 2024).

<sup>209</sup> RTP Arquivos: entrevista a Hermínio da Palma Inácio- “Palma Inácio recorda acontecimentos de 1967”. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/palma-inacio-recorda-acontecimentos-de-1967/> (Consultado a 7 de maio de 2024).

<sup>210</sup> *Idem*.

<sup>211</sup> Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975).

Covilhã, a chamada “Operação Matias”.<sup>212</sup> Aqui a LUAR pretendeu ocupar a cidade da Covilhã com o objetivo de assaltar tanto as agências bancárias, como os postos da PSP e da GNR, e também invadiriam a estação local da Emissora Nacional para transmitir uma proclamação da LUAR previamente gravada. Camilo Mortágua não participou na ação da Covilhã pois, embora fosse uma operação importante, por aquilo que representava e pelo local, considerava que não havia meios que levassem ao seu êxito. A falta de segurança e confiança nesta operação fez com que Mortágua não participasse. No entanto os restantes elementos decidiram realizar a ação, pois uma vez que o dinheiro da operação Mondego não poderia ser utilizado, precisavam de arranjar mais financiamento.

Segundo a obra de Fernanda Leitão e Carlos Pina<sup>213</sup>, o plano passava por cortar as ligações, quer de comunicações, quer de estradas à Covilhã, para impedir a chegada da polícia ou de militares, e, por fim, tomar a cidade. No entanto, não conseguiram ir para a frente com o plano pois Palma Inácio, na sequência de uma operação STOP foi detetado a conduzir sem carta de condução e por irem 9 pessoas num carro de 5, tanto ele como os restantes que estavam no carro foram presos. A operação acabou por falhar devido à má preparação e também à escassez de recursos, “(...) não existiu ao longo do tempo de vida da LUAR um consenso da matriz de futuro que esta devia tomar. Formaram-se dois núcleos. Um constituído pelos operacionais, liderado por Palma Inácio, e outro constituído pelos intelectuais, com Emídio Guerreiro como figura destacada. Os métodos de ação e de planeamento eram ponto de discórdia e Emídio Guerreiro, que tinha em sua posse as notas do dinheiro que podiam ser utilizadas, detinha o poder de permitir a atuação ou não.”<sup>214</sup> A “operação Matias” ficou, assim, marcado pelo imprevisto e sem segurança, o que inevitavelmente levou à prisão de vários elementos, o que causou uma cisão dentro da LUAR. As várias prisões levaram a um clima de atribuição de culpas e suspeição dentro da organização, “O balanço da operação foi desastroso para a LUAR: foram presos oito elementos, entre os quais Palma

---

<sup>212</sup> Fernanda Leitão e Carlos Pina, *Cadernos Divulgação: LUAR - o que é?* (Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975).

<sup>213</sup> *Idem.*

<sup>214</sup> Duarte Amador Carrasquinho, «As ações Armadas Revolucionárias na degradação do Estado Novo» (Dissertação de Mestrado, Lisboa, Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa, 2019), p.85.

Inácio, o chefe da organização; assim como o motorista e o passador; verificou-se a perda considerável de material bélico, bem como armas, munições e explosivos; recursos financeiros desesperadamente essenciais para a organização prosseguir a luta contra o regime.”<sup>215</sup> Segundo Ana Sofia Ferreira, esta operação falhada levou ao fim de uma fase da LUAR que ficou marcada mais por ações armadas do que políticas, ou seja, não havia um debate ideológico. Ela foi marcada também pelas várias ações que tiveram repercussão pública, quer a nível nacional como internacional.

Para Duarte Carrasquinho<sup>216</sup>, esta forma pouco convencional de atuação da LUAR e de planeamento de ações armadas pode ser vista, quer como uma vantagem, quer como uma desvantagem, isto porque, apesar de ter feito com que algumas ações falhassem, por outro lado, pela sua forma pouco previsível e vulgar, fazia com que a PIDE não conseguisse delinear concretamente a forma como a LUAR atuava o que a diferenciava por exemplo, do PCP, de cuja forma de atuação a PIDE já tinha conhecimento. A LUAR, com os seus diversos métodos de atuação, foi muitas das vezes, apelidada pela imprensa e pelo regime como uma organização terrorista.

Foram 9 as ações que a LUAR realizou, “A LUAR executou ações revolucionárias singulares de um imaginário quase cinematográfico.”<sup>217</sup>

Para além da “Operação Mondego” e da “Operação Matias”, a LUAR levou a cabo a “Operação Diana” a 17 de setembro de 1967, em Évora. Teve como objetivo a aquisição de armas; a “Operação Primavera” a 30 de abril de 1969 que se baseou na sabotagem de pilares de alta tensão no Porto Alto juntamente com a explosão de um pacote perto do consulado americano; levaram a cabo também a sabotagem de fragatas na marinha de guerra, nos estaleiros de Hamburgo, a 12 de outubro de 1969; assaltaram os consulados de Portugal em Roterdão, a 1 de maio de 1971, e no Luxemburgo, a 4 de junho do mesmo, com o objetivo de obterem passaportes; e por último assaltaram a carrinha do Banco da Agricultura, em Paris, a 9 de abril de 1972. No entanto, “(..) apesar

---

<sup>215</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.163.

<sup>216</sup> Duarte Carrasquinho, «A luta armada revolucionária em Portugal: Uma História ao LUAR», Working Paper nº74, Observatório Político (25/09/2017).[http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/09/WP\\_74\\_DC.pdf](http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/09/WP_74_DC.pdf) (Consultado a 3 de maio de 2024).

<sup>217</sup> *Idem*, p.1.

do carácter espetacular das ações e de chamar a atenção da comunidade internacional para o facto de em Portugal o regime ser uma ditadura, não provocaram brechas significativas no regime.”<sup>218</sup>

Após a prisão de Palma Inácio na sequência da “Operação Matias”, a LUAR ficou sem liderança, “Era consensual a ideia de que a LUAR devia continuar, mas era indispensável proceder a um grande esforço de clarificação política e organizacional, sendo necessário dotar a organização de uma base política e ideológica, definir a estratégia, os objetivos revolucionários e os meios para prosseguir.”<sup>219</sup>

Assim, os elementos que restaram do comité superior reuniram-se em Paris em setembro de 1968 para estabelecer uma reorganização da LUAR. Aqui procuraram assumir uma posição mais além da posição militar e mostrar solidariedade com os movimentos de libertação das colónias. O recrutamento de novos elementos passou a ser mais rigoroso e controlado para assim evitar infiltrados e fugas de informação.

Na sequência da reunião, foi preparado um documento político, publicado em dezembro de 1968, intitulado de “*Linha Política*”, cujo conteúdo passava por expor a orientação política e ideológica da organização que até à altura nunca tinha sido evidenciada. Aqui manifestou-se a tendência socialista e anticolonialista da organização, defendendo a luta armada, ou seja, a radicalização das formas de luta contra a ditadura, “Com esta reorganização procurava-se, inclusivamente, conferir um carácter democrático à organização, pretendendo-se a eleição da direção a partir das bases, que deveriam receber informação periódica sobre as atividades desenvolvidas. Nota-se aqui a influência que o Maio de 68 francês teve na organização.”<sup>220</sup>

No contexto do seu anticolonialismo, a organização levou a cabo ações diretas contra a guerra colonial, como foi o caso da sabotagem dos estaleiros de Hamburgo na RFA. Sendo uma organização defensora da independência das colónias, a LUAR via, tal como acontecia em Portugal que também aí era necessária a luta armada. Para a LUAR a luta antifascista não se podia dissociar da luta anticolonialista pois inevitavelmente

---

<sup>218</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.143.

<sup>219</sup> *Idem*, p.164.

<sup>220</sup> *Idem*, p.169.

uma levava à outra. Ana Sofia Ferreira<sup>221</sup> refere que, em outubro de 1969, a LUAR enviou militantes para a Alemanha para protestar contra o apoio declarado pela RFA ao Estado Novo. Aí foram estabelecendo vários contactos com estudantes e com operários dos estaleiros *Blohm & Voss*, que eram os responsáveis pelas fragatas utilizadas pela marinha de guerra portuguesa. Foi neste contexto que a LUAR percebeu que tinha a possibilidade de atacar diretamente a máquina de guerra colonial. Em abril de 1969, a LUAR entregou aos operários dos estaleiros, objetos explosivos, e depois estes foram a Paris para aprenderem a manusear esses explosivos. A 12 de outubro, os operários deram início à ação que provocou o afundamento de um batelão e graves estragos em três fragatas, o que fez com que a entrega ao governo português fosse cancelada.

Quando Marcelo Caetano assumiu o poder deu-se início à “Primavera Marcelista”, ou seja, uma suposta abertura do regime, o que fez com que dentro da LUAR se começasse a defender a ideia de que não era necessário manter a luta armada. Com esta realidade, muitos afastaram-se, restando apenas Luís Benvindo, Camilo Mortágua, José Hipólito dos Santos e Palma Inácio que continuava preso. Palma Inácio foi libertado em dezembro de 1969 e seguiu para diversos países onde tinha bases de apoio da LUAR como Itália, França e Bélgica. Em pouco tempo voltou a controlar a organização e a tomar decisões. Este estava dececionado pela redução de militantes. Para ele ficou claro que era necessário captar militantes para evitar o desmantelamento da organização. Resolveu assim fugir à via política que tinha sido adotada pela LUAR na sua ausência, e voltou a implementar o recrutamento original da organização, ou seja, quem quisesse e pudesse pegar em armas podia entrar na organização, “O facto de na LUAR voltar a predominar este tipo de recrutamento e de voltar a prevalecer a linha militar, levou a que pessoas que tinham sido afastadas da organização em 1969 tenham voltado a aproximar-se. Os elementos da direção continuavam a procurar avançar nos aspetos mais políticos e organizativos, mas perduravam, e continuavam a predominar, os velhos métodos: pouca discussão teórica e política, falta de organização, muita

---

<sup>221</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015).

disposição para fazer ações, reuniões em cafés, aceitação de todos os que quisessem lutar contra o regime.”<sup>222</sup>

Tal como aconteceu com outras organizações clandestinas, também na LUAR surgiu propaganda clandestina própria, com o jornal “Fronteira” que se manteve ativo até à queda do regime. Neste jornal procuravam registar vários acontecimentos políticos que ocorriam em Portugal, principalmente as greves convocadas por organizações da oposição. Faziam alusão à repressão e violência da polícia política e era comum publicarem sobre a guerra colonial: muitas das vezes havia entrevistas aos líderes dos movimentos de oposição (Agostinho Neto e Marcelino dos Santos), para darem a conhecer ao povo português a realidade que estava a ser vivida além-fronteiras.

Uma das últimas ações da LUAR deu-se em novembro de 1973, ficando conhecida como *Operação do Século*. O plano consistiu em duas ações: o assalto a uma agência bancária e, posteriormente, a libertação de presos políticos. Depois de estudarem o terreno e após a prisão dos elementos que inicialmente iriam realizar a ação, Palma Inácio, que se encontrava em Paris, regressou a Portugal para dar início ao plano, juntamente com um grupo de operacionais. Após a operação, a fuga seria pela fronteira com Espanha. Escolheram inicialmente como alvo a filial do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, em Minde no município de Alcanena, perto do Porto de Mós, no entanto, Palma Inácio optou posteriormente pela agência do *Banco Totta & Açores* em Mira d'Aire, pois, para este, havia melhores condições de acesso e fuga. Após realizado o assalto, seguiriam para a segunda ação que seria a libertação dos presos políticos que se encontravam nas prisões de Peniche e Caxias. Para isso, iriam sequestrar um avião das TAP com personalidades portuguesas importantes para depois poderem negociar com o governo português uma troca dos passageiros pela libertação dos presos políticos. O assalto realizou-se a 22 de Novembro de 1973. Os intervenientes no plano reuniram-se num café antes da operação para o banco. No entanto, a polícia política já teria conhecimento da presença de Palma Inácio e de outros operacionais da LUAR no interior do país e acabaram por prendê-los a todos no café, sendo libertados já após o

---

<sup>222</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.177.

golpe das Forças Armadas em 1974. Esta última ação da LUAR contra o regime traduziu-se num falhanço. Em 1976, na sequência da nova realidade democrática e da associação de vários elementos da LUAR a vários partidos, Palma Inácio decide dissolver a organização.

## 5.2. A Ação Revolucionária Armada

O Comité Central do Partido Comunista Português, depois de várias discussões e das pressões que se faziam sentir dentro do próprio partido relativamente à necessidade do uso da violência, e para evitar dissidências, decidiu criar em 1970, já com Marcelo Caetano à frente do regime, uma organização armada clandestina: a Ação Revolucionária Armada. Esta seria um braço militar do partido liderado por Álvaro Cunhal, sendo indicados para seus dirigentes Jaime Serra, Raimundo Narciso e Francisco Miguel. Já Joaquim Gomes passou a ser a ligação entre a organização e o PCP, sendo membro da comissão executiva da ARA. A partir de 1970, depois de entre 1968-1970 se ter conseguido reunir cerca de 42 operacionais, o Partido considerou que entrava assim numa fase suficientemente estável para levar a cabo as ações que planearam para atingir o objetivo de derrubarem o regime. “A ARA propõe-se conduzir a sua ação revolucionária no quadro da luta do povo português contra a ditadura fascista e pela conquista da liberdade.”<sup>223</sup>

A ARA era uma estrutura autónoma do PCP, ou seja, seguia as instruções do partido, mas a sua direção também tomava decisões independentes que poderiam estar relacionadas com as ações armadas, a repressão política intensa ou com as divergências dentro do PCP em relação à luta armada. A ARA respondia assim à sua própria comissão executiva, esta comissão financiava a organização e providenciava material e operacionais. “A ARA, por seu turno, declarava-se uma organização que lutava contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo e tomava as instalações militares e o aparelho militar como os seus alvos preferidos. No entanto, a ARA nunca fez a defesa da abertura de uma quarta frente de combate em Portugal, pois neste campo o PCP continuava a defender o “levantamento popular de massas” e procurou incluir a criação e as ações

---

<sup>223</sup> Manifesto inicial da ARA, 26-out-1970 (Consultado a 14 de fevereiro 2024): <https://www.museudoaljube.pt/2023/10/26/primeira-acao-da-acao-revolucionaria-armada-ara/>

da ARA nesta linha política. Assim, pretendia que as ações armadas estivessem ligadas à luta das massas.”<sup>224</sup> O recrutamento para a ARA acabava por ser difícil, uma vez que o partido mantinha o organismo como “ultraclandestino.”<sup>225</sup> Esta organização, segundo Rui Bebiano<sup>226</sup>, focava-se na sabotagem do esforço de guerra do governo, levando a cabo ações armadas específicas que atingissem e descredibilizassem o regime. Os alvos eram escolhidos com vista a criar a desestabilização do regime. Raimundo Narciso<sup>227</sup>, dirigente da organização, defendia em 2023 que não havia, nos anos de atividade da ARA, quaisquer objetivos de afetar civis ou causar mortes. Aliás, segundo Narciso, nem os agentes da PIDE eram alvos a “abater”. Era importante para esta organização desestabilizar, mas não atingir pessoas. O PCP nunca esteve de acordo com o terrorismo, logo procurava que as suas ações prejudicassem apenas o alvo principal. A ARA pretendia que as suas ações estivessem ligadas à luta de massas, orientando a organização nesse sentido, sendo o objetivo de conseguir ter um impacto político. “Verifica-se, todavia, uma preocupação constante com a separação entre a experiência desta organização, que se pretendia «ligada à luta das massas» e a precipitação protagonizada pelos sectores da esquerda radical que viam de uma forma mais direta o papel da violência.”<sup>228</sup>

---

<sup>224</sup>Ana Sofia Ferreira, “A sedução das armas. Radicalização na contestação ao Estado Novo”, in *III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict. Proceedings*, (eds.) Martí Marín; Sampere Domènech e Ricard Martínez (Barcelona: CEFID-UAB, 2016), p.346.

<sup>225</sup>Segundo a dissertação de doutoramento de Ana Sofia Ferreira, os quadros das “ações especiais” estavam ligados ao PCP, sendo este quem indicava os elementos que deviam integrar este organismo de luta revolucionária.

<sup>226</sup> Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005): pp.65-104.

<sup>227</sup>Entrevista RTP: De Cravo ao Peito – A Luta Armada antes do 25 de abril (09 Março, 2023) <https://www.rtp.pt/play/p10052/e675705/de-cravo-ao-peito> (Consultado a 10 de fevereiro de 2024).

<sup>228</sup> Rui Bebiano, «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005): p.95.

Com a organização definida e criada, foram-se realizando reuniões dentro do comando central da ARA para, assim, se definirem os alvos da ação revolucionária. “O Comando Central da ARA era responsável pela definição dos alvos, preparação e execução das ações e pela seleção, controlo e acompanhamento dos quadros operacionais e logísticos que militavam na organização”<sup>229</sup>, sendo que algumas das ações armadas adquiriram uma grande importância pelo seu impacto.

#### I. Ataque ao *Cunene*

A primeira ação levada a cabo pela ARA foi em outubro de 1970, ficando conhecida como “O ataque ao *Cunene*”. O navio *Cunene*, fazia parte da logística do apoio do regime à Guerra Colonial. Era este que abastecia com armamento e mercadorias os militares portugueses. Dada a importância que este desempenhava para o regime na continuidade da guerra colonial, acabou por ser um alvo imprescindível para a ARA.

Uma vez que se tratava de uma ação clandestina, sendo importante não chamar a atenção e não existindo grandes recursos disponíveis, optou-se em primeiro lugar, pela elaboração de um plano minucioso, e para isso, foi necessário um grande e demorado trabalho de reconhecimento. A sabotagem passou pela colocação de explosivos no navio. Os autores desta ação seriam Gabriel Pedro<sup>230</sup> e Carlos Coutinho, que remaram até ao navio disfarçados de pescadores. Depois de colocados os dispositivos, estes foram fabricados por Raimundo Narciso e Francisco Miguel no laboratório da organização em Arruda dos Vinhos. Depois sincronizaram a sua explosão para as cinco da manhã, danificando, tal como esperado, o navio.

No rescaldo da ação, várias notícias foram publicadas em jornais, tentando o regime esconder o verdadeiro motivo da explosão ocorrida, pois caso se soubesse que teria sido uma ação clandestina, levaria à agitação social, coisa que se queria evitar. Assim, na versão oficial, o comandante justificou a explosão por gásóleo no porão. No entanto, no seu manifesto inicial, a ARA declarava o contrário: “O comando central da ARA declara que ao atacarmos a máquina de que alimenta a guerra colonial não estamos

---

<sup>229</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.223.

<sup>230</sup> Militante Comunista que nasceu a 222 de abril de 1898 e que tinha passado vários anos no campo de concentração do Tarrafal.

contra os soldados, os sargentos, e os oficiais honrados, forçados a fazer uma guerra que odeiam. Estamos sim, contra a continuação desta criminoso guerra de operação colonial que se transformou num flagelo para os povos de Angola, Guiné e Moçambique e num canoro que corrói a Nação, que queimam as vidas do povo português para servir os interesses de um punhado de monopolistas sem pátria.”<sup>231</sup> Esta ação levada a cabo pela ARA, totalmente inesperada para a ditadura, revelou-se uma inovação na luta contra a guerra colonial. “De facto, nessa madrugada, duas potentes explosões quase simultâneas abalavam meia Lisboa e eram ouvidas com grande estranheza na Margem Sul, fazendo algumas pessoas sair da cama e vir à janela. Tinha começado uma nova forma de luta contra o fascismo e contra a guerra colonial.”<sup>232</sup>

## II. A “Tripla Ação” da ARA:

Na discussão de hipóteses para novos alvos, decidiu-se por fim, que o impacto seria maior se se atacasse vários alvos em simultâneo. Neste sentido, escolheram-se três alvos com simbologias diferentes, cada uma numa das três frentes da luta política: a Escola Técnica da PIDE, sendo uma forma de ataque direto ao regime e à repressão exercida por este; o Centro Cultural dos Estados Unidos, simbolizando o ataque ao imperialismo dos EUA; e por fim o navio *Niassa*, que iria abastecer as colónias com equipamento militar, um alvo militar no contexto do ataque contra a guerra colonial. A definição destes três alvos de ataque ficou conhecida como “Tripla Ação”.

### 1. A Escola Técnica da PIDE

Um ataque direto à PIDE seria um ataque direto ao regime e à sua atitude repressiva, daí o grande simbolismo e importância desta ação. Em 1972 delineou-se o plano de ataque, que passava pela colocação de uma bomba na rua junto à escola, que se situava no centro de Lisboa. Embora tenha sido colocada durante a noite para evitar que atingisse civis, acabou por resultar na morte de um jovem de 15 anos. Em relação ao

---

<sup>231</sup>Manifesto inicial da ARA, 26-out-1970. Consultado a 14 de fevereiro de 2024:

<https://www.museudoaljube.pt/2023/10/26/primeira-acao-da-acao-revolucionaria-armada-ara/>

<sup>232</sup>Jaime Serra, *As explosões que abalaram o fascismo* (Lisboa: Edições «Avante!», 1999. <https://www.pcp.pt/publica/militant/240/p49.html> (Consultado a 20 de fevereiro de 2024).

desfecho inesperado da ação, Narciso Raimundo<sup>233</sup>, revelou que a bomba colocada nas instalações da escola tinha o intervalo de tempo suficiente apenas para que, quem a fosse colocar, conseguisse sair ileso. No entanto, por azar, nesse mesmo curto espaço de tempo, passou um rapaz que trabalhava num turno noturno e ia a pé para o centro de Lisboa. Vendo o objeto na rua, mexeu nele, fazendo com que explodisse. Esta foi a única fatalidade causada pela ação da ARA, apesar das várias ações que se seguiram. “Não obstante a ARA atribuir a culpa desta morte ao regime e considerar que o jovem foi uma vítima do fascismo e da repressão, também equacionou que tinha sido um erro colocar um involucro explosivo no exterior de um edifício e, os seus operacionais, nunca mais voltaram a escolher alvos próximos da via pública.”<sup>234</sup>

## 2. O Cais da Fundição em Lisboa

Seguiu-se o ataque no Cais da Fundição que simbolizou a luta da ARA contra a guerra colonial. A organização contou com a ajuda de António Pedro Ferreira para levar a cabo a ação armada. António Ferreira era apoiante do partido e trabalhava na direção de serviços de transportes do Exército, foi ele que transmitiu a informação ao comando da ARA, de que um novo navio seria enviado para as colónias para alimentar a guerra colonial, transportando armamento militar e encomendas para auxiliar os soldados. Assim, o navio passava a ser um objetivo militar. O plano passava por enviar uma encomenda para dentro do navio em questão com uma bomba no seu interior. A bomba foi colocada de forma estratégica no interior de um caixote juntamente com roupas e outros pertences. Esta acabou por explodir durante a madrugada. Isto fez com que os habitantes que moravam perto do cais ficassem alarmados pelo barulho. Ao contrário do que se esperava, o navio *Niassa* não foi atingido, pois o embarque das encomendas tinha sido adiado por 24 horas, o que fez com que à hora da explosão, o pacote ainda

---

<sup>233</sup>Entrevista RTP: De Cravo ao Peito – A Luta Armada antes do 25 de abril (09 Março, 2023) <https://www.rtp.pt/play/p10052/e675705/de-cravo-ao-peito> (Consultado a 1 de Março de 2024).

<sup>234</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.230.

não estivesse no navio para provocar os estragos pretendidos, mas sim no armazém do cais.<sup>235</sup>

### 3. O Centro Cultural Americano

A tripla ação culminou no ataque ao Centro Cultural Americano, numa clara demonstração de contestação ao imperialismo dos EUA. Uma vez que se tratava de uma entidade americana em território português, a entrada nesta com uma bomba revelou-se um grande desafio. Era necessário fazer um reconhecimento do local e perceber de que maneira seria possível inserir a bomba no edifício sem chamar a atenção. Optou-se, assim, por inserir o dispositivo dentro de um livro igual a um que já existisse na biblioteca do centro. Este foi embrulhado como se fosse um presente e posteriormente, sem qualquer levantamento de suspeitas, foi colocado numa estante na biblioteca do edifício. A bomba, como se pretendia, explodiu de madrugada, sendo que alguns estilhaços acabaram por atingir alguns guardas da PSP, um guarda noturno e uma enfermeira que passava perto do local.

“Tal como planeado, naquele dia 20 de Novembro de 1970, três bombas deflagraram em três sítios diferentes da cidade de Lisboa atingindo três símbolos da luta da oposição contra o regime. Os jornais deram grande destaque ao sucedido, publicando notícias desenvolvidas sobre as ações, reproduzindo as declarações do major Silva Pais, chefe da PIDE/DGS, e descreveram os danos materiais e humanos provocados.”<sup>236</sup>

Segundo Carlos Coutinho<sup>237</sup>, como inicialmente, nem a PIDE, nem o regime, sabiam que a ARA estava ligada ao PCP, era permitida a publicação na imprensa de notícias sobre os ataques. No entanto, quando se começou a evidenciar a ligação da

---

<sup>235</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015)

<sup>236</sup>*Idem*, p.231.

<sup>237</sup>Entrevista RTP: Estórias do Tempo da Outra Senhora – Ação Revolucionária Armada (2018). <https://www.rtp.pt/play/p2440/e352464/estorias-do-tempo-da-outra-senhora> (Consultado a 27 de fevereiro de 2024).

organização armada ao PCP, a publicação de notícias sobre os acontecimentos e sobre a ARA começou a ser censurada.

### III. Ataque à base aérea de Tancos: a “Operação Águia Real”

Finda a tripla ação da ARA, novos planos de ataque ao regime surgiram. Era importante manter a luta contra a repressão, a guerra colonial, a violência praticada pelo regime, manifestando-se a necessidade de mudança e, assim, conquistando o apoio do povo à medida que a descredibilização do “Estado Novo” ia aumentando.

A 8 de março de 1971 levou-se a cabo um novo plano de ataque, desta vez à Base Aérea 3 em Tancos. Para Raimundo Narciso<sup>238</sup>, esta foi a ação mais importante e impactante realizada pela ARA, ficando conhecida como “Operação Águia Real”, que levou à destruição de praticamente toda a frota aérea que se encontrava na base em questão, alcançando um grande impacto nacional e internacional, sendo noticiado em vários jornais. “Às primeiras horas do dia 8 de Março de 1971, uma sequência de mais de 20 explosões destruiu o principal hangar da Base Aérea n.º 3, em Tancos, no coração do maior polígono militar do país.”<sup>239</sup>

Segundo Raimundo Narciso<sup>240</sup>, soube-se desde cedo que a elaboração do plano seria complexa uma vez que se tratava de um alvo militar sujeito a bastante vigilância. A participação de Ângelo de Sousa, um jovem que estava a tirar um curso de piloto na Força Aérea, foi imprescindível para o sucesso da ação armada. Jaime Sousa apresentou

---

<sup>238</sup>Entrevista RTP: Estórias do Tempo da Outra Senhora – Ação Revolucionária Armada (2018). <https://www.rtp.pt/play/p2440/e352464/estorias-do-tempo-da-outra-senhora> (Consultado a 27 de fevereiro de 2024).

<sup>239</sup>Reportagem de José Pedro Castanheira, “A mais espetacular ação de sabotagem dos tempos da ditadura”, Jornal Expresso, 2016. (Consultado a 29 de fevereiro de 2024): <https://expresso.pt/multimedia/2016-04-01-A-mais-espetacular-acao-de-sabotagem-dos-tempos-da-ditadura>

<sup>240</sup>Entrevista RTP: Estórias do Tempo da Outra Senhora – Ação Revolucionária Armada (2018). <https://www.rtp.pt/play/p2440/e352464/estorias-do-tempo-da-outra-senhora> (Consultado a 27 de fevereiro de 2024).

Ângelo a Raimundo Narciso em 1970, e com este abriu-se a possibilidade de a ARA atuar na Base de Tancos com a sabotagem de aviões militares através do uso de cargas explosivas. Seria então necessário garantir o acesso ao hangar dos aviões, o que seria assegurado por Ângelo, pois o guarda que ele conhecia cedia a chave facilmente a vários oficiais, o que lhes permitiria fazer uma cópia da chave. O plano, passaria por se disfarçarem de sargentos e soldados, juntamente com Ângelo, para conseguirem entrar no hangar número dois. “O comando seria composto por Ângelo de Sousa, Carlos Coutinho e António João Eusébio. Carlos Coutinho deveria assumir o comando da operação, e com Ângelo de Sousa, ficaria responsável pela montagem de todo o dispositivo explosivo. A coordenação da ação ficaria a cargo de Raimundo Narciso que não se aproximaria da base. O transporte dos operacionais seria feito em carro alugado.”<sup>241</sup> Foi, segundo este, uma surpresa quando viram que estavam nesse mesmo hangar 14 helicópteros e 11 aviões militares. Começaram rapidamente a colocar as cargas explosivas nas aeronaves, todas elas interligadas por um sistema explosivo. A equipa conseguiu abandonar o local sem levantar suspeitas e às 3:45 da manhã ocorreu a explosão. Foram 18 explosões em simultâneo e, segundo Coutinho, a tensão foi tanta que o telhado do hangar foi levantado. Dentro deste, ficou tudo danificado, tanto pelas cargas explosivas, como pelo incêndio que se seguiu, levando à destruição total de cinco helicópteros e 11 aviões, danificando os restantes<sup>242</sup>. “Em resultado do atentado foram destruídos um *Puma* e quatro *Alouettes III* (Helicópteros), três *DO-27* e três *Cubs* (aviões de pequeno porte). Ficariam ainda seriamente danificados dez *Alouette III*, dois *Alouettes II*, duas *Do-27* e um avião *Chipmunk*.”<sup>243</sup>

---

<sup>241</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.233.

<sup>242</sup>Só foi possível conseguir provocar este número de estragos, pois, por coincidência, no dia da ação, as aeronaves militares tinham sido todas colocadas num único hangar, neste caso o número 2, pois o hangar número 1 estava a passar por reparações.

<sup>243</sup>Reportagem Jorge Santiago, “Tancos – Ataque revolucionário a base aérea nº3 foi há 50 anos e abanou o regime”, *Jornal mediatejo.net* (2021). (Consultado a 29 de fevereiro de 2024): <https://mediatejo.net/tancos-ataque-revolucionario-a-base-aerea-no3-foi-ha-50-anos-e-abanou-o-regime/>

No rescaldo da ação, e tal como esperavam, Ângelo de Sousa foi identificado e perseguido pela polícia, uma vez que era um cabo piloto e teria dado a cara na resolução da ação. Saiu na imprensa a nota da PIDE<sup>244</sup> anunciando que Sousa era procurado devido ao ataque de Tancos e a fotografia dele: «Por grave suspeita de ter destruído e danificado aeronaves da Base Aérea de Tancos, é procurado por todas as autoridades do país Ângelo Manuel Rodrigues de Sousa, nascido a 19 de Agosto de 1948, cuja última morada conhecida foi em Espinho, e de que se publicam duas fotografias recentes. Prestava serviço naquela unidade como cabo piloto miliciano, mas usa várias identidades e intitula-se, falsamente, oficial da Força Aérea regressado do Ultramar. Qualquer indicação útil que possa conduzir à captura deste indivíduo deve ser feita às autoridades civis ou militares, ou comunicada à Direção Geral de Segurança.»<sup>245</sup> Este episódio assumiu uma grande importância dentro da organização, pois para além da destruição e do impacto que provocou no regime e na sua visibilidade, fez com que a PIDE, por fim, conseguisse ligar a ARA ao PCP: “A PIDE só concluiu que a ARA seria uma organização do PCP após a sabotagem da frota de aviões e helicópteros no interior da Base Aérea de Tancos por considerar que nenhuma outra organização antifascista teria capacidade e meios para uma ação de tal envergadura.”<sup>246</sup>

Com esta ação armada, a ARA obteve fortes elogios por parte do comité central do PCP. Ela foi considerada pelo PCP como sendo uma forte ação contra o fascismo, a guerra colonial e o imperialismo, recebendo, por isso, fortes elogios por parte de Álvaro Cunhal, o secretário-geral do PCP, pela projeção política que o acontecimento teve.

#### IV. O fim da ARA

Após as várias ações levadas a cabo pela ARA, é possível dizer “(...) que a ARA era uma organização altamente disciplinada, estando os seus membros perfeitamente

---

<sup>244</sup>Nota supra da PIDE, *Diário de Lisboa*, “Nota da D.G.S sobre o caso de Tancos”, nº17 331, 23 março 1971, p.20.

<sup>245</sup>*Idem*.

<sup>246</sup>Reportagem Jorge Santiago, “Tancos – Ataque revolucionário a base aérea nº3 foi à 50 anos e abanou o regime”, *Jornal mediatejo.net* (2021). (Consultado a 29 de fevereiro de 2024): <https://mediatejo.net/tancos-ataque-revolucionario-a-base-aerea-no3-foi-ha-50-anos-e-abanou-o-regime/>

conscientes dos riscos que corriam ao estarem inseridos na organização e ao participarem na realização de ações armadas.”<sup>247</sup> Apesar do seu enorme impacto na luta contra o fascismo e contra a guerra colonial, contribuindo para o processo de democratização portuguesa, as atividades da ARA acabaram por ser suspensas em 1973. O impacto da PIDE, das prisões e perseguição política aos elementos da organização começava-se a fazer sentir cada vez mais, o que fez com que dentro desta se começasse a sentir alguma instabilidade política e militar, “Em fevereiro e março de 1973, sete operacionais são presos, diminuindo a capacidade da organização e a necessidade de uma reestruturação, que acaba por não acontecer.”<sup>248</sup> No decorrer destas prisões, acabou por ser preso Carlos Coutinho, uma importante figura dentro da organização. “Coutinho acaba por ser detido no princípio de 1973, juntamente com mais cinco operacionais da ARA, denunciados por um alto responsável do PCP, Augusto Lindolfo, que passara a colaborar com a DGS. Na fase final da ditadura, é um dos presos políticos mais violentados. «Estive sob tortura do sono cerca de 300 horas, divididas por dois períodos: um primeiro de nove dias seguidos, e outro de quatro». Ao *Expresso*, revela que, na altura, chegou a procurar formas de se suicidar.”<sup>249</sup>

A ARA sofreu um duro golpe com a prisão de Augusto Lindolfo, pois este denunciou os militantes e simpatizantes do partido que tinham sido transferidos das suas organizações para a ARA. Revelou nomes como os de Manuel Policarpo Guerreiro, Carlos Alberto da Silva Coutinho, Amado de Jesus Ventura da Silva, Manuel dos Santos Guerreiro, Mário Wrem Abrantes da Silva, José Augusto de Jesus Brandão e Ramiro Rodrigues Morgado. Toda a estrutura da ARA, uma organização que deveria se manter

---

<sup>247</sup> *Idem*, p.224.

<sup>248</sup> Duarte Amador Carrasquinho, «As ações Armadas Revolucionárias na degradação do Estado Novo» (Dissertação de Mestrado, Lisboa, Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa, 2019), p.91.

<sup>249</sup> Reportagem de José Pedro Castanheira, “A mais espetacular ação de sabotagem dos tempos da ditadura”, *Jornal Expresso*, 2016. (Consultado a 29 de fevereiro de 2024): <https://expresso.pt/multimedia/2016-04-01-A-mais-espetacular-acao-de-sabotagem-dos-tempos-da-ditadura>

clandestina, foi revelada, sendo insustentável a sua continuidade, e em maio de 1973, seguindo ordens do PCP, suspende por razões políticas, as suas atividades armadas. “Na perspectiva de Narciso, a decisão tomada pelo PCP era exclusivamente por razões políticas. Primeiro, no sentido de diminuir a pressão e endurecimento da repressão política e policial pois o PCP tinha sido alvo de uma grande repressão. Segundo, com a maior visibilidade do movimento católico pró-democracia e contra a guerra colonial, o Secretariado do Partido era da opinião que um clima pacífico era mais favorável e propício ao surgimento de movimentos como este.”<sup>250</sup> Segundo a tese defendida por Duarte Amador Carrasquinho, O PCP acreditava que era necessário focarem-se na luta dos trabalhadores, nas ações de massas e na unidade da oposição na luta contra o regime com a ASP e com os católicos progressista, tentando-se evitar o uso da violência. “Na Primavera de 1972 realizou-se, em Paris, um encontro ao mais alto nível entre o PCP e a ASP. A delegação do PCP era composta por Álvaro Cunhal e Carlos Brito e a da ASP por Mário Soares e Ramos da Costa. A partir deste encontro, as duas forças políticas passaram a contactar-se regularmente. Este contexto de cooperação do PCP com a ASP, em vésperas de se transformar em PS, justifica a suspensão de atividades da ARA.”<sup>251</sup> Acaba por ser uma tese discutível uma vez que supõe que o PCP deu prioridade à convergência com os socialistas na sua ação política nos anos setenta.

Em 1973, segundo Ana Sofia Ferreira<sup>252</sup>, já era evidente uma forma de entendimento entre as duas forças políticas que consistia sobretudo na proposta de formação de um governo democrático provisório que promovesse eleições livres, o fim da guerra colonial, a independência das colónias, a conquista das liberdades democráticas e a luta contra os monopólios capitalistas. Embora as suas ações armadas

---

<sup>250</sup> Duarte Amador Carrasquinho, «As ações Armadas Revolucionárias na degradação do Estado Novo» (Dissertação de Mestrado, Lisboa, Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa, 2019), p.92.

<sup>251</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.246.

<sup>252</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015).

tenham sido suspensas, a ARA manteve-se na clandestinidade até ao 25 de abril de 1974, quando acabou por ser dissolvida, uma vez que num quadro democrático não havia a necessidade de manter no ativo uma organização armada.

## 6. As Brigadas Revolucionárias e as suas principais ações

As Brigadas revolucionárias e a sua trajetória são principal objeto de estudo desta dissertação, no entanto, através das outras organizações até aqui estudadas, conseguiu-se perceber o ambiente revolucionário que se vivia, o que nos dará uma melhor compreensão do percurso desta organização que será agora apresentado e do que a diferencia das restantes.

Dentro do Partido Comunista Português as visões em relação ao uso da violência divergiam. A direção do PCP defendia uma abordagem mais pacífica, o que acabava por não agradar a quem via no uso da violência a única alternativa para a queda do regime. Em 1970 dá-se uma cisão, com origem nos militantes exilados em Paris e Argel, devido aos diferentes pontos de vista sobre a luta armada e a utilização da violência no combate ao regime, “(...)a ação das Brigadas começou antes de tudo por uma rutura de um punhado de militantes com uma determinada forma de fazer política.”<sup>253</sup>

Carlos Antunes e Isabel do Carmo foram os fundadores das Brigadas Revolucionárias, em 1970. Ambos dissidentes do PCP, viam cada vez mais a violência/luta armada como um dos recursos políticos mais eficazes para conseguirem atingir o grande objetivo que seria a queda do regime autoritário em Portugal. Carlos Antunes<sup>254</sup> era militante do PCP, chegando a fazer parte do Comité Central do partido, sempre manteve a ideia de que o regime só cairia por via das armas e não de forma tão “pacífica”, como o partido desejava. Antunes atuava sobretudo em Paris, à sombra dos Comités de Ajuda à Luta do Povo Português. Foi em Paris que se encontrou com Isabel do Carmo, médica e militante do PCP, crítica em relação ao partido e da defesa da utilização de ações violentas contra o regime e a guerra colonial, tendo discutido esta questão com Carlos Antunes e outros elementos dos Comités que também tinham uma posição crítica em relação ao PCP. Ambos perceberam que partilhavam da mesma visão política em relação ao rumo que a oposição deveria tomar em relação ao regime.

---

<sup>253</sup>Dossier Brigadas Revolucionárias, entrevista a Carlos Antunes, O que são as Brigadas Revolucionárias, «Rádio Voz da Liberdade», Setembro, 1972. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br\\_sec2.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br_sec2.htm) (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>254</sup> “Jacques”, pseudónimo utilizado por Carlos Antunes

Embora se mantivessem inicialmente no PCP, começaram a trabalhar no sentido de criar uma organização armada. Perceberam que era necessário, para o sucesso da organização clandestina, criar uma rede de apoio através do estabelecimento de contacto com pessoas que apoiavam igualmente a luta armada. Seria, por isso mesmo, uma seleção restrita, no sentido em que apenas integrariam a organização elementos de absoluta confiança. “As Brigadas Revolucionárias começaram a constituir-se de forma autónoma, a partir de grupos de militantes dispostos à luta armada. Assim, os elementos das diferentes Brigadas não se conheciam ou tinham contactos entre si. A ligação era estabelecida por Carlos Antunes, que também estabelecia a ligação entre o sector político e o sector militar.”<sup>255</sup> Carlos Antunes e Isabel de Carmo constituíam então os dirigentes das BR. A organização clandestina defendia a luta armada como forma de derrubar o regime e acabar com a guerra colonial. Levaram a cabo diversas ações violentas que foram muitas vezes vistas como terroristas. Justificavam as suas ações com a luta pela liberdade e solidariedade para com os movimentos independentistas em África.

Em 1970, o núcleo dirigente das BR vai a Argel para estabelecer contacto com os movimentos de libertação africanos e de todo o mundo, “(...) o núcleo dirigente das BR decidiu deslocar-se efetivamente a Argel. O objetivo era afastar o PCP da direção da Frente, criticando o que entendiam ser a sua prepotência, que condicionava as decisões da Junta [que dirigia a FPLN], designadamente impondo a constituição das delegações da Frente nas reuniões internacionais, impedindo a criação de estruturas da FPLN no interior do país, ou controlando a *Rádio Voz da Liberdade*.”<sup>256</sup>

Levaram assim a cabo um “golpe” contra o PCP<sup>257</sup>: “a Frente passou a afirmar-se como defensora do «socialismo revolucionário», criticando quer o que apelidava de

---

<sup>255</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.257.

<sup>256</sup> *Idem*, p.254.

<sup>257</sup> Foi no contexto desta dura cisão dentro do partido e deste golpe de 1970, que o PCP entendeu que teria de adotar uma outra atitude em relação á luta armada, para assim, evitar assim futuras cisões. Foi neste contexto, como já foi referido, que foi criada a ARA, o braço armado do PCP, agindo primeiro que as BR, mostrando o apoio do partido na luta armada contra o regime.

«socialismo burocrático», protagonizado pelo PCP, quer as práticas «socialis-democráticas» da Ação Socialista Portuguesa (ASP.) A nova FPLN procurava a transformação radical das estruturas económicas, políticas e culturais da sociedade portuguesa e defendia a ditadura do proletariado, no sentido em que devia ser este grupos social a tomar, criar e controlar as estruturas políticas do país.”<sup>258</sup> Foi no contexto desta dura cisão dentro do partido e deste golpe de 1970, que o PCP entendeu que teria de adotar uma outra atitude em relação á luta armada, para assim, evitar assim futuras cisões. Foi neste contexto, como já foi referido, que foi criada a ARA, o braço armado do PCP, agindo primeiro que as BR, mostrando o apoio do partido na luta armada contra o regime.

Isabel do Carmo via a longa resistência do PCP como heroica, como um sinal de que o país, ou neste caso, a oposição, resistia face à violência praticada pelo regime. No entanto, não era eficaz: organizava greves, manifestações, tinha influência clandestina..., mas o regime resistia, e resistiu demasiado tempo, 48 anos, o que levou à necessidade de haver uma atitude mais violenta por parte da oposição. As BR viram a adoção da violência armada como uma nova forma de política em Portugal. “É, concretamente, uma nova forma de fazer intervir os militantes revolucionários e as massas no processo da luta geral no nosso país.”<sup>259</sup>

Após 1970, o núcleo político das BR, levou a cabo um planeamento de ações que viriam posteriormente a ser realizadas pela organização. Foi necessário estabelecerem os contactos necessários, sobretudo no exterior, através de outras organizações de esquerda radical e com os católicos progressistas; definir os alvos; adquirir os fundos para conseguirem comprar o armamento necessário para as ações armadas... As redes de apoio foram sobretudo mérito de Carlos Antunes e das suas relações com os católicos progressistas que foram uma importante rede de apoio, uma vez que a PIDE não desconfiava dessa relação, sendo a Igreja Católica um importante apoio do regime. As

---

<sup>258</sup> *Idem*, p.255.

<sup>259</sup> Dossier Brigadas Revolucionárias, entrevista a Carlos Antunes, O que são as Brigadas Revolucionárias, «Rádio Voz da Liberdade», Setembro, 1972. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br\\_sec2.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br_sec2.htm) (Consultado a 2 de março de 2024).

peças que viviam no Barreiro e em Lisboa, também foram, para Isabel do Carmo<sup>260</sup>, uma boa rede de apoio, viram ali uma oportunidade de se organizarem e foi assim que a primeira brigada foi formada no Barreiro. Estas redes de apoio foram imprescindíveis na distribuição de panfletos e petardos, ações com que as BR pensaram poder consciencializar o povo sobre as ideias da organização.

Segundo Isabel do Carmo<sup>261</sup>, quando se constituíram as Brigadas Revolucionárias, optou-se por dar prioridade à ação e só depois manifestar a ideologia e os objetivos da organização, “(...) para provarmos que de facto fazemos o que dizemos”. Ou seja, embora houvesse um sustento ideológico por trás, as BR não queriam fazer os discursos ideológicos que estavam a ser feitos no resto da Europa e em Portugal, com o crescimento da “nova esquerda” que fazia uso de um discurso ideológico acérrimo. Para elas, “É necessário levar a cada grupo de trabalhadores, a cada organismo de trabalhadores a experiência da luta armada, a experiência da violência revolucionária. E pensamos também, que o problema da luta armada não é um problema que diga respeito somente aos militantes que fazem a ação armada”.<sup>262</sup> Para esta organização, tinha de ser o povo a fazer a revolução. Para além disso, não tinham como objetivo inicial serem uma organização armada dependente de uma organização política, como aconteceu com a ARA em relação ao PCP, e tal como Ana Sofia Ferreira refere, não queriam ser um aparelho militar que tinha um braço político, como alguns na LUAR<sup>263</sup>, embora posteriormente a se terem “apresentado” como uma organização armada clandestina, terem criado um partido político: o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP).

Depois de realizada a sua primeira ação dizer (ataque à bomba a uma base da

---

<sup>260</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, 2015, em: <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/isabel-do-carmo-as-brigadas-revolucionarias/> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>261</sup>*Idem.*

<sup>262</sup>Dossier Brigadas Revolucionárias, entrevista a Carlos Antunes, O que são as Brigadas Revolucionárias, «Rádio Voz da Liberdade». Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br\\_sec2.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br_sec2.htm) Setembro, 1972 (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>263</sup>Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.194.

NATO na Fonte da Telha em 1971<sup>264</sup>), foi divulgado o primeiro comunicado da organização, evidenciando neste a posição ideológica das BR: “As Brigadas Revolucionárias, formadas por operários, que têm como forma especial de luta a ação armada, proclamam como seus objetivos fundamentais: Luta contra o capitalismo e o seu poder de Estado fascista; Luta contra o colonialismo e o neocolonialismo; Luta contra o imperialismo.”<sup>265</sup> Este comunicado surpreendeu a polícia, que até aí não conhecia, nem o desenho da organização nem no que esta se inseria. Era uma organização armada clandestina, anticolonialista, anti-imperialista e anticapitalista, que tinha um posicionamento bem vincado contra o capitalismo, optando pela luta armada, pelo socialismo e pela independência das colónias de forma clara. “Segundo a concepção das BR, a guerra colonial não era apenas uma guerra contra os povos das colónias, mas era também uma guerra contra o povo português. Em Portugal, esta guerra manifestava-se: pela perda de muitos jovens que iam morrer e matar na guerra; por uma crise económica gravíssima que levava os países imperialistas a apoderarem-se facilmente das riquezas nacionais; pela emigração de centenas de milhar de trabalhadores e estudantes.”<sup>266</sup> Isabel do Carmo<sup>267</sup> afirma que tanto ela como Carlos Antunes, e muitos outros que integraram as BR, estavam muito formatados pelo partido comunista, logo foi normal a perceção da estrutura da organização clandestina seguisse muito esse sentido.

A nível militar, as BR tinham pequenas células espalhadas pelo país, principalmente pelo Porto, Lisboa e Algarve, e uma importante em Montalegre que assegurava a passagem da fronteira. O armamento para a realização das ações, era retirado de quartéis, ou era adquirido no exterior com o dinheiro que roubavam nos bancos. Os assaltos eram pensados pela direção política, ou seja, havia um planeamento

---

<sup>264</sup>Esta ação vai ser explicada no capítulo seguinte sobre as ações das BR.

<sup>265</sup>Dossier Brigadas Revolucionárias, Comunicados das Brigadas Revolucionárias 1971-1974, “Comunicado nº1- Uma base da NATO destruída”. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br\\_sec2.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br_sec2.htm) (Consultado a 20 de março de 2024).

<sup>266</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.259.

<sup>267</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

rigoroso dessas ações. Por exemplo, a escolha do banco era feita através das circunstâncias em que esse mesmo banco estivesse. Para isso, adquiriam informações internas, através de trabalhadores das agências bancárias, que informavam quando havia dinheiro e em relação à vigilância.

As BR procuravam mostrar, através das suas ações armadas, que era possível atacar o regime, abrindo, assim, caminho para a constituição de novas brigadas e para a iniciativa dos trabalhadores, utilizando a violência revolucionária como arma principal da luta de classes. Neste sentido, apelavam sempre à luta dos trabalhadores e defendiam que “só o povo libertará o povo”<sup>268</sup>. Em todos os comunicados apelavam à formação de brigadas em todos os locais de trabalho, escolas, sindicatos, aldeias, integrando por isso operários, camponeses, soldados e estudantes. O objetivo seria que a luta legal passasse para a luta revolucionária. “As Brigadas Revolucionárias assumiam-se como uma organização armada, que pretendia formar um exército revolucionário e fazer a revolução socialista em Portugal. Ao mesmo tempo, declaravam lutar contra o fascismo, o imperialismo, o capitalismo e a guerra colonial.”<sup>269</sup>

Segundo Carlos Antunes,<sup>270</sup> era importante haver uma relação íntima entre ação política e ação militar, porque, segundo ele, “As relações na sociedade são relações de força, e são relações de muitas vezes relações de violência declarada.”<sup>271</sup> A colocação de bombas era realizada em função de objetivos políticos. Antunes afirma que nunca acreditou que as bombas resolvessem problemas, mas que ajudavam e encaminhavam para isso. A luta ofensiva das massas era fundamental, e por isso, deveriam passar da luta de massas de caráter defensivo contra o regime, para uma situação de caráter ofensivo.

---

<sup>268</sup>Entrevista RTP: De Cravo ao Peito – A Luta Armada antes do 25 de abril (09 Março, 2023) <https://www.rtp.pt/play/p10052/e675705/de-cravo-ao-peito> (Consultado a 1 de março de 2024).

<sup>269</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.259.

<sup>270</sup>Entrevista RTPArquivos: Entrevista a Carlos Antunes, 4 Dez. 1982 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-carlos-antunes-2/> (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>271</sup> *Idem*.

Tal como aconteceu com a ARA, também as Brigadas não queriam matar civis. Segundo Isabel do Carmo<sup>272</sup>, não terem como alvo a perda de vidas, foi uma decisão absoluta entre ela e Carlos Antunes e posteriormente Orlando Ramos e os restantes, As Brigadas Revolucionárias tinham vários grupos autónomos, sendo Carlos Antunes a única ligação entre todos, que assumiu um papel bastante ativo na luta armada contra o regime, levando a cabo o planeamento de várias ações que se pautaram pelo uso da violência e de bombas.

### 6.1 Ataque às instalações da NATO

A primeira ação das BR teve como alvo às instalações na NATO, que acabadas de construir, iriam entrar em funcionamento na Fonte da Telha a 7 de novembro de 1971. Estas tinham sido construídas para resistir a bombardeamentos nucleares. Um ataque teria, com toda a certeza, um impacto não só no regime como a nível internacional.

O plano passaria pela colocação de uma bomba dentro das instalações. Nesta primeira ação a brigada contou com o apoio de Artílio Batista, um operário das instalações, que lhes permitia entrar nas instalações e colocar as bombas. Segundo o comunicado oficial das BR, esta ação destruiu completamente, a instalação que tinha avançados sistemas eletrónicos. Quando se confirmou que a bomba rebentou, o regime tentou ocultar ao máximo o acontecimento. No entanto, as BR, publicaram um comunicado a informar que tinham realizado a sua primeira ação a 7 de novembro, adquirindo um grande simbolismo, pois era o aniversário da revolução russa. “Esta importante ação – primeira manifestação das Brigadas Revolucionárias – insere-se e é parte integrante da luta do povo português contra o imperialismo, subtentáculo do regime fascista e colonialista de Marcelo Caetano. Ao mesmo tempo, é parte integrante da frente mundial anti-imperialista de que somos solidários. Inspirados pela luta dos povos do mundo contra o imperialismo, dedicamos esta primeira vitória, muito especialmente, à luta heroica dos povos do Vietnam, Angola, Guiné, Moçambique e Palestina.”<sup>273</sup>

---

<sup>272</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>273</sup>Dossier Brigadas Revolucionárias, Comunicados das Brigadas Revolucionárias 1971-1974, “Comunicado nº1- Uma base da NATO destruída” (Consultado a 20 de março de 2024).

Para as BR, o mais importante das suas ações era o impacto que estas teriam junto do povo, “(...) não importa tanto o número de ações que se façam; importa a maneira como se fazem e a repercussão que elas vão ter ao nível da consciência dos trabalhadores e da organização dos trabalhadores.”<sup>274</sup>

## 6.2 Os assaltos das BR

Embora as BR tivessem levado a cabo várias ações de diferentes tipo, que muitas das vezes chegaram a não ser reivindicadas<sup>275</sup>, muitas delas pautadas por destruição e violência (embora tivesse havido algumas menos violentas), destacam-se os vários assaltos a diversas instalações bancárias, cujo dinheiro obtido era direcionado para as despesas necessárias ao prosseguimento da luta revolucionária. A organização carecia de financiamento, e nesse sentido, os assaltos, para além de destabilizarem o regime, permitiam obter os meios necessários para a conservação da organização e assim da luta armada, uma vez que era necessário manter a rede de casas de apoio à organização, a aquisição de transportes, armamento explosivo e ainda sustentar aqueles que eram os funcionários das brigadas. “As Brigadas Revolucionárias, o PRP, como qualquer organização necessitavam de dinheiro para existir. Dinheiro para pagar rendas de casa, para pagar materiais, armas, transportes; para pagar máquinas de tipografia, papel para propaganda. E como nunca tiveram um tostão de ajuda de qualquer organização ou país estrangeiro (o que significou nalguns casos não estarem dispostas a vender a sua independência ou a serem uma colónia de estratégia doutros países), viram-se obrigadas a ir buscar o dinheiro onde ele estava- aos Bancos.”<sup>276</sup>

Um dos assaltos realizados pelas BR teve como alvo o Banco Português do Atlântico em Alhos Vedros. A 6 de novembro de 1972, Carlos Antunes chefou o assalto, tendo como apoio alguns ativistas do setor católico progressista. “-Faça favor de abrir o cofre! - Revolver em punho, um dos assaltantes de ontem da dependência do Banco Português

---

<sup>274</sup> Dossier Brigadas Revolucionárias, entrevista a Carlos Antunes, O que são as Brigadas Revolucionárias, «Rádio Voz da Liberdade», Setembro, 1972 (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>275</sup> Jornal *Revolução*, “As ações das Brigadas Revolucionárias”, nº1 (1 de Junho de 1974), p.3. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001#!3> (Consultado a 3 de Agosto de 2024).

<sup>276</sup> Dossier das Brigadas Revolucionárias, “Um dos muitos assaltos...” Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br\\_sec2.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/brigadas/br_sec2.htm) (Consultado a 2 de março de 2024).

do Atlântico em Alhos Vedros dirigiu-se desta forma ao tesoureiro que, sob à ameaça das armas, executou prontamente a ordem. Instantes depois, cerca de mil contos em notas usadas eram metidos num saco pela jovem de minissaia que participou no assalto.<sup>277</sup> O dinheiro conseguido no assalto, foi transportado por Maria da Conceição Moita, num saco de viagem e entregue ao padre António Vieira dessa vila. Maria Moita passou, posteriormente, a ir a Palmela, consoante as necessidades das BR, trazer as quantias necessárias que entregava depois a Carlos Antunes. Foi com o dinheiro deste assalto que se começou a publicar o boletim anticolonial das BR.<sup>278</sup>

Realizou-se ainda um duplo assalto em 1973. Os bancos escolhidos foram: o Banco Totta&Acores e o Banco Nacional Ultramarino em Lisboa. Uma vez que os locais eram relativamente próximos, realizaram os assaltos aos dois bancos ao mesmo tempo. O assalto protagonizado pela equipa que ia no carro dirigido por José Paulo Viana não teve sucesso, pois, segundo Ana Sofia Ferreira<sup>279</sup>, o segurança do banco disparou para todo o lado, o que fez com que um dos operacionais da brigada fugisse, deixando a mulher (“Joana”) sozinha, que participava do assalto. Não conseguindo roubar o dinheiro esperado. No outro assalto que estava a ocorrer em simultâneo, enquanto a brigada se preparava para passar à ação, Paula Viana, a condutora do carro de fuga e que esperava ao volante deste, reparou que foram avistados por um empregado da empresa ao lado do banco. Assim, avisou os colegas para desistirem da missão, uma vez que tinham sido descobertos, acabando por abandonar o carro em Santo António dos Cavaleiros.

Embora se pautassem pelos seus vários assaltos com impacto nacional, a ação que teve mais impacto a nível nacional e internacional, segundo Isabel do Carmo, foi aquela em que largaram dois porcos vestidos de almirantes no Rossio e em Alcântara aquando da reeleição de Américo Tomás, que tinha passado a ser indireta por colégio eleitoral. Na época, a ação mais “insignificante” da organização, foi aquela que acabou por ser

---

<sup>277</sup> *Idem.*

<sup>278</sup>AMS – Arquivo Mário Soares, Boletim Anti-colonial (Outubro de 1972). Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02234.001> (Consultado a 20 de março de 2024).

<sup>279</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015).

umas das mais impactantes dos anos da luta armada.<sup>280</sup> “Julho de 1972: Distribuição através de petardos de milhares de panfletos denunciando a farsa da eleição presidencial. Durante esta ação de agitação e propaganda foram lançados dois porcos vestidos de almirante, no Rossio e em Alcântara. Estes dois porcos eram o símbolo do Tomás eleito e de quem o elegeu.”<sup>281</sup> Em suma, as BR realizaram um grande leque de ações armadas<sup>282</sup> durante o início dos anos setenta em Portugal. Tiveram como alvos estabelecimentos militares<sup>283</sup>; locais com ligação direta ou indireta à guerra colonial; colocaram bombas, por exemplo, na avenida de Berna, na Rua Rodrigo da Fonseca e na Graça. Destas ações, morreram dois militantes: um na rua Rodrigo da Fonseca, um jovem funcionário do Laboratório Nacional da Engenharia Civil que tinha o pseudónimo Luís, e outro na avenida de Berna, pseudónimo Ernesto. Nunca se conseguiu perceber o que aconteceu para as bombas rebentarem no momento em que foram colocadas. Estas ações tiveram o objetivo de destabilizar o aparelho militar, afetando o funcionamento da máquina do exército como também a desorganizar o sistema de abastecimentos à guerra colonial<sup>284</sup>.

Desde a substituição de Salazar até ao 25 de abril de 1974, passou-se por um momento crucial da luta antifascista em Portugal, onde o problema da guerra colonial se evidenciava ainda mais. “(...) só uns tantos lunáticos, entre eles eu incluo-me, acreditavam que era preciso encontrar uma solução, e por isso era preciso agudizar as contradições do regime, indo ao ponto de fazer uma aliança declarada com os povos das colónias portuguesas, no sentido de bater esse regime e conseguirmos entrar numa segunda fase dum processo histórico do povo português.”<sup>285</sup> De facto, acabaram por conseguir o grande objetivo que os levava a cortar com o PCP, ou seja, a independência das colónias portuguesas, o que, na sua perspetiva fez com que a partir daí nada mais fosse igual.

---

<sup>280</sup> Entrevista RTP: Isabel do Carmo, 2015, em: <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/isabel-do-carmo-as-brigadas-revolucionarias/> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>281</sup> Dossier Brigadas Revolucionárias, Comunicados das Brigadas Revolucionárias 1971-1974, “Comunicado nº1” (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>282</sup> Entrevista RTP: De Cravo ao Peito – A Luta Armada antes do 25 de abril (09 Março, 2023) <https://www.rtp.pt/play/p10052/e675705/de-cravo-ao-peito> (Consultado a 1 de março de 2024).

<sup>283</sup> Como por exemplo o centro de recrutamento militar de Lisboa e serviços mecanográficos do exército.

<sup>284</sup> Jornal *Revolução*, “As ações das Brigadas Revolucionárias”, nº1 (1 de Junho de 1974), p.3.

<sup>285</sup> Entrevista RTP Arquivos: Entrevista a Carlos Antunes, 4 Dez. 1982 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-carlos-antunes-2/> (Consultado a 2 de março de 2024).

### 6..3 A criação do PRP

O Partido Revolucionário do Proletariado surge em 1973 refletindo a necessidade da organização armada de se inserir diretamente no campo político, sendo as Brigadas Revolucionárias a sua estrutura armada.<sup>286</sup> A criação do PRP pelas BR surgiu pela vontade destas se quererem inserir numa luta que não se restringia apenas à luta armada. Com a criação do partido, a violência estendeu-se a praticamente toda a organização, ou seja, esta não estava limitada aos técnicos e especialistas das ações armadas, mas sim a todos os militantes do partido.<sup>287</sup> “O Partido Revolucionário do Proletariado constituiu-se pela conjugação de militantes das Brigadas Revolucionárias, das Comissões de Trabalhadores Revolucionários e de todos os núcleos de revolucionários que se criaram na luta de massas e de outros sectores de luta.”<sup>288</sup> Embora também tivesse existido dentro do partido, elementos operacionais que apoiavam as ações armadas mas nunca participaram nelas.

Foi apenas depois de alguns anos de ações e propaganda política, e depois da criação de associações de trabalhadores e organizações católicas que surgiu o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). “Tendo como orientação política e estratégica uma concepção autonomista e basista, as Brigadas Revolucionárias inverteram a lógica de criação dos grupos armados, tendo surgido primeiro a organização armada e, só depois, em 1973, é que iriam criar o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP).”<sup>289</sup> Carlos Antunes afirmou que sempre existira a preocupação da criação de um partido da classe operária, no entanto, era necessário que esse partido surgisse através do movimento das massas. Para Antunes, a criação do partido era essencial para que as BR

---

<sup>286</sup> Ana Sofia Ferreira, «Unir, Organizar, Armar», em *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia: Percursos cruzados*, coord. Ana Sofia Ferreira e João Madeira (Lisboa: Edições Colibri, 2019).

<sup>287</sup> Dossier Brigadas Revolucionárias, “1º de Maio de 1973” (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>288</sup> Comunicado oficial do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), 1973, em: <https://ephemerajpp.com/2018/07/21/partido-revolucionario-do-proletariado-1973/> (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>289</sup> Ana Sofia Ferreira, «4ª Frente de Combate: a luta armada em Portugal (1970-1974)» em *Violência Política no século XX: Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.237.

não desaparecessem.<sup>290</sup> A combinação das BR e do PRP evidenciou-se principalmente durante o PREC, uma vez que o partido surgiu apenas uns meses antes do 25 de Abril. “As BR, e mais tarde o PRP, foram o único grupo político que teorizou acerca da abertura em Portugal continental de uma quarta frente de combate que ajudaria a desgastar o regime e o seu esforço de guerra, pois o governo teria de canalizar esforços militares para a metrópole, desguarnecendo a luta nas colónias o que poderia ser aproveitado pelos movimentos de libertação.”<sup>291</sup> O PRP, tal como as BR, combinava a luta de massas com a luta armada, uma luta não se podia dissociar da outra para alcançar da revolução socialista em Portugal, tal como referem no seu manifesto “Pela Revolução socialista-pela ditadura do proletariado”.<sup>292</sup>

Após o 25 de Abril, a luta socialista continuou a fazer-se. Embora a violência assumisse uma faceta diferente, a conquista do poder pelos trabalhadores continuava a assumir uma grande importância durante o PREC, o que era vista como uma estratégia política do partido<sup>293</sup>, mantendo-se também o incentivo à insurreição. Após a revolução e com o processo revolucionário em curso, Isabel do Carmo acreditava que havia condições para que o poder emanasse das bases, através das comissões de moradores e trabalhadores. Desta base, organizada e eleita e gerando as assembleias de base, emanava um poder que esse sim, poderia tomar o governo. Isabel do Carmo acreditava que podia dar outra feição ao processo revolucionário, mas para isso era necessário organizar a insurreição, organizar a força armada dos trabalhadores (as massas mais radicais) com os soldados mais radicais (eram um sinal claro da insurreição, significava que o exército estava do lado dos revolucionários); e os militantes revolucionários armados. Com estas três frentes, propunham a organização da insurreição armada. O

---

<sup>290</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015).

<sup>291</sup> Ana Sofia Ferreira, «4ª Frente de Combate: a luta armada em Portugal (1970-1974)» em *Violência Política no século XX: Um balanço*, coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeira e Pau Casanellas (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017), p.239.

<sup>292</sup> Comunicado oficial do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), 1973, em: <https://ephemerajpp.com/2018/07/21/partido-revolucionario-do-proletariado-1973/>

<sup>293</sup> Ana Sofia Ferreira, «Unir, Organizar, Armar», em *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia: Percursos cruzados*, coord. Ana Sofia Ferreira e João Madeira (Lisboa: Edições Colibri, 2019).

que, como se sabe, não aconteceu.<sup>294</sup> “A passagem das BR à clandestinidade [em 1975] não alterou a relação existente. O PRP-BR não era uma organização política que tinha um braço armado, nem tão pouco um aparelho militar que tinha um braço político. Buscava uma nova síntese entre a luta política e a luta armada, tal como entre a luta legal e a luta clandestina (...) Sempre entendi a passagem à clandestinidade das BR como um ato de defesa da organização, por um lado, e, por outro, de «aviso à navegação» de que o Processo Revolucionário em Curso perigava, tornando emergente a possibilidade de luta armada generalizada.”<sup>295</sup> Segundo Isabel do Carmo, “a democracia fez-se, sobretudo, nas suas conquistas, com grande pressão das bases”.<sup>296</sup>

O PRP-BR chegou ao fim em 1980 com as inúmeras prisões e julgamentos de operacionais, como dos principais dirigentes, Carlos Antunes e Isabel do Carmo. “Assim, de acordo com as informações colhidas, desta ação resultaram onze prisões em Lisboa com destaque para a prisão de Isabel do Carmo e marido Carlos Antunes que são os cérebros obscuros do PRP”<sup>297</sup>. Foram acusados de assaltos a bancos, colocação de explosivos e pela morte de pessoas. Este panorama acabou por ser evidenciado na imprensa, como forma de incutir no povo que aqueles que faziam parte do PRP-BR não eram políticos, mas sim criminosos, “Como há muito se sabe, muito embora se não compreenda o motivo se não atuou mais cedo, bandos de criminosos, da maior perigosidade, têm andado por aí, assaltando bancos, estabelecimentos e residências, roubando e matando na mais repugnantes e preocupante impunidade.”<sup>298</sup>

Embora, segundo Isabel do Carmo<sup>299</sup>, as BR fizessem questão de avisar de antemão os civis dos explosivos para evitar que houvesse ferimentos ou óbitos, acabou

---

<sup>294</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>295</sup>Contributos para a História da Luta Armada em Portugal, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 2014, em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 5 de março de 2024).

<sup>296</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>297</sup>Jornal Comércio do Porto, 21 de junho de 1978 nº19 <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 5 de março de 2024).

<sup>298</sup> *Idem*.

<sup>299</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

por haver vítimas das suas ações, “Parece ter sido preciso que um agente da Polícia Judiciária tombasse na rua morto pelas balas dos assassinos, depois de vários guardas das PSP terem sido, também, assassinados cobardemente por esses criminosos, para que o problema fosse, de frente e em força, enfrentado pelas autoridades a quem cabe a defesa das populações que, aliás e muito bem, nelas confiam, dado que para tanto tem sobejas e inequívocas provas recebidas.”<sup>300</sup> Neste sentido as várias ações levadas a cabo por esta organização, foram entendidas por aqueles que não defendiam o PRP-BR como “terroristas” e, muitas das vezes na imprensa, como ações bastante perigosas que era necessário travar “Mas - é inegável - esses grupelhos foram longe de mais, tornaram-se altamente perigosos e, por certo, mais longe iriam se as autoridades portuguesas lhes não tolhessem o passo, com determinação, consciência e, até, inegável patriotismo.”<sup>301</sup> A imprensa não via o PRP partido como um partido político, mas sim, como um grupo de oposição altamente perigoso. “Desde que há meses, bandidos, conotados como então foi indicado, com um movimento político, mataram a sangue-frio, em Massarelos, o agente Jorge Carvalho (...).”<sup>302</sup>

As acusações e julgamentos continuaram durante vários anos, como aconteceu em 1984, com o julgamento de sete elementos do PRP: “(...) os sete elementos do PRP julgados pelo Tribunal de Sintra entre 27 de Outubro último e ontem foram condenados no total a 93 anos de prisão. Eram acusados da autoria do assalto à mão armada perpetrado contra a repartição de finanças naquela vila, durante o qual foi morto a tiro um guarda da PSP de nome Delfim, e de outros crimes instruídos noutras comarcas, nomeadamente assaltos a instituições de crédito”.<sup>303</sup>

---

<sup>300</sup>Jornal Comércio do Porto, 21 de junho de 1978 nº19 <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 5 de março de 2024).

<sup>301</sup>*Idem.*

<sup>302</sup> *Idem.*

<sup>303</sup>Jornal *Diário de Lisboa*, nº 21372, “Sete Elementos do PRP condenados pelo Tribunal de Sintra” (2 Fev. 1984), p.20 (Consultado a 5 de março de 2024).

#### 6.4 Outras ações armadas das BR

Segundo Isabel do Carmo<sup>304</sup> e várias notícias na imprensa, foram realizadas várias ações revolucionárias oficiais entre 1971 e 1974. Apresento a seguir algumas das ações realizadas pelo PRP-BR até 1974 que, para além das já apresentadas até aqui, também foram reivindicadas pela organização.

Foi realizada uma ação bombista em Santo António do Barreiro a 12 de Novembro de 1971 que causou a destruição de uma bateria de canhões, que segundo o jornal *Revolução*, “tinha sido instalada a seguir às grandes greves da CUF, com o fim de impressionar e intimidar o corajoso proletariado desta região.”

A organização levou a cabo também uma tentativa de corte de rede em Portugal, nomeadamente do centro e sul, a 11 de Maio de 1972.

A 11 de Junho de 1972 realizaram um assalto a uma pedreira em Loulé e Boliqueime. Roubaram centenas de quilos de explosivos.

Como forma de demonstrar o descontentamento face à continuidade da guerra colonial, realizaram a 11 de Julho de 1972, uma sabotagem a 15 camiões franceses que viria a servir na guerra colonial.<sup>305</sup>

A 28 de Agosto de 1972, deu-se em Palmela e Sesimbra a sabotagem de comunicações com as colónias. Segundo o jornal *Revolução*, a ação foi levada a cabo por três destacamentos das BR. Atacaram a instalação eletrónica, *Trust Internacional*, que na época geria as comunicações telegráficas e telefónicas com as colónias, “eram elementos fundamentais do sistema de comunicações com as colónias e com a África do Sul, os Estados Unidos da América e a Inglaterra.”<sup>306</sup>

Realizaram no final do ano de 1972, em Dezembro, uma ação de grande importância. Realizaram um assalto ao centro cartográfico do Exército em Lisboa. Com este assalto conseguiram roubar vários mapas militares das colónias, para segundo Isabel do

---

<sup>304</sup> Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017).

<sup>305</sup> Jornal *Revolução*, “Ações das Brigadas Revolucionárias”, nº001 (1 de Junho de 1974), p.3. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001#!3> (Consultado a 23 de agosto de 2024).

<sup>306</sup> *Idem*.

Carmo<sup>307</sup>, serem entregues aos movimentos de libertação, como o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO<sup>308</sup>.

Realizaram também ações no Porto contra as instalações militares, nomeadamente, no Distrito de Mobilização na Avenida de Berna, no quartel Mestre-General na rua Rodrigo da Fonseca e nos serviços Mecanográficos do Exército na Praça da República. Segundo o jornal *Revolução*, foram destruídas nestas instalações, vários ficheiros e arquivos e várias secções como os Serviços Secretos do Exército no Quartel-General da 2ª região militar, “Os objetivos fixados para esta ação foram atingidos: sabotar o comando militar bem como os serviços de recrutamento. Esta ação armada deu início às ações armadas no norte do país e prestou homenagem após camaradas Ernesto e Luís que perderam a vida na execução das ações realizadas nos dias 9 e 10 de março.”

Nas vésperas do primeiro de maio, no dia 29 de abril de 1973, levaram a cabo, como o objetivo de mobilizar as massas, a distribuição de panfletos com petardos. Estes panfletos pretendiam chamar os portugueses para “um 1º de Maio de luta”.

No seguimento da importância que a organização dava ao primeiro de maio e à luta dos trabalhadores, realizaram no dia 1 de maio de 1973, ações armadas contra o Ministério das Corporações em Lisboa. Durante estas ações destruíram várias secções de departamentos do ministério que se situava na Praça de Londres em Lisboa. No entanto, as BR, durante esta ação, procuraram garantir a segurança dos moradores vizinhos, realizando um aviso telefónico antes da ação.

Levaram a cabo outra ação bombista contra o quartel-General no Porto, no dia 26 de outubro de 1973. Com esta ação destruíram a secção de arquivo do quartel. Teriam também colocado uma bomba no Quartel-General em Lisboa, no entanto, segundo a informação do jornal *Revolução*, a ação foi descoberta e a bomba foi neutralizada.

Nas colónias levaram a cabo também uma ação de sabotagem ao Quartel-General da Guiné, em Bissau, onde rebentaram uma bomba que destruiu o edifício de comando.

Todas estas ações vieram a culminar na prisão de vários elementos do PRP-BR, já depois do 25 de abril, em 1978, acusados de depósitos de armas, assaltos e bombas,

---

<sup>307</sup> Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017).

<sup>308</sup> Frente de Libertação de Moçambique.

“prisão de 10 indivíduos sob suspeita de estarem envolvidos em assaltos a bancos e conotados com o PRP”<sup>309</sup>. Foram também presos Isabel do Carmo, Carlos Antunes, Carlos Alberto Teixeira Gomes e Fernanda do Carmo Fragas, por suspeita, segundo o Diário de Lisboa, de estarem implicados em 25 assaltos a bancos, 25 bombas e dois homicídios.

A imprensa nacional, como o Diário de Lisboa<sup>310</sup>, mantinha também em 1978, a associação do PRP-BR a alegadas ações criminosas, já depois do 25 de abril, “As bombas postas depois do 25 de abril por elementos do PRP, no Norte e no Sul (na zona da Reforma agrária) atingiram já as duas dezenas. Por outro lado, suspeita-se que elementos do PRP tenham estados envolvidos em explosões no estrangeiro, concretamente, na linha mineira de Zouerate e num hotel, na Mauritânia, onde estavam instalados oficiais das forças mauritanas em combate com Frente Polisário

---

<sup>309</sup> Jornal *Diário de Lisboa*, “PRP: Acusações graves – Depósitos de Armas, Assaltos e Bombas”, nº19711 (Julho 1978), p.20. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001#!3> (Consultado a 23 de agosto de 2024).

<sup>310</sup> *Idem*.

## 6. O PRP-BR e a violência depois da revolução de abril (1974-1976): continuidade ou rutura?

No dia 25 de abril foi levado a cabo um golpe que depôs o regime ditatorial que Portugal vivia há 48 anos. Foi levado a cabo por um grupo militar, não sofrendo a interferência de partidos políticos, o grupo denominou-se de Movimento das Forças Armadas.<sup>311</sup> Após conquistarem os principais pontos do país, terem ocupado rádios e deposto Américo Tomás e Marcelo Caetano, foi necessário clarificar os objetivos do movimento e o seu sentido político, para isso apresentaram na madrugada de 26 de abril de 1974, o programa do MFA, que se transformou “no texto fundador da nova ordem saída do 25 de abril de 74.”<sup>312</sup>

Os principais objetivos apresentados neste programa, desenhado pelo Major Melo Antunes, passavam pela instauração a curto prazo, de uma democracia política; o desmantelamento imediato dos organismos e instituições do regime como a PIDE-DGS; a amnistia imediata dos presos políticos; o restabelecimento das liberdades fundamentais; o lançamento dos fundamentos de uma nova política económica ao serviço do povo português; uma política social que defenda os interesses da classe trabalhadora; o aumento da qualidade de vida dos portugueses e uma política ultramarina que conduzisse à paz. Levaram a cabo a criação de uma Junta de Salvação Nacional para o exercício do poder político até que se formasse efetivamente o governo provisório.<sup>313</sup> “O 25 de abril de 1974 derrubou um governo fascista quase pacificamente, graças ao apoio popular à ação armada. Nenhuma das divergências graves que surgiram no Processo Revolucionário desbordou para uma guerra civil aberta. Houve expulsões e prisões. Houve mais exilados do que perseguidos. Do ponto de vista estrito da técnica do golpe de Estado, essa pode ter sido a fraqueza da Revolução. Mas daí também ela retirou a sua legitimidade. A Revolução dos Cravos, ocorrida no último dos impérios

---

<sup>311</sup>“Comunicado: o «Movimento», as Forças Armadas e a Nação”, nº26 (05/03/1974) Disponível em: <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/552> (Consultado a 3 de agosto de 2024).

<sup>312</sup>RTPArquivo: “As Forças Armadas e a Revolução. Que lugar para o MFA?”. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/as-forcas-armadas-e-a-revolucao-que-lugar-para-o-mfa/>(Consultado a 2 de agosto de 2024).

<sup>313</sup>Junta de Salvação Nacional, “Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas”, 25 de Abril de 1974. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.011> (Consultado a 10 de agosto de 2024).

coloniais, teria reservado a este pequeno grande país da Europa um lugar novamente destacado na história? De facto, não sabemos se ela foi a última revolução do velho modelo ou a primeira tentativa de uma nova revolução que garantirá o pluralismo socialista. Os capitães de abril tinham como seus objetivos a liberdade e a igualdade, mas sua prática foi a fraternidade.”<sup>314</sup>

Após o golpe militar teve lugar entre 1974 e 1976 (ano da aprovação da Constituição e das primeiras eleições legislativas e presidenciais), segundo Manuel Loff, dá-se a fase mais complexa do caso português. Este período ficou marcado por uma elevada tensão política e social contribuindo tal como refere Manuel Loff para uma conjuntura revolucionária, “A clivagem em torno da descolonização, motor inicial do conflito entre os capitães dirigentes do golpe e o General Spínola e outros oficiais gerais conservadores, marcou a emergência política do MFA. Este fator abriu um espaço de mobilização política e social e concomitante crise do Estado, que pode explicar a incapacidade de as elites moderadas dominarem “por cima” a rápida institucionalização da democracia representativa.”<sup>315</sup>

A 16 de Maio de 1974 tomou posse o Governo Provisório. Portugal entrava assim num processo de transição para a democracia, onde todos os partidos passaram para a legalidade, o que, em função das diferentes ideologias políticas, provocou “discórdias” quanto àquele que deveria ser o futuro político do país, “O MFA não demorou a se chocar com o próprio presidente Spínola, afinal ele fora um homem de confiança do Antigo Regime e travava o processo de descolonização. Pressionado, apelou para uma tentativa de golpe com apoio popular (a "maioria silenciosa") em 28 de setembro de 1974. Derrotado, foi substituído pelo General Costa Gomes. Mas o poder executivo estava de fato nas mãos de um militar de confiança do MFA, o Coronel Vasco Gonçalves, que se tornou primeiro-ministro do Segundo Governo Provisório, em substituição ao jurista Palma Carlos, já em julho e, agora (30 de setembro de 1974), iniciava o Terceiro Governo Provisório. Palma Carlos era da confiança de Spínola. Simultaneamente, foi criado o COPCON (Comando Operacional do Continente), que dava amplos poderes de

---

<sup>314</sup>Lincoln Secco, *Livro 25 de Abril de 1974: A Revolução dos Cravos* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005), p.49.

<sup>315</sup>Fernando Rosas, «A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia», em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, coord. Manuel Loff e M. da Conceição (Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006), p.39.

comando sobre todas as forças militares do país ao Major Otelo Saraiva de Carvalho.”<sup>316</sup> Assim, o confronto entre a “maior silenciosa” da direita e a esquerda apiada pelo MFA, levou à demissão do general Spínola e posteriormente o seu fracasso na tentativa de golpe de 11 de março de 1975.<sup>317</sup>

A Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado foram posteriormente substituídos pelo Conselho da Revolução. Os meses seguintes ficaram marcados pela tensão e violência política vividas entre aqueles que defendiam uma “via revolucionária” e os que defendiam o “modelo europeu de democracia”<sup>318</sup>, “Apesar desta atmosfera de enorme tensão, a Revolução portuguesa, contrariando quase todos os maus presságios agitados ao longo de 1975, nunca resvalou para a guerra civil. Esta é também uma das razões pelas quais a Revolução portuguesa permanece um caso especial da história das mudanças por rutura e na história da construção da democracia e da emancipação humana.”<sup>319</sup>

Com o fim da ditadura e a restituição das liberdades individuais, supunha-se que já não se justificava o recurso às ações armadas e conseqüentemente à atividade das organizações armadas que até aqui foram referidas. No entanto, a violência foi algo que se manteve presente mesmo em democracia. Assim é possível dizer que o processo de democratização em Portugal não foi algo pacífico, “(...) el proceso también estuvo marcado por una activísima mobilización colectiva especificamente política que, mediante medios pacíficos (en especial, manifestaciones) o violentos (contramanifestaciones, piquetes, apaleamientos, incendios, saqueos, etc.) expresó preferencias respecto a quiénes debían ser los gobernantes, qué políticas habrían de aplicarse y qué no sería aceptado como acuerdo constitucional.”<sup>320</sup> A violência pós-25

---

<sup>316</sup>Lincoln Secco, *Livro 25 de Abril de 1974: A Revolução dos Cravos* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005), p.46.

<sup>317</sup>Assembleia da República, “A construção da Democracia (1974/1976). Disponível em: [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/construcao-democracia\\_1974-1976.aspx](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/construcao-democracia_1974-1976.aspx) (Consultado a 24 de Julho de 2024).

<sup>318</sup>*Idem*.

<sup>319</sup>Fernando Rosas, «A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia», em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, coord. Manuel Loff e M. da Conceição (Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006), p.39.

<sup>320</sup>Diego Palacios Cerezas, “Confrontación, violencia política y democratización. Portugal 1975”, *Política e Sociedad*, vol.1º, n3 (2003), p190.

de abril verificou-se tanto nas forças de extrema-direita como nas de extrema-esquerda, embora aqui nesta dissertação optemos por tratar a legitimação desta pelo PRP-BR. Esta, como vimos em capítulos anteriores, foi uma das organizações armadas que atuou em Portugal contra a ditadura, no entanto, foi a única destas organizações que manteve, já em democracia, a sua faceta revolucionária e de legitimação da violência.

A ARA, que surgiu como braço armado do PCP antes da Revolução, deixou de ter atividade em maio de 1973, ainda durante o governo de Marcelo Caetano. Até àquela data vários militantes da ARA teriam sido presos e a estrutura da organização passou a ser conhecida pela polícia política graças à denuncia de um militante da organização. Assim, e uma vez que o PCP optava pela via das ações de massas e luta de trabalhadores, decidiu suspender a atividade do seu braço armado.

Com a queda do governo de Marcelo Caetano, a LUAR, manteve-se ativa a nível político. No entanto, excluiu a violência e as ações armadas. “A atividade da LUAR prosseguiu, é certo, em Paris e em Bruxelas, mas confinando-se sobretudo à edição do jornal *Fronteira* e à intervenção nas cooperativas culturais, perdendo definitivamente a sua vertente armada. É nesta situação que se encontra a organização em 25 de Abril de 1974, quando a maioria dos seus dirigentes regressará a Portugal, legalizando a LUAR como partido político e participando ativamente no Processo Revolucionário.”<sup>321</sup> A organização assumiu-se como um partido e dedicou-se apenas às questões políticas do país. Em conferência de imprensa, realizada em agosto de 1975, a direção do partido<sup>322</sup>, propunha apresentar para Portugal, um projeto de transição de 3/5 anos no qual se criariam as estruturas necessárias que tornariam irreversível o projeto revolucionário. Seria imprescindível ter o compromisso das forças revolucionárias do país, do PS para a esquerda, uma vez que essas eram forças que se poderiam comprometer nesse mesmo projeto, “Sem esse poder popular de base estruturado, nós não podemos avançar com o que quer que seja em matéria de poder popular.”<sup>323</sup> Este poder popular defendido

---

<sup>321</sup> Ana Sofia de Matos Ferreira, «Luta Armada em Portugal (1970-1974)» (Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015), p.191.

<sup>322</sup>RTP- “Conferencia de Imprensa da LUAR”, 8 de Agosto de 1975. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-da-luar/> (Consultado de 7 de julho de 2024).

<sup>323</sup> *Idem*.

pela LUAR basear-se-ia em comissões de trabalhadores, de moradores, plenários e assembleias, “A LUAR manter-se-ia, apesar de erros e fracassos, ativa até à conquista da democracia, e mesmo para além deste marco o seu balanço final deve orgulhar todos os que nela se empenharam, de uma forma ou de outra - a grande maioria, anónimos e que anónimos continuarão, como sempre acontece nestes processos, uma das injustiças da história. Pode considerar-se, em resumo, que teve uma prática de inatacável coerência: financiou-se sem aceitar dependências de forças ou de países exteriores; os seus objetivos principais foram a Liberdade e a Democracia conquistadas em 1974; lutou contra a Guerra Colonial e o sistema repressivo; apoiou a luta dos trabalhadores em Portugal e na diáspora; foi ativa na solidariedade com as vítimas do regime e da repressão.”<sup>324</sup>

O PRP-BR foi a única organização armada, criada antes do 25 de abril, que adquiriu um papel ativo na legitimação da violência continuando a integrá-la em certos momentos nos seus discursos, imprensa e documentação oficial. Com o processo de transição democrática em Portugal, as Brigadas Revolucionárias passaram à legalidade, debruçando-se sobretudo na luta dos trabalhadores, não alterando assim a sua estratégia central tal como refere Carlos Antunes ao jornal do partido, *Revolução*, “Eu diria que o Partido passa de uma rigorosa clandestinidade (éramos talvez a organização que vivia sob o ponto de vista de clandestinidade numa situação extrema, dado que tínhamos escolhido a ação armada através das Brigadas e toda a gente sabia que elas estavam fundamentalmente ligadas ao partido) para aquilo que poderemos chamar uma feroz legalidade. Naturalmente que isso teve consequências, e continua a ter, não só em nós como em todas as outras organizações; consequências que derivam de se passar de um Partido extremamente centralizado, de quadros, para um grande processo de massas. Naturalmente que os aspetos orgânicos, e mesmo ideológicos, são de novo tipo. Mas para o Partido (ao contrário de muitas organizações que ou não existiam antes do 25 de Abril ou existiam e não foram capazes de suportar essa situação), dado que nós tínhamos definido muito concretamente (basta ler os documentos do Partido), desde o início, a fase da luta no nosso país, isso significou que as condições orgânicas se

---

<sup>324</sup>Fernando Marques Pereira e Pacheco Pereira, *Uma nova conceção de luta: materiais para a história da LUAR e da resistência armada em Portugal* (Lisboa: Tinta-da-China, 2016), p.209.

modificavam, mas a estratégia do partido não se modificou.”<sup>325</sup>

Não deixaram de defender, impulsionar e legitimar a violência para alcançar a revolução socialista, ou seja, um governo para os trabalhadores, pois, na perspectiva desta organização, só assim se daria a saída definitiva da burguesia do poder. Para os dirigentes do PRP-BR era necessária uma mudança no estado do país, que segundo o PRP-BR se mantinha um ambiente repressivo, o que viria a justificar a luta socialista por estes defendida, “A tese do Governo Provisório e do PC é curiosíssima: para defender as liberdades democráticas é preciso não fazer uso delas. Conquistaram-se as liberdades democráticas e agora diz-se aos trabalhadores que para a conservar é preciso que não se faça uso delas. E o mais grave é que não se limitam a dizê-lo, mas começaram já a pôr entraves ao exercício efetivo dessas liberdades.”<sup>326</sup> A mudança em Portugal só se daria pela revolução socialista e por vontade dos trabalhadores. É, por isso, visível, através da imprensa do partido, o incentivo à luta contra a política portuguesa e à violência que o PRP atribuía ao novo regime democrático, “Já há vítimas do Governo Provisório. E essas vítimas não são fascistas, nem administradores de bancos, nem capitalistas. São jovens que se manifestavam na rua exigindo a libertação do capitão Peralta<sup>327</sup>. Jovens que se manifestavam pacificamente e que não agrediram ninguém, nem apontaram armas contra ninguém. As ameaças do poder contra as massas trabalhadores e as forças revolucionárias continuam e sobem de tom.”<sup>328</sup>

Com esta realidade legitimavam a violência contra aquela que consideravam ser a classe dominante, no fundo, contra o capitalismo, “É certo que depois do 25 de abril muitas das condições de luta se alterariam. Mas do anterior regime ficaria o fundamental: continuamos em capitalismo, continuamos em ditadura da burguesia agora exercida sob a forma de democracia burguesa. E é porque continuamos em capitalismo que a Revolução Socialista continua na ordem do dia. E é porque o atual

---

<sup>325</sup> Jornal *Revolução*, “O 25 de abril de 74 analisado por um camarada da direção do PRP”, nº105 (21 de abril de 1977), p.5. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.105#!5>(Consultado a 10 de agosto de 2024).

<sup>326</sup> Jornal *Revolução*, “Repressão...Na continuidade”, nº1 (1 de junho de 1974), p. 1. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024)

<sup>327</sup> Trata-se de uma manifestação de apoio à libertação do Capitão Pedro Rodriguez Peralta. Foi preso pela PIDE-DGS em 1969 uma vez que foi acusado de pertencer ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), assim, em democracia, as jovens mobilizaram-se pela libertação deste preso político.

<sup>328</sup> *Idem*.

regime capitalista defendido por aparelhos militares e paramilitares que a tomada do poder não pode deixar de ser violenta. O projeto político que visava transformar a luta armada em violência de massas continua, portanto, de pé.”<sup>329</sup>. Com esta afirmação publicada no jornal do próprio partido, fica em evidência a teorização sobre a necessidade de violência, embora não se referia um ataque violento em concreto, uma que se tornou questionável o uso de práticas violentas dada a que do regime, pressupõe-se no discurso utilizado, em democracia, a possibilidade do seu uso. Contudo, procuraram legitimar esta perspectiva através do uso do argumento de que, segundo as BR, o ambiente favorável à existência de uma classe dominante e do predomínio do capitalismo manteve-se intacto, o que só se reverteria através da revolução socialista. Para alcançar a revolução socialista, o PRP defendia a criação de um exército do proletariado, “A violência de massas só será uma verdadeira violência política de classe quando organizada pela própria classe. Será classe, organizada em comissões de operários, que a exercerá. Naturalmente que será necessário um exército revolucionário. Mas esse exército só será verdadeiramente revolucionário quando nascer da violência de massas, quando for uma emanção da classe organizada. E será, com certeza, um exército que estará dentro da classe e que nunca, nem mesmo depois de tomar o Poder, será exterior a ela.”<sup>330</sup>

Embora Portugal estivesse a passar por um processo revolucionário, caminhando para a democracia, houve quem defendesse dentro das BR a ideia de que o partido deveria manter a sua estrutura militar clandestina contra uma futura ofensiva de direita<sup>331</sup>, “Achando que já não eram oportunas as ações armadas, as Brigadas Revolucionárias seriam inseridas dentro do PRP. Contudo, a concepção deste partido era que o processo se iria radicalizar e que o povo devia ser armado para defender os seus interesses, por isso, defendiam a entrega de armas às comissões de trabalhadores,

---

<sup>329</sup> Jornal *Revolução*, “A violência no processo revolucionário”, nº1 (1 de junho de 1974), p.6. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024).

<sup>330</sup> Jornal *Revolução*, “Uma assembleia entrevista o PRP- resposta a algumas perguntas dirigidas ao PRP no comício da esquerda revolucionária na “Voz do Operário”, nº1 (1 de junho de 1974), p.7. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024)

<sup>331</sup> Ana Sofia Ferreira, “Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC”, Instituto de História Contemporânea (IHC), (2020). [https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir\\_organizar.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir_organizar.pdf) (Consultado a 10 de julho de 2024)

que passariam a ter nas mãos um instrumento para não se deixar reprimir e para poder resistir a um golpe contrarrevolucionário.”<sup>332</sup>

Para Isabel do Carmo<sup>333</sup>, depois do 25 de abril entrou-se num período de democracia, liberdade e de ocupações de terras no processo revolucionário. Para os dirigentes do PRP-BR havia novas condições para o movimento revolucionário, uma vez que havia muitos militares nos quartéis que estavam numa posição radical de esquerda. O movimento popular de massas seria indispensável neste processo revolucionário, “Um verdadeiro movimento popular de massas pode ser destroçado, pode perder muitas batalhas, mas dificilmente é ludibriado. Apanhado de improviso, um grupo ou outro pode vacilar. Mas quando as suas estruturas funcionam, esta pronto a atuar em qualquer momento e reage no momento exato. Sindicatos, cooperativas, comissões de trabalhadores e de delegados sindicais, ligas de camponeses, casas do povo da confiança dos trabalhadores, simples grupos ou movimentos antifascistas, trabalhadores dos meios de comunicação social, tudo o que a associação legitimamente representativa e braço organizado do movimento popular de massas se levanta sem a mais pequena hesitação contra o golpe”.<sup>334</sup>

O PRP- BR, nunca abdicou de fazer referência à violência nos seus discursos mantendo a sua força armada, mesmo após o 25 de abril. Procurou através da sua imprensa oficial e das conferências do partido, legitimar a violência em nome da defesa dos trabalhadores, mas enquadrando-a na luta de massas. Para Isabel do Carmo, era necessário organizar a insurreição, ou seja, “(...) organizar a força armada dos trabalhadores (as massas mais radicais) com os soldados mais radicais (os SUV eram um sinal claro da insurreição, significavam q o exército estava do lado dos revolucionários); e os militantes revolucionários armados.”<sup>335</sup>. Carlos Antunes explica que quando usam

---

<sup>332</sup> *Idem*, p.89.

<sup>333</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

<sup>334</sup>Revista Seara Nova, “Movimento Popular de Massas Unidade e Consolidação da Vitória”, Nº1554 (Abril de 1975), p.5. Disponível em: [https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/seara-nova/in-issue/iss\\_0000001464/5](https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/seara-nova/in-issue/iss_0000001464/5) (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>335</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em: <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

a palavra “insurreição” referem-se sobretudo à contribuição da organização para a luta das classes que consideram exploradas<sup>336</sup>, “uma insurreição não parte das bases, uma insurreição é quando uma força de revolta das bases se conjuga com uma vanguarda. O que somos é contra a auto-proclamação da vanguarda.”<sup>337</sup>

Carlos Antunes<sup>338</sup>, como pudemos perceber, partilhava em 1982, da mesma linha ideológica de Isabel do Carmo. Para ele, a luta de massas ofensiva é fundamental, devendo passar de luta de massas de carácter defensivo contra o regime, para uma situação de carácter ofensivo. Ou seja, embora, não se realizasse de forma clara e direta uma ação violenta, pairava sempre no ar a possibilidade do uso de violência. No jornal *Revolução*, foram publicadas algumas mensagens de leitores que apoiavam a ditadura do proletariado, “Ainda que nascendo numa pequena burguesia, ligando-me a ela a ela pelo sangue e pelos haveres, não estou, contudo, com ela, não, não estou; estou com a revolução estou com o povo disposto ao sacrifício supremo se necessário para a libertação desse Povo e a sua emancipação total até ao limite e ao fim que os verdadeiros revolucionários aspiram, a ditadura do proletariado. (...)”<sup>339</sup>

Assim, a violência revolucionária manteve-se presente na estratégia da organização, e embora pudesse não ser aplicada diretamente, havia a possibilidade do seu uso. Esta, foi sempre legitimada pelo partido, pois era vista como a única maneira de conseguirem alcançar a ditadura do proletariado, “PRP’s first political publication after the April Revolution emphasised the revolutionary violence issue: it stated that it remained a necessity to defend workers from the interests of the bourgeoisie but underlined that the April Revolution had changed the nature of the violence, which was now in the hands of everyone. Therefore, actions such as strikes and workplace occupations, led by the workers themselves, should be given priority. The PRP defended

---

<sup>336</sup>Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017), p.272.

<sup>337</sup> *Idem*, p.275.

<sup>338</sup>Entrevista RTParquivos: Entrevista a Carlos Antunes, 4 Dez. 1982 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-carlos-antunes-2/> (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>339</sup>Jornal *Revolução*, “Participar na campanha de difusão do “Revolução” é uma tarefa revolucionária”, nº3 (14 Junho de 1974), p.2. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.003> (Consultado a 12 de julho de 2024)

the distribution of weapons to workers' commissions, so that they could resist in the event of a counter-revolutionary coup and defend the conquests of the Revolution.”<sup>340</sup>

Na ditadura do proletariado, o PRP pretendia que esta fosse exercida por órgãos representativos da classe operária que não dependessem de um partido pois, como os dirigentes do partido não seriam diretamente eleitos pela classe, não poderia ser um representante.<sup>341</sup> Os membros pertencentes às BR passaram a abraçar o poder popular, no qual esperavam que o proletariado fosse apoiado pelos militares progressistas. “O que eles defendem não é a existência de uma estrutura armada clandestina, mas sim dinamizar o processo revolucionário, dinamizar as lutas de massas, as lutas dos trabalhadores, de forma que os trabalhadores pudessem tomar o controlo”, explica Diogo Pedro Vieira.<sup>342</sup>

### 6.1 O 11 de março de 1975

O Verão Quente de 1975 ficou marcado por uma tentativa de radicalização das massas. Até setembro daquele ano a esquerda radical foi a protagonista de certos episódios emblemáticos dentro do processo revolucionário, como o roubo de armas do Depósito de Material de Guerra (DMG), localizado em Beirolas, e a ocupação do *jornal República* e da *Rádio Renascença*. O golpe militar de 11 de março foi desencadeado pelo receio de um grupo de direita da corrente socialista revolucionária defendida pelos partidos de esquerda. Foi uma tentativa de golpe de estado dirigido por António de Spínola. Este acreditava que a esquerda se preparava para levar a cabo o assassinato de vários dos seus apoiantes. Esta tentativa fracassada resultou no seu exílio e instigou o verão quente

---

<sup>340</sup>Raquel da Silva e Ana Sofia Ferreira, “From the Armed Struggle against the Dictatorship to the Socialist Revolution: The Narrative Restraints to Lethal Violence among Radical Left Organisations in Portugal”, *PERSPECTIVES ON TERRORISM*, vol.14, 2020, p.142. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21962/1/From%20the%20Armed%20Struggle%20against%20the%20Dictatorship%20to%20the%20Socialist%20Revolution.pdf>

<sup>341</sup>Jornal “Revolução”, “*Ditadura da burguesia ditadura do proletariado*”, nº20 (15 novembro de 1974), p.3. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.020> (Consultado a 12 de julho de 2024).

<sup>342</sup>Diogo Pedro Vieira, “Uma Lisboa presa na hostilidade: as memórias das Brigadas Revolucionárias no Verão Quente de 1975”, NovaFCSH+Lisboa (25 novembro de 2021), em: <https://maislisboa.fcsh.unl.pt/uma-lisboa-presa-na-hostilidade-as-memorias-das-brigadas-revolucionarias-no-verao-quente-de-1975/>

de 1975. “O golpe militar do 11 de Março de 1975, apesar de ser uma derrota da direita, conduziu a uma aceleração do processo revolucionário, que culminou no Verão Quente de 1975 e na polarização política e social, com a esquerda revolucionária a radicalizar o processo.”<sup>343</sup>

A 11 de março de 1975 a extrema-direita fez um ataque ao Regimento de Artilharia Ligeira em Lisboa, “(...) aos 8 minutos para as 12H de 11 de março os primeiros «rochets» atingiram a parada e os edifícios do Regimentos de Artilharia Ligeira nº1, em Sacavém. Era o início do golpe de direita.”<sup>344</sup> Este ataque foi para os esquerdistas um símbolo claro da possibilidade do regresso do fascismo e por outro lado o domínio do capitalismo, “Camaradas soldados, operários e camponeses, o ataque que o RAL 1 hoje sofreu demonstra a todos que os fascistas que até aqui tem sido tratado com panos quentes continuam vivos e ativos à espera da primeira oportunidade para esmagarem a classe operária.”<sup>345</sup> O golpe teria sido motivado pela radicalização e a crescente luta dos operários e trabalhadores que eram apoiados pelos setores mais progressistas do MFA. Segundo um oficial, após o golpe sentiu-se dentro do RAL uma maior unidade e o povo passou a ter a certeza de que os soldados estavam do seu lado, confiança mútua entre o RAL 1 e as massas trabalhadoras<sup>346</sup>. “A reação atacou. O capitalismo, sentindo que o avanço do movimento revolucionário acabaria por conquistar este país para os trabalhadores, fez um golpe de força. O RAL 1 foi bombardeado e cercado por paraquedistas. Isso aconteceu porque o RAL 1 é uma unidade que todos sabem estar indubitavelmente ao lado dos trabalhadores.”<sup>347</sup>

Em reação ao golpe de Spínola, a esquerda realizou o primeiro Congresso dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, no Teatro da

---

<sup>343</sup> Ana Sofia Ferreira, “Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC”, Instituto de História Contemporânea (IHC) (2020), p.89.

[https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir\\_organizar.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir_organizar.pdf) (Consultado a 10 de julho de 2024)

<sup>344</sup>Jornal “Revolução”, “Bombardeamento em Sacavém. Entrevista com um oficial do RAL 1”, nº33 (20 março de 1975), p.3. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.033> (Consultado a 12 de julho de 2024).

<sup>345</sup>Jornal *Revolução*, “1º Comunicado do R.A.L”, nº32 (12 de março de 1975), p.1.

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.032> (Consultado a 12 de julho de 2024).

<sup>346</sup>Jornal *Revolução*, “Bombardeamento em Sacavém. Entrevista com um oficial do RAL 1”, nº33 (20 março de 1975), p.3. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.033> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>347</sup> Manifesto do PRP-Brigadas Revolucionárias, “Não às eleições sim à revolução socialista”, 10 de março de 1975, p.2. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09251.002.003#!3> (Consultado a 13 de julho de 2024).

Cornucópia, onde os partidos da esquerda discutiram uma forma de fazer frente à ascensão da direita e assim começar uma fase mais intensa do processo revolucionário. “O PRP-BR pensa que o momento não é para propaganda e agitação partidária, pensa que não é para folclore. Mas é este o momento decisivo em que mobilizar e organizar no sentido de pegarem em armas, ao lado dos soldados e oficiais revolucionários, para a implantação do socialismo e para a defesa da independência nacional, porque esta independência só existirá pela implantação do socialismo.”<sup>348</sup> O PRP passou a defender a criação de um exército revolucionário através da união entre o exército e os trabalhadores, assim como a constituição de um conselho revolucionário cujo objetivo passava pela defesa da necessidade de armar e organizar os trabalhadores. A ideia do poder popular começou a ser vista como uma opção viável pela esquerda, representantes no comando do COPCON e no PRP, “Em Agosto inicia-se um processo de constituição da FUP (Frente de Unidade Popular), que contaria com o PCP, MDP-CDE, MES, PRP-BR, FSP, LUAR e LCI e Grupo 1.º de Maio. A unidade estaria condicionada ao apoio ao Documento do COPCON e ao V Governo Provisório e à defesa do poder popular.”<sup>349</sup> No entanto, a FUP logo a seguir reduzida a três organizações com o afastamento do Grupo 1º de Maio e do PCP, e passa a chamar-se Frente de Unidade Revolucionária (FUR).

Ana Sofia Ferreira menciona o episódio do roubo por militares da COPCON de armas de um depósito de material de guerra. O objetivo passava pela distribuição de metralhadoras G3 pelas diferentes unidades militares que as entregariam aos partidos da esquerda radical. Um lote de 1000 foram desviadas e entregues ao PRP-BR pela Polícia Militar. O *Comércio do Porto* denunciou o caso, “Essas mãos dispararam essas armas contra agentes da autoridade em serviço de defesa de todos nós ameaçados, mataram já vários, o último dos quais foi o malgrado agente Jorge Carvalho, da Diretoria do Porto da P.J, essas mãos empunharam, várias vezes já, essas mesmas armas,

---

<sup>348</sup>Jornal *Revolução*, “2º comunicado à população”, nº33 (20 março de 1975), p.18. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.033> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>349</sup>Ana Sofia Ferreira, “Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC”, Instituto de História Contemporânea (IHC), 2020, p.91. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir\\_organizar.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir_organizar.pdf) (Consultado a 10 de julho de 2024)

para roubar o dinheiro dos bancos, nacionalizados, nossos.”<sup>350</sup> Segundo este jornal de direita, a PJ encontrou lençóis ensanguentados e emissores, no local onde se refugiou o presumível assassino ferido do agente da PSP, onde um médico de Lisboa o teria ido tratar a pedido de Isabel do Carmo.<sup>351</sup>

Depois do 11 de março de 1975 houve uma radicalização nos discursos políticos nos meses seguintes. É criado, em agosto pelo PRP, o SUV (Soldados Unidos Vencerão), um grupo apoiado por vários grupos da esquerda revolucionária, uma auto-organização política de soldados. O objetivo deste “exército”, tal como Ana Sofia Ferreira <sup>352</sup> afirma, passava por ser o braço armado do povo, atuavam sobretudo dentro dos quartéis.

A 17 de abril de 1975 foi promulgada a lei do desarmamento, que viria a ser aplicada devido ao facto de haver um elevado número de armas nas mãos de civis, aumentando, assim, o risco de haver confrontos armados ou milícias populares, “Considerando que após treze anos de guerra colonial se encontram no País inúmeras armas, impondo-se regulamentar a sua posse e prevenir o seu uso; Considerando que as armas de guerra devem ser de exclusivo uso das forças armadas para fins operacionais e só na posse das mesmas se devem encontrar;”<sup>353</sup>. O Conselho da Revolução exigiu a Carlos Antunes e a Isabel do Carmo que devolvessem as armas que possuíam e, assim, as BR decidiram passar à clandestinidade a 30 de outubro de 1975. O PRP foi mantido como um partido político legal, pois se, por um lado, mantinham a sua estrutura militar e armada, por outro, passaram, sobretudo através da imprensa, a apelar à insurreição armada, à criação de um exército revolucionário e por fim, que os trabalhadores assumissem o poder, “Sempre entendi a passagem à clandestinidade das BR como um ato de defesa da organização, por um lado, e por outro, de «aviso à

---

<sup>350</sup> *Jornal Comércio do Porto*, “P.J avança (e bem) com as investigações- As trezes “G-3” foram apreendidas em casa duma funcionaria do Q.G.”, 13 de abril de 1978, p.2. <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/13-g3-apreendidas-em-casa-duma-funcionaria-do-qg> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>351</sup> *Idem*.

<sup>352</sup> Ana Sofia Ferreira, “Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC”, Instituto de História Contemporânea (IHC), 2020.

<sup>353</sup> Conselho da Revolução, “Decreto-Lei 207-A/75, *Diário do Governo* n.º 90/1975, 1º Suplemento, Série I de 1975-04-17. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/11939/decreto-lei-207-A-75-de-17-de-abril> (Consultado a 3 de agosto de 2024).

navegação» de que o processo revolucionário em curso perigava, tornando emergente a possibilidade de luta generalizada.”<sup>354</sup>

Com a passagem à clandestinidade, a legitimação da violência por parte das Brigadas Revolucionárias passou a ser algo constante nas suas publicações, “A ida das B.R para a clandestinidade é uma resposta dos revolucionários perante o avanço da direita. É a possibilidade de ter uma reserva armada que seja um dos instrumentos da insurreição e que possa responder «taco a taco» aos avanços da direita (...), mas os revolucionários não se deixam desarmar. Nem pela lei, nem pelas ações que essa direita entender promover. Os revolucionários não se demitem da revolução.”<sup>355</sup> Ficou notório o apoio à insurreição contra o poder da burguesia e do capitalismo, legitimando a violência quando esta estava associada à sua causa, “E a todos o momento a violência se poe, como meio a empregar de um e outro lado- para uns a violência como meio necessário para a conquista do poder para o proletariado, para outros a violência como meio de opressão para manter o poder económico nas mãos da burguesia e consolidar e endurecer o poder político.”<sup>356</sup> Segundo o autor, passou-se efetivamente para uma situação revolucionária, “Nós cremos que, se às ocupações e comissões juntarmos a crise no exército, com os seus comités e assembleias de soldados e as suas purgas de oficiais reacionários, estamos já numa situação diretamente revolucionária. E com mais razão ainda, se tivermos em conta a situação da burguesia e da economia portuguesas.”<sup>357</sup>

A 10 de novembro de 1975 deu-se uma conferência de imprensa do PRP, Isabel do Carmo admitia que era necessário um programa revolucionário. Isabel do Carmo manteve a defesa da ideia de que a insurreição armada era a única forma de evitar a guerra civil. “É a burguesia, as forças de direita, o Partido Socialista incluído e que tem

---

<sup>354</sup> Entrevista a Fernando Silva, membro do PRP e das FP25 de Abril, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 19 de abril de 2014, disponível em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 9 de julho de 2024)

<sup>355</sup> Jornal *Revolução*, “Editorial”, nº51 (30 de outubro de 1975), p.18. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.051> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>356</sup> Manifesto do PRP-Brigadas Revolucionárias, “Não às eleições sim à revolução socialista”, 10 de março de 1975, p.3, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09251.002.003#13> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>357</sup> Nahuel Moreno, *Revolução e Contrarrevolução em Portugal* (S.I: Em Luta, 2019), p.64.

tentando lançar, aquilo que eles chamam gente do Norte contra a comuna de Lisboa, lançar trabalhadores contra trabalhadores.”<sup>358</sup> O PRP dizia procurar unir os trabalhadores, organizar a sua força, organizá-los pelas armas para estes tomarem o poder. “Nós pensamos neste momento, ao contrário de lançar trabalhadores contra trabalhadores, que é necessário organizar a insurreição, ou seja, organizar a força armada dos trabalhadores, tanto dos trabalhadores nos locais de trabalho, com outra força extremamente importante que são os soldados, e nesse aspeto os SUV são um sinal claro de insurreição que o confronto é inevitável.(...) De resto pensamos que, queiram ou não queiram os partidos organizados, o confronto dá-se e está para se dar brevemente com certeza.”<sup>359</sup>, há aqui uma consciência e por outro lado uma aceitação, apresentada por Isabel do Carmo, de que as divergências partidárias em Portugal poderiam culminar em confronto.

O 25 de novembro de 1975, significou segundo Ana Sofia Ferreira<sup>360</sup>, o fim do processo revolucionário, e neste sentido, “a derrota do projeto político da esquerda radical”, no entanto, a institucionalização da democracia ainda estava em curso e a esquerda radical (PRP, MES, LCI, LUAR, UDP, FSP) procurou a unidade nas eleições presidenciais de 1976 ao apoiar Otelo Saraiva de Carvalho. Este setor político procurou, sobretudo através da imprensa, e por outro lado, através das campanhas eleitorais e da radicalização popular, obter o apoio popular no projeto político que Otelo representava, acabando este por ficar em segundo lugar, perdendo para o general Ramalho Eanes.

A classe dirigente do PRP considerou que o relatório preliminar do 25 de novembro<sup>361</sup> teve como principal objetivo atacar o PRP enquanto organização política e os seus dirigentes Isabel do Carmo e Carlos Antunes. Afirmam que este relatório condena as conquistas dos trabalhadores e a transformação revolucionária das FA. Para estes, o relatório apresenta como inimigo as comissões de trabalhadores, de moradores,

---

<sup>358</sup>RTPArquivos: “Memórias da Revolução: PRP apela à Insurreição Armada”, 10 de Novembro de 2015, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/memorias-da-revolucao-prp-apela-a-insurreicao-armada/> (Consultado a 9 de julho de 2024)

<sup>359</sup> RTPArquivos: conferência de imprensa do PRP, “Partido Revolucionário do Proletariado”, 9 de novembro de 1975, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partido-revolucionario-do-proletariado/> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>360</sup>Ana Sofia Ferreira, “Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC”, Instituto de História Contemporânea (IHC), 2020, p.93. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir\\_organizar.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/108832/1/Unir_organizar.pdf) (Consultado a 10 de julho de 2024)

<sup>361</sup>Conselho da Revolução, “Relatório preliminar”, nº1 (12/01/1976). Disponível em: <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/606> (Consultado a 15 de Agosto de 2024).

as comissões de soldados... ou seja, tudo o que esteja do lado oposto da burguesia capitalista. Expõem que este relatório fez transparecer que as ações do 25 de novembro se seguiram por um comando revolucionário, no entanto, foram para estes, ações de defesa contra a direita provocatória, “Preparam-se assim para julgar não apenas aquilo que consideram o 25 de Novembro, mas também o próprio 25 de Abril, o que decerto será feito se alguma vez se permitir que triunfem totalmente as forças que estão detrás deste relatório e do atual poder, apoiando-o umas mais abertamente, outras mais na sombra.”<sup>362</sup>, assim podemos considerar que na perspectiva da organização, há uma distorção dos acontecimentos, uma vez que as ações defensivas contra o golpe de direita, foram apontadas como ofensivas.

O PRP mantinha ainda vivo o sonho da revolução socialista e após as eleições de 1976, juntamente com alguns setores independentes e radicais que apoiaram Otelo Saraiva de Carvalho, criaram o MUP (Movimento de Unidade Popular) e posteriormente, em abril de 1978, a OUT (Organização Unitária dos Trabalhadores), “A investida político-militar contra o PRP enquadra-se nesta avançada de direita. A isto temos que opor, um Movimento de Unidade, que continua por criar, como organização realmente unitária e revolucionária. Por isso, o PRP continua disposto à criação dum MUP revolucionário.”<sup>363</sup>

Com a criação da OUT evidenciou-se também a questão da violência política, uma vez que esta era cada vez mais tida como necessária e defendia-se cada vez mais o uso de armas pelos trabalhadores, ou seja, a criação de um exército revolucionário popular, “Contudo, dois meses depois, eram presas dezenas de militantes do PRP, entre os quais Carlos Antunes e Isabel do Carmo, dirigentes históricos, acusados de assaltos a bancos, deflagração de engenhos explosivos e outras atividades de carácter violento. Os conflitos internos dentro do PRP agudizavam-se, com uma corrente dentro do partido a defender a radicalização da violência armada, que estará na origem das Forças

---

<sup>362</sup>Jornal *Página Um*, “PRP considera: Relatório do 25 de novembro pretende julgar p 25 de abril”, nº34 (17 de Julho de 1976), p .7. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08069.034#!6>(Consultado a 15 de Agosto de 2024).

<sup>363</sup>Jornal *Revolução*, “A Direita avança e investe contra o PRP: Contra o fascismo e o capitalismo organizar a unidade revolucionária”, nº91 (25 de Novembro de 1976), p.8. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.091#!8> (Consultado a 12 de Agosto de 2024).

Populares 25 de Abril. Em finais de 1979, consumava-se a rutura, com grande parte dos militantes do PRP a integrarem-se na OUT. Em 1980, o PRP extinguiu-se.”<sup>364</sup>

### 6.3 As ações do PRP

Na sua obra<sup>365</sup>, Isabel do Carmo foi questionada se, com a perspetiva de hoje em dia, considera que tiveram a legitimidade do apoio popular, Isabel afirma que sim pois segundo esta, parte do país após o 25 de abril queria a revolução socialista. O pós-25 de abril para Isabel do Carmo foi o momento de optar por outras formas de luta, ou seja, formas públicas como manifestações, reuniões, assembleias...

Isabel do Carmo afirmou nessa mesma obra, que existiu no período em questão, quem defendesse a continuidade das ações armadas, e segundo esta, nesses casos resolveram a situação com através de uma separação. Admitiu que a ilegalidade continuava a fazer parte da organização, assim como também deu a entender de forma sublime que houve quem optasse por dar continuidade a outras ações, “eu acho que nós todos os dias no período revolucionário fazíamos ilegalismos: ocupávamos casas, ocupávamos Campos... e um par de coisas mais (...) São pessoas que no próprio dia achavam que não devíamos entrar neste tipo de luta democrática e que devíamos não aceitar. Não era a nossa revolução.”<sup>366</sup> Afirma que acabou por considerar esta fação de pessoas um risco, “Tanto que achava que era um risco que depois houve umas ações que foram feitas no Porto já depois do 25 de abril..., mas eu não quero atribuí-las a ninguém.”<sup>367</sup>

Se antes da Revolução as organizações da esquerda revolucionária se financiavam através de assaltos, depois do 25 de abril essa continuou a ser uma realidade. As BR, concentraram-se quase exclusivamente na “recuperação de fundos”. “As ações com recurso a explosivos usualmente atribuídas ao PRP (Centros Regionais da Reforma Agrária, comícios da CAP, estátua de Salazar em Sta. Comba Dão...) foram ações

---

<sup>364</sup> *Idem*, p.94.

<sup>365</sup> Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017).

<sup>366</sup> Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017), p.302.

<sup>367</sup> *Idem*.

táticas da organização. É oportuno lembrar que o PRP não reivindicou nenhuma das ações realizadas depois do 25 de abril de 1974.”<sup>368</sup>

A 18 de março de 1976, já em plena democracia, as BR realizaram um assalto ao Banco Pinto Magalhães do qual resultou a morte de José Ferreira da Rocha, “Recorde-se que estes incidentes resultaram na morte de um agente da PJ, sendo outros agentes feridos a tiro. António Guerreiro, militante do PRP deslocado de Lisboa para participar na operação, que também foi gravemente ferido no confronto, saiu do carro onde se encontrava ao volante para resgatar das mãos dos agentes da polícia o seu companheiro de ação que acabava de ser detido a poucos metros de distância, quando este esperava o militante que supostamente iria chegar ali, depois de fugir das instalações da zona prisional da PJ do Porto.”<sup>369</sup> A morte deste agente da polícia judiciária nunca chegou a ser efetivamente imputada às Brigadas, embora houvesse quem assumisse a existência de uma ligação entre o médico que cuidou de Guerreiro com Isabel do Carmo, dirigente do PRP, “A Polícia Judiciária- Direção Geral, não tem dúvidas em afirmar que o PRP- Partido Revolucionário do Proletariado – tem ligações inequívocas com os graves acontecimentos neste nosso país- assaltos a Bancos, atentados bombistas, assassínios de guardas da PSP e agentes da PJ.”<sup>370</sup> Os vários assaltos a bancos e repartições de finanças, foram uma das principais formas que a organização usava para se financiar “Entre 27 de Julho de 1975 e o final de 1978, foram efetuados pelo PRP/BR 32 assaltos a bancos e repartições de finanças que renderam um valor total atualizado (INE, Abril 2022) de sete milhões de euros.”<sup>371</sup> Em Setembro de 1975 receberam as já referidas 1000 G3, que foram entregues pelo capitão Álvaro Fernandes a Isabel do Carmo e Carlos

---

<sup>368</sup> Entrevista a Fernando Silva, membro do PRP e das FP25 de Abril, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 19 de abril de 2014, disponível em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 9 de julho de 2024).

<sup>369</sup> *Idem*.

<sup>370</sup> *Jornal Comércio do Porto*, “Presos 16 acusados de bombismo, homicídio e assaltos a bancos- entre os detidos está Isabel do Carmo”, 21 de junho de 1978, p.2. <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 14 de julho de 2024).

<sup>371</sup> Manuel Castelo Branco, “Brigadas Revolucionárias: Unir, Organizar, Armar, em nome da Revolução Socialista”, *Jornal Observador* (25 de junho de 2022). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brigadas-revolucionarias-unir-organizar-armar-em-nome-da-revolucao-socialista/> (Consultado a 10 de julho de 2024).

Antunes, o que foi publicamente denunciado pela imprensa com ligações ao PS, PSD e CDS.<sup>372</sup>

Isabel do Carmo e Carlos Antunes, segundo Manuel Castelo Branco<sup>373</sup>, alegadamente estabeleceram contacto com uma delegação argelina chefiada por aquele que se designa como camarada Chafik e renovaram um pedido de armamento, “A disciplina proletária dos manifestantes, a ausência de repressão por parte das forças militares ou paramilitares, a solidariedade entre trabalhadores e militares verificada são indícios de que um novo poder se está forjando, de que uma alternativa revolucionária pode e deve constituir-se desde já.”<sup>374</sup> Em 1978 dá-se na Mauritânia um bombardeamento de um comboio de mercadorias, o que embora tenha sido reivindicado pela frente Polisário (Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro)<sup>375</sup> teria sido organizado pelos serviços secretos argelinos e levado a cabo por militantes das BR. Daqui resultaram 8 mortes, “During 1978, heightened internal differences within the PRP/BR were further intensified by the bombing of a freight train in Mauritania, which caused the death of eight soldiers. The attack was claimed by the Polisario Front, which had been carrying out a series of attacks in Mauritania as a way of fighting for the independence of the Sahrawi people. It was, however, organised by the Algerian Secret Services and carried out by BR militants.”<sup>376</sup> e a ligação entre esta organização e as BR foi feita diretamente por ex-operacionais envolvidos na operação que afirmaram que, embora Carlos Antunes e Isabel do Carmo tivessem afirmado que

---

<sup>372</sup>RTPArquivo, “Desvio de Armas em Beirolas”. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/desvio-de-armas-em-beirolas/> (Consultado a 4 de julho de 2024).

<sup>373</sup> Manuel Castelo Branco, “Brigadas Revolucionárias: Unir, Organizar, Armar, em nome da Revolução Socialista”, *Jornal Observador* (25 de junho de 2022). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brigadas-revolucionarias-unir-organizar-armar-em-nome-da-revolucao-socialista/> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>374</sup>Manifesto do PRP-Brigadas Revolucionárias, “Não às eleições sim à revolução socialista”, 10 de março de 1975, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09251.002.003#!3> (Consultado a 13 de julho de 2024), p.3.

<sup>375</sup>Um movimento político-revolucionário que defendia a autonomia do território do Saara ocidental e consequentemente a autodeterminação do povo Saaraui.

<sup>376</sup>Raquel da Silva, e Ana Sofia Ferreira, “From the Armed Struggle against the Dictatorship to the Socialist Revolution: The Narrative Restraints to Lethal Violence among Radical Left Organisations in Portugal”. *PERSPECTIVES ON TERRORISM*, vol.14 (2020, p.142. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21962/1/From%20the%20Armed%20Struggle%20against%20the%20Dictatorshi%20to%20the%20Socialist%20Revolution.pdf> (Consultado a 23 de Julho de 2024).

não sabiam da ação pois estavam presos, estes tiveram o conhecimento.<sup>377</sup> Esta operação foi, segundo Luís Govern Lopes, um caso premeditado e efetivamente realizado pelo PRP, “A ação foi reivindicada pela Frente Polisário, mas foi feita por nos, com a cobertura de camaradas nossos que trabalhavam na *Docapesca* e que foram de barco para lá. Foram postas as bombas no hotel onde se ia reunir o Estado-Maior das forças mauritanas com os marroquinos, nos comboios dos fosfatos e em mais sítios.”<sup>378</sup> O objetivo passava, segundo este, por causar a morte de várias pessoas, “E no PRP ficou decidido que íamos matar dezenas de pessoas e matámos.”<sup>379</sup> Luís Govern Lopes, foi militante do PRP-BR e posteriormente das FP-25, tinha a alcunha de “Anarquinho” e segundo ele, participou em mais de cem ações da organização. Segundo este, após o 25 de abril foi criado um grupo, com pessoas que participaram nas brigadas para realizar os assaltos, essas pessoas que passaram à clandestinidade nas BR eram do PRP, ou seja, não havia uma separação entre as organizações.

É sabido que nunca foi objetivo da organização a morte de pessoas, no entanto, segundo Luís Govern Lopes, isso aconteceu também depois do 25 de abril, embora não tenha sido premeditado, como aconteceu com a morte de José Plácido. Este assumiu o cargo de vice-comandante da militarização na Região Centro do PRP-BR. Com o assalto que resultou na morte do agente, Plácido acabou preso, sendo libertado após prestar declarações contra o PRP-BR. Plácido teria traído a organização ao colaborar com a polícia e denunciar a estrutura e os seus militantes, pois na visão de Luís Govern Lopes “(...) foi sempre claro, que para situações de traição, a punição era a execução. Portanto a morte de Plácido foi o cumprimento de uma decisão da direção.”<sup>380</sup>

Tal como já referido, embora Isabel do Carmo não revele nomes concretos, admite que aqueles que continuaram a apoiar as ações armadas e a violência direta após o 25 de abril, uma facção mais dura, foram segundo esta, um risco, uma vez que

---

<sup>377</sup>Manuel Castelo Branco, “Brigadas Revolucionárias: Unir, Organizar, Armar, em nome da Revolução Socialista”, *Jornal Observador* (25 de junho de 2022). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brigadas-revolucionarias-unir-organizar-armar-em-nome-da-revolucao-socialista/> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>378</sup>Entrevista de Luís Govern Lopes, à revista *Sábado*, publicada a 3 de novembro de 2022, p.47. Disponível em: <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/iam-preparados-para-disparar-e-matar-claro> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>379</sup> *Idem*.

<sup>380</sup> Entrevista de Luís Govern Lopes à revista *Sábado*, publicada a 3 de novembro de 2022, p.43. Disponível em: <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/iam-preparados-para-disparar-e-matar-claro> (Consultado a 10 de julho de 2024).

chegaram a leva a cabo ações violentas no Porto<sup>381</sup>, como o caso da morte do agente da GNR.

Apesar dos diversos esforços para formar uma unidade da esquerda radical e reagrupar setores radicalizados, o PRP-BR acabou por se extinguir em 1980, devido a disputas internas e à saída de diversos integrantes, incluindo Carlos Antunes e Isabel do Carmo. Depois do 25 de Novembro de 1975, foram levados a cabo processos judiciais contra Isabel do Carmo e Carlos Antunes como autores morais de ações de violência armada.<sup>382</sup> Em 1980, foram condenados, a 16 e 11 anos de prisão<sup>383</sup>, sendo, segundo o que era publicado no jornal *Comércio do Porto* acusados de “(...) implicados nas seguintes ações criminais violentas: - Homicídio de um agente da PSP; 25 assaltos a bancos praticados no últimos quatro anos (1975-1978); 25 atentados praticados com explosivos, tendo resultado de um deles a morte de uma pessoa; (...)”<sup>384</sup>

Para o PRP-BR, a partir do 25 de novembro, a liberdade da organização sofreu mudanças, uma vez que o governo levou a cabo uma ofensiva contra eles através das prisões e perseguições que organizaram, vários elementos da organização foram acusados de diversos crimes<sup>385</sup>, no entanto, até à prisão dos vários elementos das BR, estes mantiveram a ideia de manter a resistência contra o novo governo, “Mas a verdade é que neste golpe militar do 25 de novembro, a direita, a direita mesmo, a extrema-direita, tinha sido envolvida. Nós achamos que o PRP devia continuar, e devia continuar como base de resistência contra o novo poder instituído.”<sup>386</sup> O PRP chega

---

<sup>381</sup>Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017).

<sup>382</sup>Nuno Ribeiro, “Morreu Carlos Antunes, cofundador das Brigadas Revolucionárias”, *Jornal Público*, 23 de Janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2021/01/23/politica/noticia/morreu-carlos-antunes-cofundador-brigadas-revolucionarias-1947648> (Consultado a 13 de julho de 2024).

<sup>383</sup> Manuel Castelo Branco, “Brigadas Revolucionárias: Unir, Organizar, Armar, em nome da Revolução Socialista”, *Jornal Observador* (25 de junho de 2022). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brigadas-revolucionarias-unir-organizar-armar-em-nome-da-revolucao-socialista/> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>384</sup>Jornal *Comércio do Porto*, “Presos 16 acusados de bombismo, homicídio e assaltos a bancos- entre os detidos está Isabel do Carmo”, 21 de junho de 1978, p.2. <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 14 de julho de 2024).

<sup>385</sup> Acusados de bombismo, homicídio e assaltos a bancos. *Jornal Comércio do Porto*, “Presos 16 acusados de bombismo, homicídio e assaltos a bancos- entre os detidos está Isabel do Carmo”, 21 de junho de 1978, p.2. <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 14 de julho de 2024).

<sup>386</sup>Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017), p.306.

efetivamente ao fim, quando segundo Isabel do Carmo, acabaram com a organização depois de saírem da cadeia em 1982.

Nesse mesmo ano, segundo Luís Govern Lopes alguns dos dissidentes do PRP juntam-se à formação das FP-25<sup>387</sup>, juntamente com outros elementos de outras organizações. Há quem defenda, como foi o caso de Luís Govern Lopes<sup>388</sup> que as Brigadas revolucionárias foram um esboço daquilo que viriam a ser as FP-25 (um grupo terrorista da extrema-esquerda).<sup>389</sup> Para quem defende esta tese, estes teriam transferido as armas e explosivos assim como as sedes do PRP para o novo projeto. Segundo o jornalista Manuel Castelo Branco, “Foi todo esse arsenal e capacidade logística que permitiram que as FP-25 aterrorizassem e matassem desde o primeiro dia. Foram 19 mortos, entre os quais 13 vítimas inocentes assassinadas e seis operacionais.”<sup>390</sup> Foram realizadas, segundo Manuel Castelo Branco, cerca de 41 ações armadas entre o 25 de Abril de 1974 e final de 1978, 32 foram assaltos a bancos e oito foram ataques à bomba<sup>391</sup>. Nas alegações do Ministério Público feitas aquando do julgamento de outra organização (as FP-25), entende-se que, “Está provado que o Projeto Global/FP 25 é uma organização terrorista armada, que constitui o subproduto histórico da democracia portuguesa, tendo a sua origem remota na liquidação do PRP e expulsão dos seus dirigentes Isabel do Carmo e Carlos Antunes, por parte de R. R., que, como Pedro Goulart, Humberto Dinis Machado, Otelo Saraiva de Carvalho, Francisco Marques, Mouta Liz e outros, defendiam e defendem a luta armada imediata e terrorista, como tática imperiosa à concretização do seu objetivo - a destruição da democracia portuguesa pelas armas.”<sup>392</sup>

---

<sup>387</sup>Entrevista de Luís Govern Lopes à revista *Sábado*, publicada a 3 de novembro de 2022, p.43. Disponível em: <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/iam-preparados-para-disparar-e-matar-claro> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>388</sup>Entrevista de Luís Govern Lopes à revista *Sábado*, publicada a 3 de novembro de 2022, p.43. Disponível em: <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/iam-preparados-para-disparar-e-matar-claro> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>389</sup> Manuel Castelo Branco, “Brigadas Revolucionárias: Unir, Organizar, Armar, em nome da Revolução Socialista”, *Jornal Observador* (25 de junho de 2022). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brigadas-revolucionarias-unir-organizar-armar-em-nome-da-revolucao-socialista/> (Consultado a 10 de julho de 2024).

<sup>390</sup>*Idem*.

<sup>391</sup>*Idem*.

<sup>392</sup>Ministério da Justiça, “Caso FP-25 de abril- Alegações do Ministério Público” (Lisboa: EPNC-Oficinas Gráficas, 1987), p.8. Disponível em: [https://maisliberdade.pt/site/assets/files/3945/caso\\_fp-25\\_de\\_abril\\_alegacoes\\_do\\_mp\\_com\\_anexo\\_documental.pdf](https://maisliberdade.pt/site/assets/files/3945/caso_fp-25_de_abril_alegacoes_do_mp_com_anexo_documental.pdf) (Consultado a 2 de julho de 2024).

## 7. Conclusão

Em suma, a radicalização da luta contra a violência de estado que o regime aplicava, conduziu ao Movimento das Forças Armadas e por sua vez, a uma revolução que marcou Portugal mas também a Europa, uma vez que levou ao fim de uma ditadura de 48 anos, “se a Revolução portuguesa acabou por ser um processo político excepcional – quer no contexto da história portuguesa, quer no da história dos processos de democratização do último quartel do século XX –, é porque em 1975 se abriu (ou, iniciada já em 1974, se acentuou) uma crise profunda das formas tradicionais do Estado, incluindo o colapso da sua dimensão colonial, num clima de participação política sem paralelo na história portuguesa.”<sup>393</sup>

Se olharmos para a visão de Donatella della Porta<sup>394</sup>, sobre a violência política, conseguimos perceber o porquê da sua existência em Portugal neste período. A revolução de abril foi o resultado de um longo processo de luta clandestina contra o regime como forma de o fragilizar, foi também o resultado das tensões políticas e sociais que se viviam, foi uma resposta da sociedade repressiva aos abusos de regime, logo, uma vez que Donatella associa a violência política aos movimentos sociais, é possível, segundo a sua respetiva, dizer que as ondas de protesto e a ação das organizações armadas praticaram violência política, contribuindo para a perpetuação do ciclo de violência que Donatella apresentou.

Por outro lado, se integramos o processo de violência vivido em Portugal na investigação de Ted Robert Gurr, percebemos que o tipo de violência vivida se enquadra em dois dos três tipos de violência política por ele apresentados, neste caso, seria inicialmente, o “*Conspiracy*”, referente a todo o período de ação das organizações clandestinas e da origem do próprio movimento dos capitães, uma vez que o período pré-25 de abril se caracterizou pela violência com objetivos políticos, organizadas e de participação limitada e posteriormente, seguindo a linha do autor, evoluiu para “*Internal War*”, pois embora, o movimento que levou à queda do regime tenha tido também um objetivo político e tenha sido altamente organizado, diferencia-se do

---

<sup>393</sup>Fernando Rosas, «A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia», em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, coord. Manuel Loff e M. da Conceição (Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006), p.29.

<sup>394</sup>Donatella della Porta, *Clandestine Political Violence* (New York: Cambridge University Press, 2013).

“conspiracy” pois acabou por ter uma ampla participação popular e derrubou um regime ditatorial provocando uma mudança política e social no país.

Embora a dissertação se tenha focado na trajetória das Brigadas Revolucionárias em Portugal entre 1970 e 1978, foi importante mostrar o papel de outras organizações clandestinas como a ARA e a LUAR, mostrando as diversas ações que levaram a cabo a diferença entre elas e como contribuíram para o agudizar da violência.

Destacou-se o papel do PRP-BR, através da análise da sua trajetória concluímos que a luta revolucionária por ela levada a cabo teve um grande impacto a nível nacional. Foram várias ações executadas, com ataques diretos ao regime, apostando na mobilização das massas, que se traduziu nas várias greves e manifestações organizadas ao longo deste período. As BR, como foi possível perceber, destacaram-se desde cedo das demais organizações. Primeiramente surgiram completamente dissociadas de um partido, ou seja, ao contrário do que acontecia, não só em Portugal, mas também em outros países, surgiu primeiro a organização armada clandestina e só depois o partido político. Foram criadas a partir da vontade e crença de dois ex-militantes do PCP que, não concordando com a recusa do partido em participar na ação armada, decidiram abandonar o PCP. Carlos Antunes e Isabel do Carmo foram os fundadores das BR, defenderam a ideia de que só a violência armada traria os resultados pretendidos, algo inédito e praticamente nunca antes feito. Através da imprensa clandestina da época e dos comunicados das BR, é fácil perceber que estes sempre se mantiveram claros nos objetivos da organização que passavam pela revolução socialista, a ideia da luta armada manteve-se sempre presente.

Com a Revolução dos Cravos, terminou a ditadura, mas iniciou-se um outro processo revolucionário, marcado pela violência, agora em contexto democrático e com outras facetas. As BR foram a única organização armada que vinha da ditadura, que se manteve ativa após o 25 de abril, deixando de lado, alegadamente, as ações armadas depois de 1974. Foi perceptível a passagem por três fases nesse projeto revolucionário, já referidas por Isabel do Carmo, foram neste caso a fase de exaltação e choque com a liberdade, a de organização e projeto revolucionário e por último a “descendente até à derrota”

A organização nascida do desejo de combater pela via das armas a ditadura, encontrava-se agora em democracia e na legalidade, não havendo justificação para o uso da violência, neste contexto, deu-se uma rutura ou deu-se a continuidade?

A última ação armada que as BR reclamaram a autoria deu-se a 9 de abril de 1974, com a sabotagem do navio *Niassa*, uma ação contra a continuidade da guerra colonial, explodindo o navio que iria partir para Bissau. Sendo um objeto de estudo muito pioneiro, não há uma resposta concreta para conseguirmos definir se houve efetivamente uma rutura ou continuidade. Acaba por ser difícil definir se houve uma rutura ou continuidade pois estamos perante uma análise de dois contextos políticos e históricos diferentes, uma vez que até ao 25 de Abril de 1974 a luta armada era direcionada para a luta contra a ditadura e posteriormente ao 25 de Abril, passa, alegadamente, a ser feita em contexto democrático.

Não existem dúvidas de que, durante o processo revolucionário, a teorização sobre o seu uso por parte da organização e da classe dirigente foi algo bastante comum, como podemos ver pela análise da imprensa oficial do partido, o jornal “Revolução” e o jornal “Página Um”. Se por um lado não existem provas concretas de quem dentro da organização levou a cabo ações armadas, existem, no entanto, alegações do contacto entre elementos das BR a algumas ações como foi referido. Isabel do Carmo optou por não identificar essas pessoas, mas deixa no ar a ideia de que houve quem levasse a cabo ações armadas. Por outro lado, ex-militantes da organização como Luís Govern Lopes, afirmou a *existência de uma* ligação das BR a várias ações armadas, como assaltos a bancos e o atentado na Mauritânia, das quais resultaram mortos, como podemos ver ao longo da dissertação.

Podemos concluir que, uma vez que as várias alegações da associação do PRP à prática de violência em democracia não foram comprovadas ficam sujeitas à discussão e à teorização sobre essas ligações até haver uma prova efetiva e clara que as possa confirmar. É importante sublinhar que o PRP/BR continuou a defender a violência armada após o 25 de Abril, radicalizando as suas ações, sobretudo após o 25 de novembro e à medida que a influência da esquerda radical na sociedade portuguesa começava a entrar em refluxo. Concluiu-se que as BR embora tenham praticado um distanciamento face à prática de violência, mantiveram-na nos seus discursos políticos e incentivaram ao seu uso.

AS BR não esconderam o seu desagrado com o rumo político que Portugal tinha tomado no pós-25 de abril e, nesse sentido, procurou mobilizar a população para lutarem contra a nova forma de repressão que eles viam no capitalismo e na burguesia, criando para isso um exército revolucionário (SUV). Para o PRP seria impensável a proclamação de uma democracia burguesa, e neste sentido, o dilema resumia-se ao fascismo ou ao socialismo, “lutar pela conquista de posições em ordem ao confronto final entre burguesia e proletariado é a única via que pode evitar a catástrofe.”<sup>395</sup>

Se por um lado existiram diversas ações, antes do 25 de abril, que não foram reivindicadas pelas BR “Durante todo este período levaram a efeito as Brigadas Revolucionárias, ações de outros tipos que, por um ou outro motivo, não foram reivindicadas.”<sup>396</sup>, não seria totalmente errado pensar que o mesmo pode ter acontecido já depois do 25 de abril durante o período revolucionário em curso e já em democracia, “Foi um tempo de reificação e radicalização da política como referencial organizador do privado e do quotidiano. De explosão de partidos, de militâncias esforçadas e convictas, de participação intensa no partido, no bairro, na fábrica, na escola, na manifestação, no comício, de sectarismos cegos e apaixonados, de não ter medo de usar da palavra ou de estar em minoria, de revoluções também nos hábitos e nos comportamentos, de nova televisão, de nova rádio, de novos filmes e teatro, de murais pintando as ruas e as praças, de corajosas ousadias e de certezas firmes, de entrega e de esperança sem fim, de algumas vitórias e de derrotas. Tempo de revolução, em suma.”<sup>397</sup>

Como foi possível perceber ao longo da dissertação, as BR acabaram por justificar o uso da violência armada, já em democracia, através da defesa da ideia da revolução socialista e da conquista do poder pelos trabalhadores. Acreditavam que isso só seria possível, através da insurreição contra a classe que segundo estes, se manteve no poder mesmo após a revolução, ou seja, a classe burguesa.

---

<sup>395</sup>Jornal *Revolução*, “Como prosseguir na luta”, nº2 (14 de setembro de 1974), p.3. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.012#!3> (Consultado a 3 de Agosto de 2024).

<sup>396</sup>Jornal *Revolução*, “As ações das Brigadas Revolucionárias”, nº1 (1 de Junho de 1974), p.3. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001#!3> (Consultado a 3 de Agosto de 2024).

<sup>397</sup>Fernando Rosas, «A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia», em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, coord. Manuel Loff e M. da Conceição (Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006), p.24.

Carlos Antunes afirma que o pós-25 de abril ficou marcado pela própria experiência deles antes do 25 de abril, “quando discutimos a seguir ao 25 de abril acentuamos a luta de massas. Definimos a auto-organização dos trabalhadores. Não aceitamos as velhas estruturas sindicais e apelávamos às comissões de local de trabalho e habitação. Deviam fazer um trabalho reivindicativo que desembocasse em organização de classe.”<sup>398</sup>

O longo processo de radicalização revolucionário teve o seu fim com o 25 de novembro, e a promulgação da constituição de 1976, que resultou como já vimos na “derrota” das forças de esquerda revolucionária, no entanto, as BR mantiveram-se ativas na sua luta pela revolução socialista até 1982.

---

<sup>398</sup>Isabel do Carmo, *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a Luar. Contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde* (Lisboa: Editora Dom Quixote, 2017), p.272.

## 8. Fontes e Bibliografia

### Fontes:

Arquivos- Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo;

Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra;

Fundação Mário Soares;

Museu do Aljube Resistência e Liberdade;

Biblioteca Pública de Braga;

Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva;

RTPArquivos.

Fontes Impressas- *Jornal Avante! (PCP)*; *Jornal Página UM*; *Jornal Revolução*; *Jornal Diário de Lisboa*; *Jornal Expresso*; *Jornal O Comércio do Porto*; *Revista Seara Nova*; *Revista Sábado*; *Jornal Observador*; *Jornal Público*; *Boletim Mensal Mocidade Portuguesa Feminina*; *Boletim Anti-colonial*:

AMS – Arquivo Mário Soares, *Boletim Anti-colonial* (Outubro de 1972). Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02234.001> (Consultado a 20 de março de 2024).

Entrevista RTP: Isabel do Carmo, Grande Entrevista, 15 Nov. 2017, em <https://www.rtp.pt/play/p3085/e316037/grande-entrevista> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

Entrevista RTPArquivos: Entrevista a Carlos Antunes, 4 Dez. 1982 em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-carlos-antunes-2/> (Consultado a 2 de março de 2024).

<sup>1</sup>Entrevista RTP: Isabel do Carmo, 2015, em: <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/isabel-do-carmo-as-brigadas-revolucionarias/> (Consultado a 25 de fevereiro de 2024).

Entrevista RTP: De Cravo ao Peito – A Luta Armada antes do 25 de abril (09 Março, 2023) <https://www.rtp.pt/play/p10052/e675705/de-cravo-ao-peito> (Consultado a 1 de Março de 2024).

Entrevista RTP: Estórias do Tempo da Outra Senhora – Ação Revolucionária Armada (2018). <https://www.rtp.pt/play/p2440/e352464/estorias-do-tempo-da-outra-senhora> (Consultado a 27 de fevereiro de 2024).

Entrevista RTP: Estórias do Tempo da Outra Senhora – Ação Revolucionária Armada (2018). <https://www.rtp.pt/play/p2440/e352464/estorias-do-tempo-da-outra-senhora> (Consultado a 27 de fevereiro de 2024).

Jornal Avante! “*Rádio Voz Liberdade*”, nº325 (Janeiro de 1963).

Jornal *Comércio do Porto*, “Presos 16 acusados de bombismo, homicídio e assaltos a bancos- entre os detidos está Isabel do Carmo”, 21 de junho de 1978, p.2. <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 14 de julho de 2024).

Jornal *Comércio do Porto*, “P.J avança (e bem) com as investigações- As trezes “G-3” foram apreendidas em casa duma funcionaria do Q.G.”, 13 de abril de 1978, p.2. <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/13-g3-apreendidas-em-casa-duma-funcionaria-do-qg> (Consultado a 13 de julho de 2024).

Jornal *Página Um*, “PRP considera: Relatório do 25 de novembro pretende julgar p 25 de abril”, nº34 (17 de Julho de 1976), p .7. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08069.034#!6>(Consultado a 15 de Agosto de 2024).

Jornal *Comércio do Porto*, 21 de junho de 1978 nº19 <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/preso-16-acusados-do-prp-br> (Consultado a 5 de março de 2024).

Jornal *Diário de Lisboa*, nº 21372, “Sete Elementos do PRP condenados pelo Tribunal de Sintra” (2 Fev. 1984), p.20 (Consultado a 5 de março de 2024).

Jornal *Revolução*, “A Direita avança e investe contra o PRP:Contra o fascismo e o capitalismo organizar a unidade revolucionária”, nº91 (25 de Novembro de 1976), p.8. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.091#!8> (Consultado a 12 de Agosto de 2024).

Jornal *Revolução*, “A violência no processo revolucionário”, nº1 (1 de junho de 1974), p.6. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024).

Jornal “*Revolução*”, “*Bombardeamento em Sacavém. Entrevista com um oficial do RAL 1*”, nº33 (20 março de 1975), p.3. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.033> (Consultado a 12 de julho de 2024).

Jornal “*Revolução*”, “*Ditadura da burguesia ditadura do proletariado*”, nº20 (15 novembro de 1974), p.3. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.020> (Consultado a 12 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “Editorial”, nº1 (1 de junho de 1974), p.1.  
<http://casacomum.org/cc/visualizadorpasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “Editorial”, nº51 (30 de outubro de 1975), p.18.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.051> (Consultado a 13 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “O 25 de abril de 74 analisado por um camarada da direção do PRP”, nº105 (21 de abril de 1977), p.5. Disponível em:  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.105#!5> (Consultado a 10 de agosto de 2024).

Jornal *Revolução*, “Participar na campanha de difusão do “Revolução” é uma tarefa revolucionária”, nº3 (14 Junho de 1974), p.2. Disponível em:  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.003> (Consultado a 12 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “Repressão...Na continuidade”, nº1 (1 de junho de 1974), p. 1.  
Disponível em:  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “1º Comunicado do R.A.L”, nº32 (12 de março de 1975), p.1.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.032> (Consultado a 12 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “2º comunicado à população”, nº33 (20 março de 1975), p.18.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.033> (Consultado a 13 de julho de 2024).

Jornal *Revolução*, “Uma assembleia entrevista o PRP- resposta a algumas perguntas dirigidas ao PRP no comício da esquerda revolucionária na “Voz do Operário”, nº1 (1 de junho de 1974), p.7. Disponível em:  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08068.001> (Consultado a 9 de julho de 2024).

Revista Seara Nova, “Movimento Popular de Massas Unidade e Consolidação da Vitória”, Nº1554 (Abril de 1975), p.5. Disponível em: [https://pt.revistasdeideias.net/pt-seara-nova/in-issue/iss\\_0000001464/5](https://pt.revistasdeideias.net/pt-seara-nova/in-issue/iss_0000001464/5) (Consultado a 10 de julho de 2024).

Manuel Castelo Branco, “Brigadas Revolucionárias: Unir, Organizar, Armar, em nome da Revolução Socialista”, *Jornal Observador* (25 de junho de 2022). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/brigadas-revolucionarias-unir-organizar-armar-em-nome-da-revolucao-socialista/> (Consultado a 10 de julho de 2024).

Mocidade portuguesa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo- <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4235890> (Consultado a 15 de abril de 2024).

Museu do Aljube- Resistência e Liberdade: “As bombas dos Ministérios- anarquistas solidários com a Espanha Republicana” (20 janeiro de 2021) <https://www.museudoaljube.pt/2021/01/20/as-bombas-dos-ministerios-anarquistas-solidarios-com-a-espanha-republicana/> (Consultado a 20 de maio de 2024).

Museu do Aljube- Resistência e Liberdade: “Atentado a Salazar” (4 julho de 2023) <https://www.museudoaljube.pt/2023/07/04/atentado-a-salazar/> (Consultado a 20 de maio de 2024).

Museu do Aljube, Operação Mondego- “Comunicado da LUAR sobre prisão Palma Inácio”, 1968. <https://www.museudoaljube.pt/2023/05/17/operacao-mondego/> (Consultado a 3 de maio de 2024).

Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Vidas Prisionáveis- Testemunho de José Mário Branco (16/ 05/2019) <https://www.museudoaljube.pt/doc/jose-mario-branco-vidas-prisonaveis-2019-museu-do-aljube-resistencia-e-liberdade-2/> ( Consultado a 7 de abril de 2024).

Museu do Aljube Resistência e Liberdade, Memórias na Resistência- Testemunho de Jorge Querido (02/05/2023) <https://www.museudoaljube.pt/doc/jorge-querido/> (Consultado a 8 de abril de 2024).

Nota supra da PIDE, *Diário de Lisboa*, “ Nota da D.G.S sobre o caso de Tancos”, nº17 331, 23 março 1971, p.20.

Nuno Ribeiro, “Morreu Carlos Antunes, cofundador das Brigadas Revolucionárias”, *Jornal Público*, 23 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/23/politica/noticia/morreu-carlos-antunes-cofundador-brigadas-revolucionarias-1947648> (Consultado a 13 de julho de 2024).

Reportagem de José Pedro Castanheira, “A mais espetacular ação de sabotagem dos tempos da ditadura”, *Jornal Expresso*, 2016. (Consultado a 29 de fevereiro de 2024): <https://expresso.pt/multimedia/2016-04-01-A-mais-espetacular-acao-de-sabotagem-dos-tempos-da-ditadura>

Reportagem Jorge Santiago, “Tancos – Ataque revolucionário a base aérea nº3 foi há 50 anos e abanou o regime”, *Jornal mediatejo.net* (2021). (Consultado a 29 de fevereiro de 2024): <https://mediatejo.net/tancos-ataque-revolucionario-a-base-aerea-no3-foi-ha-50-anos-e-abanou-o-regime/>

Respostas de Fernando Silva, ex-membro do PRP-BR e das FP-25 ao escritor Rui Galiza para a elaboração de um livro sobre a Luta Armada em Portugal a ser editado pela Assírio e Alvim: Contributos para a História da Luta Armada em Portugal, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 2014, em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 5 de março de 2024).

RTP- “A extrema-esquerda: o nascimento da Frente de Ação Popular- FAP”, entrevista ao professor José Manuel Lopes Cordeiro e Rui D’Espiney. <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-nascimento-da-frente-de-accao-popular-fap/> (Consultado a 23 de Maio de 2024).

RTP- “Conferencia de Imprensa da LUAR”, 8 de Agosto de 1975. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conferencia-de-imprensa-da-luar/> (Consultado de 7 de julho de 2024).

RTPArquivos: conferência de imprensa do PRP, “Partido Revolucionário do Proletariado”, 9 de novembro de 1975, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partido-revolucionario-do-proletariado/> (Consultado a 13 de julho de 2024).

RTP Arquivos: entrevista a Hermínio da Palma Inácio- “Palma Inácio recorda acontecimentos de 1967”. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/palma-inacio-recorda-acontecimentos-de-1967/> (Consultado a 7 de maio de 2024).

RTPArquivos: “Memórias da Revolução: PRP apela à Insurreição Armada”, 10 de Novembro de 2015, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/memorias-da-revolucao-prp-apela-a-insurreicao-armada/> (Consultado a 9 de julho de 2024)

RTP Arquivos: Reportagem de Jacinto Godinho – A morte de Humberto Delgado (15-03-2007). <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1965-morte-de-humberto-delgado/> (Consultado a 3 de abril de 2024).

RTP Arquivos: Reportagem de Jacinto Godinho – 1958 Humberto Delgado (08-03-2007). <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1958-humberto-delgado/> (Consultado a 3 de abril de 2024).

RTPArquivo: “As Forças Armadas e a Revolução. Que lugar para o MFA?”. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/as-forcas-armadas-e-a-revolucao-que-lugar-para-o-mfa/>(Consultado a 2 de agosto de 2024).

Rui D’Espiney em RTP- “A extrema-esquerda: o nascimento da Frente de Ação Popular- FAP”, entrevista ao professor José Manuel Lopes Cordeiro e Rui D’Espiney. <https://media.rtp.pt/extremaesquerda/foi-assim/o-nascimento-da-frente-de-accao-popular-fap/> (Consultado a 23 de Maio de 2024).

(S.A) «Ao Começar». Boletim nº1, 13 Maio de 1939, p.3.

S.A, «Terrorismo Político». Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), p.56, in [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7680/7680\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7680/7680_4.PDF)

### **Outras Fontes-**

Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa.

Coletivo das Edições «Avante!», *Dossier do Terrorismo* (Lisboa: Edições Avante!, 1977).

Conferência de Álvaro Cunhal, “O Partido Comunista da «Reorganização» dos anos 40 ao 25 de Abril”, no Seminário «Para a história da oposição ao Estado Novo» na Universidade Nova de Lisboa, 9 de abril de 1992. <https://www.pcp.pt/partido/anos/reorga.html>

Conselho da Revolução,”Decreto-Lei 207-A/75, *Diário do Governo* n.º 90/1975, 1º Suplemento, Série I de 1975-04-17. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/11939/decreto-lei-207-A-75-de-17-de-abril>

Comunicado oficial do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), 1973, em: <https://ephemerajpp.com/2018/07/21/partido-revolucionario-do-proletariado-1973/>

Comunicado: o «Movimento», as Forças Armadas e a Nação”, nº26 (05/03/1974) Disponível em: <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/552>

Entrevista a Fernando Silva, membro do PRP e das FP25 de Abril, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 19 de abril de 2014, disponível em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/>

Entrevista de Luís Govern Lopes, à revista Sábado, publicada a 3 de novembro de 2022, p.47. Disponível em: <https://arquivohistoricopt.wixsite.com/terrorismo/post/iam-preparados-para-disparar-e-matar-claro>

Esquerda.Net- Convocar a História com Fernando Rosas: “Abrilada de 1961” com Aniceto Afonso Coronel do Exército na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do IHC/UML (10 de novembro de 2021) <https://www.esquerda.net/audio/abrilada-1961> (Consultado a 28 de maio de 2024).

Junta de Salvação Nacional, “Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas”, 25 de Abril de 1974. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.011>

Manifesto inicial da ARA, 26-out-1970. Disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/2023/10/26/primeira-acao-da-acao-revolucionaria-armada-ara/>

Manifesto do PRP-Brigadas Revolucionárias, “Não às eleições sim à revolução socialista”, 10 de março de 1975. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09251.002.003#!3>

Ministério da Justiça, “Caso FP-25 de abril- Alegações do Ministério Público” (Lisboa: EPNC-Oficinas Gráficas, 1987), p.8. Disponível em: [https://maisliberdade.pt/site/assets/files/3945/caso\\_fp-25\\_de\\_abril\\_alegacoes\\_do\\_mp\\_com\\_anexo\\_documental.pdf](https://maisliberdade.pt/site/assets/files/3945/caso_fp-25_de_abril_alegacoes_do_mp_com_anexo_documental.pdf)

### **Bibliografia:**

AMARAL, Diogo Freitas do. *O Antigo Regime e a Revolução- Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand/Nomen, 1995.

ARANEDA, Danny Monsalvez. «El debate historiográfico y político sobre los orígenes de la violencia política en la historia reciente de Chile». *Sociedad y Discurso*, nº23 (2013).

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

AYYASH, Mark Ayyash. «The Paradox of political Violence». *European Journal of Social Theory*, nº16 (2013).

BABY, Sophie. *El Mito de la Transición pacífica. violencia y política en España (1975-1982)*. Madrid: AKAL Editora, 2018.

BEBIANO, Rui Bebiano. «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o Marcelismo». *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005).

BARDALL, Gabrielle, Elin BIEARNEGARD e Jennifer M. PISCOPO. «How is Political violence Gendered? Disentangling motives, forms and impacts», *Political Studies*, vol.68 (2020).

BEBIANO, Rui. «Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, XXXVII, (2005).

BRITO, J.M.B. de. *Revolução e Democracia*. Lisboa, Editorial Notícias, 1999.

CALLEJA, Eduardo González. «“Bellum Omnium contra omnes” Uma reflexión general sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos políticos». Em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia FERREIRA, João MADEIRA e Pau CASANELLAS. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

CARMO, Isabel do. *A Luta Armada: As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contados pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde*. Lisboa: Dom Quixote, 2017.

CARRASQUINHO, Duarte Amador. «As ações Armadas Revolucionárias na degradação do Estado Novo». Dissertação de Mestrado, Lisboa, Departamento de História do Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

CASANELLAS, Pau Casanellas. «Violencia política: entre legitimidad y legalidad. “Terrorismo” y estigmatización de la contestación». Em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia FERREIRA, João MADEIRA e Pau CASANELLAS. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

CEREZALES, Diego Palacios. “Confrontación, violencia política y democratización. Portugal 1975”, *Politica e Sociedad*, vol.10, n3 (2003).

CEREZALES, Diego Palacios. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

CEREZALES, Diogo Palacios. «Um caso de violência política: o Verão Quente de 1975». *Análise Social*, XXXVII, nº165, 2003.

CERVELLÓ, Josep Sanchez. «A contra-revolução no PREC». Em J. MEDINA (Dir.). *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias* (Vol. XIV). Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1994.

CREENSHAW, Martha. «The causes of terrorism». *Comparative Politics*, nº13 (1981).

Contributos para a História da Luta Armada em Portugal, “Sobre o PRP-BR e as FP25 de Abril”, 2014, em: <https://contributosabril.wordpress.com/2014/04/19/sobre-o-prp-br-e-as-fp25-de-abril/> (Consultado a 5 de março de 2024).

CUNHAL, Álvaro. *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Edições Avante!, 2016.

FERREIRA, Ana Sofia. «A sedução das armas. Radicalização na contestação ao Estado Novo», in *III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict. Proceedings*, (eds.) Martí MARÍN; Sampere DOMÈNECH e Ricard MARTÍNEZ. Barcelona: CEFID-UAB, 2016.

FERREIRA, Ana Sofia de Matos. «Luta Armada em Portugal (1970-1974)». Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

FERREIRA, Ana Sofia. «Memórias da luta armada durante os 40 anos de democracia». Em *Ditaduras e Revolução: democracia e políticas da memória*, coord. Manuel LOFF, Filipa PIEDADE e Luciana Castro SOUTELO. Coimbra: Edições Almedina S.A, 2015.

FERREIRA, Ana Sofia. «4ª Frente de Combate: a luta armada em Portugal (1970-1974)». Em *Violência Política no século XX: Um balanço*, coord. Ana Sofia FERREIRA, João Madeira e Pau CASANELLAS. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

FERREIRA, Ana Sofia Ferreira. «Unir, Organizar, Armar: o PRP durante o PREC». Instituto de História Contemporânea (IHC), 2020.

GURR, Ted Robert. *Why Men Rebel*. New Jersey: Princeton University Press, 1971.

HELD, Virginia. *How Terrorism is Wrong. Morality and Political Violence*. New York: Oxford University Press, 2008.

LEITÃO, Fernanda e Carlos PINA. Cadernos Divulgação: LUAR - o que é? Lisboa: Agência Portuguesa de revistas, 1975.

LOPES, Maria Rocha. «O sindicalismo português entre 1933 e 1974: orientações políticas e estratégicas do Partido Comunista Português para a luta sindical». Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

LUTZ, James e Brenda LUTZ. «Democracy and Terrorism». *Perspectives on Terrorism*, vol.IV, 2010.

MADEIRA, João. *Atentado a Salazar (1937)*. Primeira Hora- Editora e Comunicação, 2020.

MADEIRA, João, FARINHA, Luís e PIMENTEL, Irene. *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

Martins, Raúl François Carneiro. «Acerca de “terrorismo” e de “terrorismos”». *IDN Cadernos*. Série III, nº1, 2010, 12-13.

MARCHI, Riccardo e Raquel da SILVA. «Extreme-Right Violence in the portuguese transition to Democracie- Portugal’s Liberation Army». *Journal of Comparative Fascist Studies*, nº11, 2022.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Brevíssima História de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

MATOS, Márcio José Monteiro. «A Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de Abril de 1974». Em *Violência Política no século XX- Um balanço*, coord. Ana Sofia FERREIRA, João MADEIRA e Pau CASANELLAS. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

MCCAULEY, Clark e Sophia MOSKAÇENKO. «Mechanism of Political Radicalization: Pathways toward terrorism». *Terrorism and Political Violence*, nº20, 2008.

MORENO, Nahuel. *Revolução e Contrarrevolução em Portugal*. S.l: Em Luta, 2019.

NEVES, José (coord.). *Álvaro Cunhal. Política, História e Estética*. Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

PEREIRA, Fernando Marques e Pacheco PEREIRA. *Uma nova concepção de luta: materiais para a história da LUAR e da resistência armada em Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.

PIMENTEL, Irene. *A história da PIDE*. Mem Martins, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007.

PORTA, Donatella della. *Clandestine Political Violence*. New York: Cambridge University Press, 2013.

PORTA, Donatella della e Gary LAFREE. «Guest Editorial: Processes of Radicalization and De-Radicalization». *International Journal of Conflict and Violence*, vol.16 (2011).

PORTA, Donatella della. *Social Movements, Political Violence and the State: A comparative analysis of Italy and Germany*. New York: Cambridge University Press, 1995.

RAPOPORT, David C. «September 11 and the history of terrorism». *Antropoetics VIII*, nº1, 2002.

RODRIGUES, Luís Nuno. «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo». *Ler História*, nº65, 2013, p.39-56. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/447>

ROSAS, Fernando. «A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia». Em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, coord. Manuel LOFF e M. da CONCEIÇÃO. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.

ROSAS, Fernando. “O Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José, (direcção de), *História de Portugal*, vol. VIII. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*. Tinta-da-China, Lisboa, 2012.

SANTOS, José Hipólito. *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*. Âncora, Lisboa, 2011.

SARAIVA, Inês. «A educação dentro da Mocidade Portuguesa Feminina (1939-42)». Trabalho realizado no âmbito da unidade curricular: Seminário de Investigação II, da Licenciatura em História, na Universidade do Minho, 2022.

SECCO, Lincoln. *Livro 25 de Abril de 1974: A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SERRA, Jaime. *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*. Lisboa, Edições Avante, 1999.

SILVA, Raquel da, e Ana Sofia FERREIRA. “From the Armed Struggle against the Dictatorship to the Socialist Revolution: The Narrative Restraints to Lethal Violence among Radical Left Organisations in Portugal”. *PERSPECTIVES ON TERRORISM*, vol.14

(2020). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21962/1/From%20the%20Armed%20Struggle%20against%20the%20Dictatorship%20to%20the%20Socialist%20Revolution.pdf>

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978.

VALENTINI, Benjamin A. «Why we kill: The political science of Political Violence against civilians», *Annual Review of Political Science* (14 março, 2014).

VIEIRA, Diogo Pedro. “Uma Lisboa presa na hostilidade: as memórias das Brigadas Revolucionárias no Verão Quente de 1975”. NovaFCSH+Lisboa (25 novembro de 2021). Disponível em: [em:https://maislisboa.fcsb.unl.pt/uma-lisboa-presa-na-hostilidade-as-memorias-das-brigadas-revolucionarias-no-verao-quente-de-1975/](https://maislisboa.fcsb.unl.pt/uma-lisboa-presa-na-hostilidade-as-memorias-das-brigadas-revolucionarias-no-verao-quente-de-1975/)

Walter, E. V, «Power and Violence »*The American Political Science Review*, nº58 (1964).

ZIZEK, Slavoj. *Sobre la Violencia- Seis reflexiones marginales*. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 2009.